

GPEARi

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS • MINISTRY OF FINANCE



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2021

FICHA TÉCNICA

Título

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GPEARI • 2021

Data

ABRIL • 2022

Edição

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais • Ministério das Finanças

Rua da Alfândega, 5A - 1100 - 016 Lisboa • Telefone: +351 218 823 390 • Fax: +351 218 823 399

Índice

Índice de Figuras	ii
Índice de Gráficos	ii
Índice de Quadros.....	ii
DESTAQUES DA ATIVIDADE.....	6
1. O GPEARI	17
Missão, Visão, Valores	17
Atribuições.....	18
Estrutura Orgânica	20
Principais Clientes e Serviços.....	21
2. AUTOAVALIAÇÃO	24
2.1. Objetivos Estratégicos	24
2.2. Objetivos Operacionais - Análise dos resultados e desvios	25
2.3. Principais condicionantes da Atividade	45
2.1. Desenvolvimento de medidas de reforço do desempenho organizacional	46
2.2. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores	48
2.3. Avaliação da satisfação dos clientes e <i>stakeholders</i>	51
2.4. Avaliação do sistema de controlo interno	55
3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	56
4. INFORMAÇÃO ADICIONAL À AUTOAVALIAÇÃO	61
4.1. Medidas de Modernização Administrativa	61
4.2. Perspetiva de Género	62
4.3. Publicidade Institucional	63
4.4. Cumprimento das disposições da LOE2021 no âmbito do QUAR	63
CONCLUSÕES PROSPETIVAS E MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO.....	65
ANEXOS	67
A1. Lista de Acrónimos	67
A2. QUAR Quadro de Avaliação e Responsabilização	70
A3. Resultados sintéticos dos questionários de satisfação.....	74
A4. Execução das Atividades por Unidade Orgânica	76
A5. Avaliação do sistema de controlo interno.....	110
A6. Mapa de Execução Orçamental – 2021	112
A7. Balanço Social.....	115

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI	20
Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI	21
Figura 3. Objetivos, indicadores e taxa de execução do PA	25
Figura 4. Taxa de realização do QUAR 2021	27

ÍNDICE DE GRÁFICOS

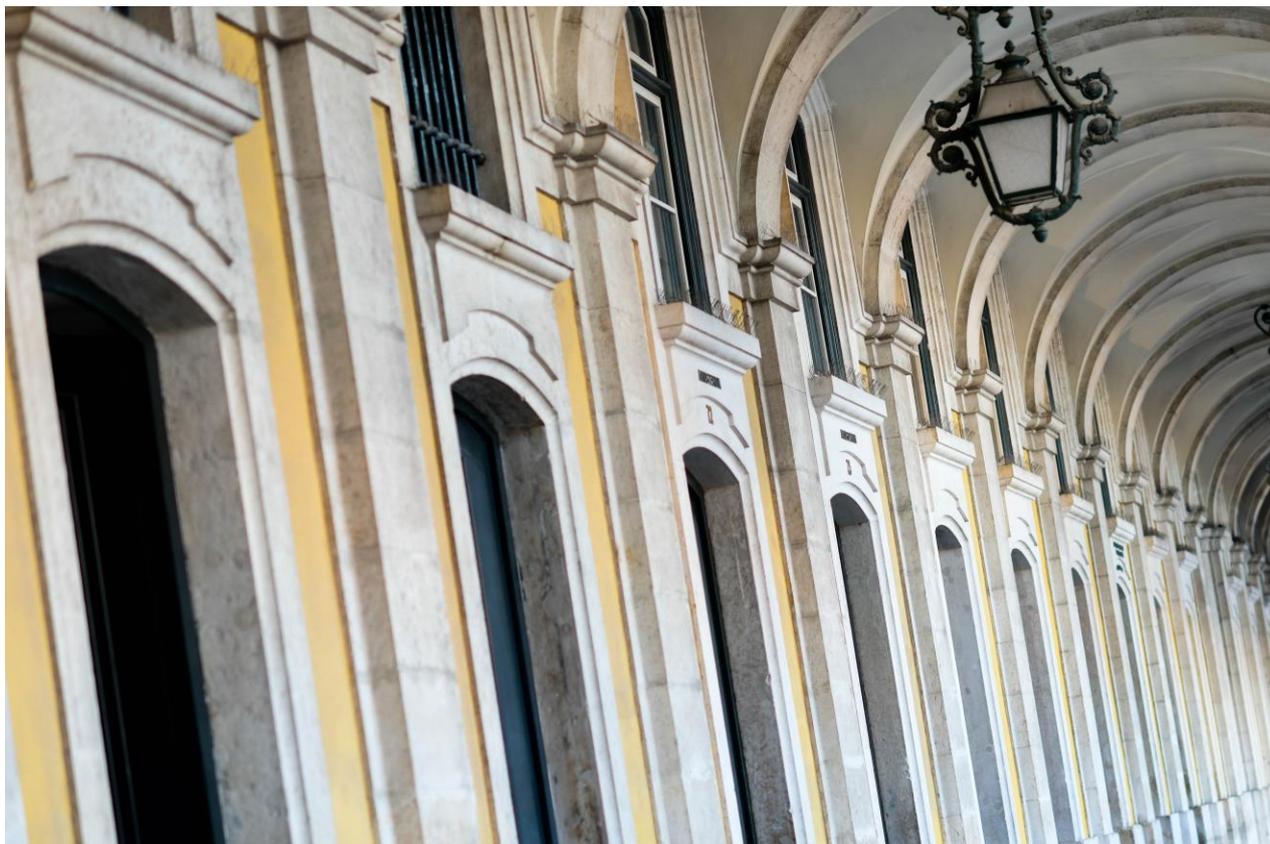
Gráfico 1. Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2021	26
Gráfico 2. Satisfação média global dos Colaboradores	49
Gráfico 3. Satisfação média global dos Utilizadores, por dimensão	52
Gráfico 4. Comparação do GPEARI com outros organismos públicos	53
Gráfico 5. Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho dos outros organismos	53
Gráfico 6. Satisfação média global dos Gabinetes do MF	54
Gráfico 7. Mapa de pessoal e efetivos em exercício de funções – 2015 a 2021	56
Gráfico 8. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Geral	58
Gráfico 9. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Cooperação	59
Gráfico 10. Evolução do Orçamento corrigido e executado do GPEARI	60

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR	40
Quadro 2. Mapa de pessoal para 2021 – lugares previstos e ocupados	56
Quadro 3. Recursos Financeiros em 2021	58
Quadro 4. Evolução do Orçamento do GPEARI	59



MENSAGEM DA DIREÇÃO



Em 2021, a atividade económica e comércio mundiais registaram uma significativa recuperação, após a quebra de 2020, devido à pandemia provocada pela COVID-19.

A economia nacional entrou também numa trajetória de recuperação, mais intensa na segunda metade do ano, assistindo-se a uma melhoria das finanças públicas, com uma redução do défice de 5,8% para 2,8% do PIB.

Dadas as atribuições do GPEARI na área económica, europeia e internacional, este contexto ainda muito exigente continuou a ter forte impacto na sua atividade.

O primeiro semestre de 2021 foi caracterizado por uma exigência acrescida, associada ao exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, na qual o Ministério das Finanças teve um papel relevante e o GPEARI assumiu a coordenação de importantes atividades.

No âmbito da resposta europeia ao impacto da crise, continuou a desempenhar um papel interventivo nos trabalhos relativos às iniciativas europeias de apoio às economias dos Estados-membros, em particular através dos diversos procedimentos conducentes à colocação em prática do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o qual disponibiliza financiamento para a

implementação de reformas e investimentos que promovam a recuperação económica, a resiliência a choques económicos e a transição verde e digital.

Foi garantida uma intervenção de qualidade nos trabalhos do Conselho ECOFIN, do Comité Económico e Financeiro e do Comité de Política Económica. Foi também assegurada a presidência de diversos Grupos de Trabalho do Conselho da UE, em particular na área dos serviços financeiros.

O GPEARI continuou a assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF, atribuições que se traduziram, designadamente, na elaboração do Programa de Estabilidade de 2021-2025, na contribuição para o Relatório do Orçamento do Estado para 2022, a estimação do impacto das medidas incluídas no Programa Nacional de Reformas e no Plano de Recuperação e Resiliência, os contributos para a Conta Geral do Estado de 2020, bem como a elaboração de trabalhos de projeção das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas.

No ano de 2021, a atuação do GPEARI manteve-se alinhada com a defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das Instituições Financeiras Internacionais, bem como do relacionamento com países terceiros, em linha não apenas com os objetivos das políticas externa e de cooperação, mas também com o desígnio de promover a internacionalização das empresas e consultores nacionais e o financiamento da economia portuguesa por via das Instituições Financeiras Europeias e Internacionais.

Em 2021 deu-se continuidade ao desenvolvimento do processo de (Re)construção da identidade corporativa do GPEARI, o qual tem elevado impacto operacional e projetou a atividade do GPEARI para o exterior, em particular através do **Portal GPEARI** – www.gpeari.gov.pt.

A manutenção da situação pandémica, que não se antecipava tão prolongada, continuou a exigir a adaptação do modelo de teletrabalho, preservando elevados níveis de resposta, eficiência e produtividade das equipas.

Para o sucesso da sua atividade contribuiu a dedicação e o elevado profissionalismo de todos os colaboradores do GPEARI, a quem não podemos deixar de agradecer.

Rosa Maria Caetano

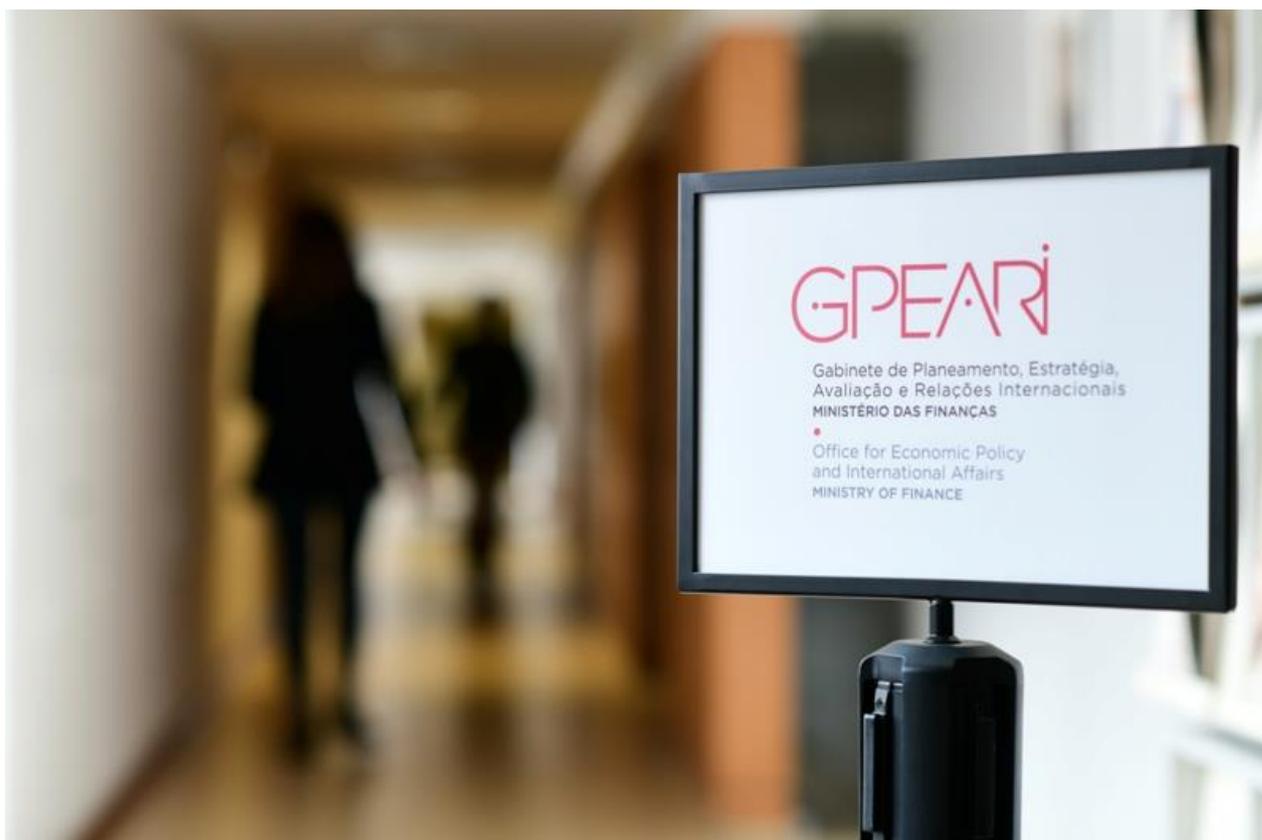
José Carlos Azevedo Pereira

Paula Fonseca Costa

Subdiretora-Geral

Diretor-Geral

Subdiretora-Geral



DESTAQUES DA ATIVIDADE

O GPEARI, enquanto gabinete de estudos e relações internacionais do Ministério das Finanças, assume uma posição de relevo no apoio à formulação, monitorização e avaliação de políticas públicas, tendo vindo a dar resposta a um conjunto de novas áreas de atuação, mantendo um forte compromisso na melhoria dos serviços prestados e no incremento do valor acrescentado da sua atividade.

Nos últimos anos têm sido colocados ao GPEARI sistemáticos e exigentes desafios para uma estrutura da sua dimensão, em parte decorrentes do contexto económico que Portugal tem enfrentado, que se traduz numa pressão significativa para o Ministério das Finanças.

O presente relatório de atividades apresenta os resultados da atividade desenvolvida ao longo do ciclo de gestão de 2021 e a demonstração quantitativa e qualitativa dos resultados alcançados, constituindo-se, assim, como um instrumento efetivo de prestação de contas e de autoavaliação, potenciando uma análise prospetiva que permita antecipar transformações e desafios no seu ambiente de atuação.

Cumprindo as melhores práticas organizacionais, a elaboração deste relatório resulta de um processo colaborativo, contando com o contributo e a participação ativa das diversas unidades orgânicas deste Gabinete, atores potenciadores de mudança e fundamentais na implementação do sistema de melhoria contínua.

Enquadrado num contexto de grande exigência, o GPEARI registou uma taxa de execução do QUAR de 117,4%, ligeiramente acima do ano anterior (112,6%), em resultado da superação de oito objetivos, quatro dos quais relevantes, e da execução total dos restantes dois. Os parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade foram superados, com um peso relativo de 35%, 40% e 25% respetivamente.

Destaque para o integral cumprimento das orientações plasmadas na Lei do Orçamento do Estado para 2021, designadamente relativas à implementação de práticas de boa gestão dos trabalhadores, em particular nos domínios da participação dos trabalhadores na gestão dos serviços, da segurança e da saúde no trabalho, da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e da motivação, tendo o GPEARI assumido e integrado a melhoria das suas práticas de gestão e desenvolvimento organizacional como um vetor de atuação fundamental. A este respeito foram superados dois dos objetivos que contribuíram para esta orientação, que se traduziram na melhoraria da qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI e na promoção da inovação, modernização administrativa e desmaterialização de processos, tendo ainda sido atingido o objetivo que respeita à promoção da motivação e a participação dos trabalhadores na gestão.



QUAR • 117,4%

PA • 100% | EXTRA-PA • 16%

A atividade prevista para o ano de 2021 foi traduzida num conjunto de 22 objetivos, aferidos por 42 indicadores, dos quais 23 foram superados e 19 foram atingidos, verificando-se uma execução integral do plano de atividades, ao qual acresce um conjunto de atividades extra-plano que corresponderam a mais 16%, e que se traduzem, essencialmente, em

atividades não previstas de representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos gabinetes ministeriais, entre outras solicitações.

O ano de 2021 revelou-se ainda mais combativo para o GPEARI, em resultado, não só de alguma saturação pelas alterações causadas pela pandemia, com forte impacto ao nível organizacional, mas também pelo impacto e exigência decorrentes do exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, durante o primeiro semestre do ano, tendo o GPEARI desempenhado um papel chave na área governativa finanças, assumindo a coordenação de importantes atividades nesta esfera.



Assim, no âmbito da Presidência, o GPEARI apoiou os trabalhos relativos à recuperação económica europeia, assegurando o início da implementação do Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), o qual constitui o principal pilar do instrumento "Próxima Geração UE" (*Next Generation EU* - NGEU), prevendo a disponibilização de fundos até 672,5 mil milhões de euros em subvenções e empréstimos para financiar reformas e investimentos que promovam a recuperação da economia após os impactos da crise pandémica e a resiliência dos países da União a choques económicos. O GPEARI contribuiu assim para a aceleração do processo de submissão e adoção célere dos primeiros Planos de Recuperação e Resiliência, bem como para a adaptação do ciclo do Semestre Europeu, enquanto processo de coordenação das políticas económicas, orçamentais, laborais e sociais dos Estados-membros, à exigente implementação do MRR.

O GPEARI acompanhou igualmente o processo de ratificação da Decisão sobre Recursos Próprios, a qual foi concluída num período recorde de cinco meses, possibilitando assim o financiamento nos mercados do NGEU por parte da Comissão Europeia. Acompanhou igualmente os trabalhos que permitiram a emissão de "green bonds" no âmbito do financiamento do NGEU.

Foi assegurada a intervenção na qualidade de Presidência da União, nos trabalhos do Conselho ECOFIN, do Comité Económico e Financeiro e do Comité de Política Económica. Contribuiu igualmente para a organização do Conselho ECOFIN Informal e para a Cimeira da Recuperação, bem como para a organização de três tertúlias virtuais relativas à digitalização dos serviços financeiros, à União de Mercados de Capital e às regras orçamentais da União para uma economia pós-Covid. Estes eventos tiveram extrema relevância para a reflexão sobre a recuperação da economia europeia dos efeitos da crise pandémica, sobre o futuro da governação económica da União e a necessidade de repensar o quadro de supervisão orçamental europeu.

O GPEARl assegurou, ainda, a presidência de diversos Grupos de Trabalho do Conselho da UE, tendo tido um papel fundamental na prossecução dos objetivos da PPUE na área das Finanças.

A par de toda a atividade desenvolvida no âmbito da PPUE, o GPEARl continuou a assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF, atribuições que se traduziram, designadamente, na coordenação da elaboração do Programa de Estabilidade de 2021-2025, na contribuição para o Relatório e na coordenação dos Elementos Informativos que acompanham a proposta de Orçamento do Estado para 2022 (incluindo propostas de uma síntese bilíngue e de um Guia do Cidadão), a estimação do impacto das medidas incluídas no Programa Nacional de Reformas e no Plano de Recuperação e Resiliência, os contributos para a Conta Geral do Estado de 2020 e para o Balanço da participação de Portugal na UE, bem como a elaboração de trabalhos de projeção das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas.

A agenda climática nacional e internacional continuou a exigir – e cada vez mais – da parte do GPEARl um acompanhamento de perto das políticas de ação climática e a prestação de apoio técnico à participação do Ministério das Finanças nos *fora* dedicados a esta temática.

Destaque, ainda, para a participação no Conselho para a Produtividade, órgão constituído pelo GPEARl e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Transição Digital, tendo sido promovida a segunda conferência deste Conselho, sob a forma de um conjunto de *webinars*, na transição de 2020 para 2021.

Em paralelo, aprofundou-se o desenvolvimento da área dedicada à avaliação de políticas públicas, com a finalização da implementação da formação desenvolvida no âmbito do projeto financiado pelo Programa de Apoio a Reformas Estruturais da Comissão Europeia, que envolveu apoio técnico especializado de entidades externas para capacitação interna, em termos de avaliação de políticas públicas e melhoria do processo de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais. A avaliação de impacto de políticas e reformas estruturais,

com especial destaque para aquelas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, constituíram o principal propósito e desafio desta área, ao longo do ano.

O GPEARI continuou a garantir a coordenação das missões de acompanhamento e supervisão Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, sendo que em 2021 realizaram-se duas missões, a primeira no mês de março e a segunda no mês de setembro. O GPEARI garantiu igualmente a missão política relativa ao Exame Económico da OCDE a Portugal, que ocorreu no mês de março, assim como a discussão do respetivo relatório no *Economic and Development Review Committee* em maio. Em outubro organizou também uma missão do FMI, no âmbito do Artigo IV, e em dezembro a missão da Comissão Europeia no âmbito do Semestre Europeu e do PRR.



- 2** MISSÕES PÓS-PAEF
- 1** MISSÃO FMI
- 1** MISSÃO OCDE
- 1** MISSÃO SEMESTRE EUROPEU / PRR

Adicionalmente, o GPEARI coordenou a posição do Ministério das Finanças nas discussões relativas ao Semestre Europeu e respetivas alterações introduzidas neste processo de coordenação das políticas orçamentais, económicas, laborais e sociais dos Estados-membros à luz das exigências e sobreposições com a implementação do MRR. O GPEARI acompanhou e coordenou as discussões relativas ao relançamento, por parte da Comissão Europeia, da

Semestre Europeu e
Mecanismo de Recuperação e Resiliência

revisão do quadro de governação económica da União, suspensa nos estádios iniciais da pandemia da COVID-19. Estas discussões decorreram tanto ao nível do ECOFIN e do Eurogrupo, como dos Conselheiros

Financeiros e do Grupo de Trabalho Recursos Próprios do Conselho da União Europeia e ainda do Comité de Contribuintes do Fundo de Garantia Pan-Europeu (EGF na sigla em inglês). A este respeito, importará sinalizar que Portugal foi o 3.º país com maior volume de aprovações e assinaturas no EGF, cifradas em cerca de 2,2 mil milhões de euros e 1,8 mil milhões de euros, respetivamente.

Continuou, igualmente, a ser garantido o desenvolvimento dos trabalhos relativos à posição portuguesa no âmbito do Brexit, coordenando no MF a definição das orientações estratégicas,

preparação e contingência para todos os potenciais impactos do Acordo de Saída e do Acordo sobre a relação futura entre a UE e o Reino Unido.

As discussões relativas ao aprofundamento da União Bancária prosseguiram durante o ano de 2021 na sequência do mandato dos Líderes definido na Cimeira do Euro, de final de 2020, tendo o mandato sido renovado em dezembro de 2021 em virtude de persistirem as divergências entre os Estados-membros não tendo permitido alcançar um acordo. Manteve-se, também o foco na adoção pela Comissão Europeia do pacote “Financiamento Digital”, que incluía a estratégia em matéria de pagamentos de retalho, bem como as propostas de regulamentos relativas aos mercados de criptoativos (MICA), à resiliência operacional digital (DORA) e ao estabelecimento de um regime piloto para infraestruturas de mercado que pretenda experimentar, negociar e liquidar transações de instrumentos financeiros sob a forma de criptoativos.



União Bancária
União dos Mercados de Capitais
Tecnologia Financeira (Fintech)
Financiamento Sustentável

O objetivo de construção de um mercado único aliado ao ritmo da inovação financeira e o surgimento de novos desafios (Brexit, transição digital, financiamento sustentável, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e da proliferação) tem vindo a impor sobre o legislador Europeu uma grande pressão para atualizar a legislação Europeia que posteriormente se reflete no ritmo dos trabalhos no Conselho da União Europeia, em particular do GPEARI atendendo à sua função de coordenação e representação do Ministério das Finanças nas instâncias preparatórias desta instituição Europeia.

Destaque, ainda, para a nova Estratégia de Financiamento Sustentável, apresentada em julho pela Comissão, que inclui ações para alargar o atual conjunto de instrumentos de financiamento sustentável, maior inclusão das pequenas e médias empresas (PME), reforço da resiliência perante os riscos e aumento de contribuição do financeiro em matéria de sustentabilidade e o desenvolvimento de iniciativas e normas internacionais em matéria de financiamento sustentável e apoiar os países parceiros da UE.

Importa, ainda, realçar a continuação do apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais do Ministério na análise de diplomas de transposição de diretivas da UE, bem como o envolvimento nos restantes trabalhos de aplicação da legislação da UE (nomeadamente, no que diz respeito ao exercício das opções previstas nos regulamentos) e nos trabalhos legislativos de iniciativa nacional.



O que concerne ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, foi dada continuidade à participação do GPEARI nos trabalhos do Grupo de Ação Financeira (GAFI), integrando a delegação portuguesa presente nos plenários de fevereiro, junho e outubro de 2021 e colaborando na preparação do primeiro relatório de acompanhamento regular de Portugal, o qual cobre o período de novembro de 2017 a novembro de 2020. Foi igualmente dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos do *Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing* da

Comissão Europeia. Também neste âmbito, mas a nível nacional, foi dada continuidade à participação nos órgãos permanentes da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Plenário, Comité Executivo e Secretariado Técnico Permanente).

Paralelamente, foi elaborado pelas autoridades nacionais competentes¹, e apresentado ao Ministro de Estado e das Finanças e ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o quarto Relatório Anual sobre Medidas Restritivas, tendo sido produzidos, ao longo do ano, vários pareceres/esclarecimentos jurídicos a cidadãos, entidades ou operadores económicos sobre a conformidade de determinadas relações comerciais ou financeiras com diferentes regimes restritivos em vigor. Ainda neste âmbito, de destacar o início da participação do GPEARI no Grupo de Peritos da Comissão sobre Medidas Restritivas da União e Extraterritorialidade, criado em abril de 2021, bem como a participação em algumas reuniões do Grupo RELEX/Sanções.

Em matéria de auxílios estatais, de salientar o apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais na análise de processos da área das Finanças, alguns dos quais associados a processos de alteração legislativa, bem como a participação nos trabalhos desenvolvidos a nível da UE, sobretudo no âmbito do Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19, adotado em março de 2020 e revisto ao longo de 2020 e por duas vezes em 2021, prevendo-se que vigore até 30 de junho de 2022.

De referir, ainda, os trabalhos do GPEARI enquanto representante de Portugal na esfera da OCDE, tais como a participação no Comité de Política Económica, Comité de Mercados Financeiros, *Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation*, *Global Forum on*

¹ GPEARI do Ministério das Finanças e DGPE do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Productivity, Short-Term Economic Prospects, Economic and Development Review Committee, Survey de Portugal, entre outros Grupos de Trabalho.

Em matéria de cooperação e relações internacionais, o GPEARI manteve a sua linha de atuação no âmbito da defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das instituições financeiras europeias e internacionais e do relacionamento com países terceiros, promovendo não só os objetivos das políticas externa e de cooperação, mas também a internacionalização das empresas e consultores nacionais e o financiamento da economia portuguesa.

O ano de 2021 foi marcado por importantes processos negociais no domínio multilateral. A este respeito é de destacar a participação do GPEARI nas negociações da 20.^a reconstituição de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento (Grupo do Banco Mundial), a qual visa o apoio aos países em desenvolvimento de menor nível de rendimento. Este dossiê implicou também a coordenação da posição europeia durante o primeiro semestre, no quadro da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Também no decurso da referida Presidência, há a destacar a conclusão do processo relativo à implementação da nova arquitetura europeia para o financiamento do desenvolvimento (EFAD), tendo sido negociadas (quer em sede de ECOFIN,



quer do Conselho Desenvolvimento) e aprovadas as respetivas conclusões por parte do Conselho Europeu. Na sequência desta aprovação, o BEI, por exemplo, estabeleceu o “BEI Global” que congrega a totalidade das operações fora da União Europeia.

Ainda na esfera europeia, especial destaque para a aprovação e discussão, ao nível do Conselho de Administração do BEI, da nova Orientação para operações de Coesão para o período 2022-2027, do Mecanismo de Transição Justa e do quadro de apoio às contrapartes do Banco na divulgação do seu desempenho ambiental e os seus planos de sustentabilidade de longo prazo (PATH), em linha com a decisão de que o BEI seria o primeiro banco multilateral alinhado com o Acordo de Paris, a partir de janeiro de 2021.

A nível interno, e para além das habituais atividades organizadas pelo Grupo de Trabalho das Multilaterais (que apesar do contexto pandémico continuaram a realizar-se, tendo sido organizadas 8 ações de divulgação de oportunidades no quadro das IFI), foi efetuado um

exercício de avaliação do referido Grupo de Trabalho. Este exercício consubstanciou-se em entrevistas com os *stakeholders* relevantes, desde organismos públicos a entidades privadas e da banca comercial, tendo em vista a recolha de contributos para a elaboração do próximo plano estratégico 2022-2024, o qual tem por objetivo a maximização dos resultados e das potencialidades da participação de Portugal nas diversas instituições. Com o mesmo objetivo, é igualmente de destacar o envolvimento no projeto “SIPA b@lção multiconnect”, o qual visa reforçar as interligações entre os diversos agentes envolvidos na área multilateral.

Salienta-se ainda a participação do GPEARl no processo de avaliação da cooperação para o desenvolvimento em Portugal, o qual é periodicamente levado a cabo pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE. Este ano com uma nova metodologia, o processo implicou a elaboração de um primeiro documento de autoanálise sobre o estado da Cooperação Portuguesa, o qual versou áreas de força e de melhoria, e entrevistas realizadas pelos examinadores – em ambas as fases o GPEARl foi participou ativamente em conta que o Ministério das Finanças representa uma grande parte da APD nacional.

No que diz respeito ao relacionamento institucional com os países estratégicos para Portugal, manteve-se a forte dinâmica de apoio à preparação de conteúdos para diversos encontros de alto nível, incluindo Cimeiras, Comissões Mistas, Grupos de Trabalho Bilaterais e reuniões de Membros do Governo, na perspetiva de dinamizar temáticas de relevo na área das Finanças. Em 2021, foi prestado apoio técnico à preparação de reuniões com mais de 20 países, nas mais diversas geografias, com destaque para os PALOP, Brasil, EUA, Espanha, Argélia, Índia ou Austrália. Neste ano, foi ainda recorrente a emissão de pareceres relativamente à implementação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI na sigla em inglês), a qual visou o apoio aos países de menor rendimento no quadro da crise pandémica, desde logo porque existem inúmeros instrumentos financeiros em vigor, designadamente com os PALOP.

Refira-se, também, a participação naquele que foi um projeto pioneiro na administração pública - a avaliação, por uma entidade externa independente, dos impactos económicos e sociais das linhas de crédito concedidas a Cabo Verde no decurso da década passada, cuja implementação contou com a intervenção do Ministério das Finanças. Considera-se que esta avaliação é uma importante ferramenta para atuações futuras e para a definição de políticas públicas de desenvolvimento, em linha com as recomendações internacionais sobre eficácia da ajuda.

Na área do planeamento e gestão, o GPEARl sedimentou a parceria com a eSPap para o desenvolvimento e melhorias no GERProj 2.0, plataforma que permitirá facilitar e agilizar a elaboração e monitorização dos instrumentos de gestão, tendo ainda aprofundado a implementação de um conjunto de medidas de *compliance*, designadamente a atualização do Código de Conduta, do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, da política de segurança da informação, privacidade e cookies.

Importa ainda referenciar os contributos para o Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços (GTCCAS), tendo participado ativamente em diversas Linhas do Plano de Ação para o GT CCAS: L1 | Operacionalizar o funcionamento da rede, L2 | Casa Comum, Orientação Comum, L5 | Da Orientação Política à Ação Administrativa, L10 | Nova LEO, Nova Lei e L17 – Suportes Comunicacionais, não prevista inicialmente.

O ano de 2021 permitiu, também, a consolidação da estratégia de comunicação, através da crescente dinâmica do Portal GPEARI – www.gpear.gov.pt e a conclusão do projeto cofinanciado pelo SAMA2020, para modelação e desmaterialização de processos, bem como a avaliação de impacto do enquadramento legal e normativo.



Destaque, ainda, para os grandes números relativos à atividade do GPEARI:

- Na esfera da divulgação de informação, promoção da capacitação interna e partilha de conhecimento, destaca-se a dinamização de vários seminários, com especial o ciclo de seminários mensais sobre a economia portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, que conta já com quase sete dezenas

de edições e a produção de publicações e relatórios estatísticos, com mais de três centenas de publicações, diárias, mensais e pontuais.

- No que respeita à resposta a solicitações, reportes e produção de documentos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela, de resposta a organismos da Administração Pública, outras Entidades Nacionais e a instituições comunitárias e internacionais cifram-se perto de 2 mil documentos.
- No âmbito da preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais, regista-se um volume muito alargado de reuniões e encontros, que o GPEARI assegurou a preparação e/ou participação, totalizando ascendendo a mais 1200, enquadradas: i) no apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do Ministério das Finanças; ii) decorrentes das missões regulares de acompanhamento da Comissão Europeia, FMI e OCDE; iii) resultado do acompanhamento das Instituições Financeiras Internacionais; iv) fruto dos trabalhos no âmbito da cooperação bilateral; v) e participação e representação na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

De destaque, igualmente, a contínua evolução positiva na satisfação manifestada pelos colaboradores, atingindo, em 2021, um valor de 3,91 (0,15 p.p. acima de 2020). Paralelamente, e em resultado do esforço e empenho de toda a equipa, o grau de satisfação aferido junto dos gabinetes ministeriais da área das Finanças com o desempenho do GPEARI foi de 4,90, subindo igualmente em relação a 2020, bem como a satisfação dos demais utilizadores que registou uma subida de 0,15 p.p. de 4,21, para 4,36 (escala de 1 a 5), o que demonstra um alinhamento entre as expectativas dos principais clientes e o trabalho realizado.

Em síntese e não obstante mais um ano extraordinário, o GPEARI conseguiu manter as suas dinâmicas e de forma ágil adaptar-se aos desafios constantes que foram surgindo, destacando-se a articulação ao nível da estrutura e apoio TIC, que possibilitou a integral desmaterialização de todos os processos de trabalho, bem como a estrutura associada à gestão de recursos humanos, privilegiando o bem-estar e a segurança dos seus colaboradores.



1. O GPEARI

A atual orgânica do GPEARI foi estabelecida pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2018 de 13 julho, em conjugação com a Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto.

MISSÃO, VISÃO, VALORES



Missão

Garantir o apoio à **formulação de políticas e ao planeamento estratégico** e operacional, em articulação com a **programação financeira**, bem como assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, **as relações internacionais** e acompanhar e **avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento** e os resultados dos **sistemas de organização e gestão**, em articulação com os demais serviços do Ministério



Visão

Ser reconhecido como um ator de **referência na criação de conhecimento** para suporte à tomada de decisão
Servir com **inegável competência** os interesses do Ministério das Finanças
Ser um **centro de excelência e de valorização** de todos os colaboradores



Valores

Excelência e profissionalismo | autocrítica permanente, incentivando a competência e as boas práticas

Rigor e Integridade | qualidade e base científica

Responsabilidade e sentido de dever | promoção da imagem e dos interesses de Portugal

Criatividade e partilha do saber | inovação e capacidade técnica

ATRIBUIÇÕES²

- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação de políticas, prioridades e objetivos do Ministério das Finanças e contribuir para a conceção e execução da sua política legislativa;
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e no controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Contribuir para a elaboração da Lei das Grandes Opções;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério das Finanças;
- Participar na elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, a Lei das Grandes Opções, o Programa de Recuperação e Resiliência e a Conta Geral do Estado;
- Elaborar estudos económico-financeiros que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas;
- Assegurar e coordenar o processo de avaliação e quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais decididas pelo Governo, envolvendo, se necessário, recursos externos devidamente habilitados;
- Analisar a evolução do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional, tendo em vista apoiar o Governo no cumprimento dos objetivos orçamentais;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do Ministério das Finanças;
- Assegurar e coordenar a atividade do Ministério das Finanças no âmbito da União Europeia, garantindo a participação ativa e o acompanhamento, em coordenação com a área dos negócios estrangeiros, das obrigações decorrentes do enquadramento europeu em matéria de política orçamental e de governação económica;

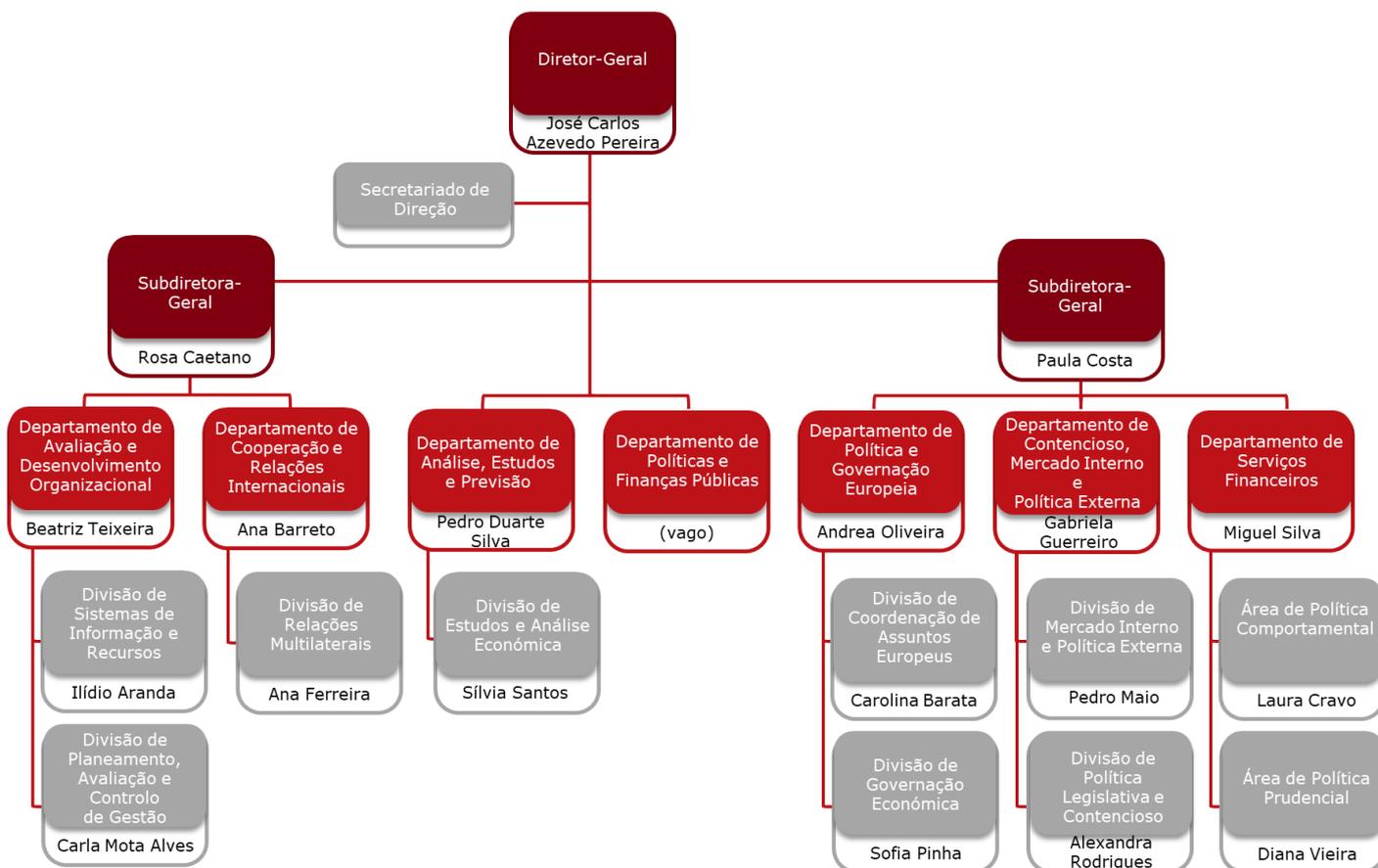
² Alínea nº2 do Artigo 3.º do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de junho.

-
- Assegurar o acompanhamento e monitorização das obrigações decorrentes do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, competindo-lhe ainda constituir-se como entidade técnica de ligação entre o Governo e os representantes da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, centralizando a comunicação e a partilha de informação das várias áreas governativas, dos serviços e dos organismos envolvidos e promovendo a cooperação e a comunicação entre estes;
-
- Assegurar e coordenar a atividade do MF no âmbito das relações internacionais garantindo o relacionamento institucional com instituições pares em países estratégicos para Portugal, em coordenação com a área governativa dos negócios estrangeiros;
-
- Assegurar, em articulação com a área do planeamento e dos negócios estrangeiros, a atividade do MF no âmbito das relações com a União Europeia, garantindo o acompanhamento das obrigações decorrentes dos procedimentos de governação económica a nível da União Europeia no que se refere ao Programa Nacional de Reformas, integrado no Semestre Europeu;
-
- Acompanhar e promover, em conjunto com a área dos negócios estrangeiros, a representação portuguesa nas diversas instituições financeiras multilaterais de que Portugal é acionista, cabendo-lhe potenciar o retorno destas participações e promover o investimento e a internacionalização das empresas nacionais;
-
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do Ministério das Finanças, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
-
- Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do Ministério das Finanças que careçam de regulamentação;
-
- Coordenar a preparação de projetos de diplomas legislativos que adequem o direito nacional a instrumentos normativos da União Europeia, em matérias enquadradas nas áreas de atuação do Ministério das Finanças, e submetê-los ao membro do Governo competente.
-

ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura orgânica do GPEARI ao longo do ano de 2021 foi a que abaixo se apresenta:

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI³



³ Estrutura Nuclear do GPEARI a 31.12.2018, de acordo com a Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto e o Despacho n.º 10003/2018, de 26 de outubro de 2018; Despacho 5906/2019, de 4 de junho.

PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS

O GPEARI, enquanto serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, tem como principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Acresce que também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI.

Destacam-se ainda utilizadores e interlocutores externos, onde se incluem outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO e organizações e instituições estrangeiras e internacionais, onde se incluem diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do sector privado.

Para além destes, e não só os que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e dos restantes processos regulares de supervisão a que Portugal está sujeito tal como os restantes Estados-membros, existem ainda outros interlocutores do GPEARI, tais como: o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (incluindo a REPER em Bruxelas), o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global, Embaixadas de países terceiros com e sem representação em Portugal, bem como ordens profissionais e associações do setor financeiro e empresarial.

Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI

Interlocutores	Utilizadores Internos	Utilizadores Externos
<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Nacional de Estatística • Banco de Portugal • Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões • CMVM • aicep Portugal Global • Associações do setor financeiro e empresarial • Ordens profissionais • REPER • IGCP • UTAO • Conselho das Finanças Públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Gabinete do Ministro das Finanças • Gabinetes dos Secretários de Estado • Organismos do Ministério das Finanças 	<ul style="list-style-type: none"> • Organismos da Administração Pública • Organizações e Instituições Financeiras Internacionais • Organismos de Países parceiros • MNE e Embaixadas • Agências de rating • Empresas e banca

Da atividade do GPEARI destacam-se como os principais serviços prestados os seguintes:

- Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e, em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo Trimestral Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais; o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do *Ageing*); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional;
- Coordenação do Conselho para a Produtividade, em modelo rotativo com o GEE do Ministério da Economia;
- Participação na elaboração de documentos oficiais, entre os quais, o Programa de Estabilidade, o Relatório e os Elementos Informativos que acompanham a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, a Lei das Grandes Opções, o Programa de Recuperação e Resiliência e a Conta Geral do Estado;
- Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais;
- Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:
 - Boletim Mensal de Economia Portuguesa, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia; esta publicação foi descontinuada em dezembro, para em 2022 ser substituída por uma congénere trimestral;
 - Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;
 - Nota Económica de Curto-Prazo;
 - Dossiers de Finanças Públicas (Portugal, Comparações Internacionais, Destaques);
 - Portugal *Latest Key Development*;
 - Folheto sobre o Retorno para a Economia Nacional Resultante da Participação de Portugal nas Multilaterais.
- Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e da União Europeia, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais;

- Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF;
- Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP;
- Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE;
- Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional;
- Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI;
- Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF;
- Acompanhamento e monitorização do Programa "Pagar a Tempo e Horas";
- Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério.

2. AUTOAVALIAÇÃO

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em 2018, na sequência de alteração orgânica, o GPEARI redefiniu os seus objetivos estratégicos, alinhando-os com a missão e com as novas orientações e atribuições que lhe foram cometidas. Assim, tem vindo a prosseguir um conjunto de Objetivos Estratégicos (definidos para o período 2019-2023), desdobrados nos respetivos Planos de Atividades. A saber:



**OE
1**

CONTEXTO NACIONAL

Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF

Potenciar a criação e o aperfeiçoamento das bases e do conhecimento para a formulação e definição de políticas, contribuindo para tomada de decisão sustentada e para a melhoria contínua das políticas implementadas, gerando valor acrescentado, valorizando o apoio técnico e projetando o GPEARI como um centro de excelência.



**OE
2**

CONTEXTO INTERNACIONAL

Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional

Reforçar a capacidade, conhecimento e sentido de análise para garantir a representação e defesa dos interesses envolvidos.



**OE
3**

CONTEXTO INTERNO - PESSOAS

Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos

Melhorar a capacitação, valorização, retenção e formação dos recursos, apostando em melhorias de eficiência e produtividade, fomentando a cultura organizacional, num contexto de exigente gestão de ativos.

2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS - ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS

O modelo de acompanhamento e planeamento da atividade do GPEARI traduz uma visão holística, assentando numa estreita ligação entre os objetivos e indicadores que constituem o QUAR e o conjunto de atividades das unidades orgânicas. Assim, na elaboração dos instrumentos de gestão do GPEARI, são identificados os objetivos operacionais que refletem as prioridades para o ano em causa, permanecendo no âmbito do plano de atividades todas as restantes matérias que não se encontram plasmadas no QUAR, mas que contribuem para o total desempenho da missão do GPEARI.

Deste modo, para a concretização dos objetivos estratégicos definidos, foram identificados 22 objetivos operacionais, que traduzem as principais áreas de atuação das unidades orgânicas e constituíram o Plano de Atividades para 2021 do GPEARI. A identificação dos objetivos operacionais a constar do QUAR refletiu a aplicação de critérios de relevância e concretização da estratégia, associados às circunstâncias específicas para o ano de 2021, constando do QUAR os objetivos operacionais que melhor traduzem as prioridades para este ano, bem como os objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados. Os restantes objetivos operacionais, que contribuem igualmente para a prossecução dos objetivos estratégicos, são considerados "extra-QUAR".

Os 22 objetivos operacionais traduzem-se em 42 indicadores, dos quais 23 foram superados, e 19 foram atingidos, devido ao impacto da pandemia na atividade em causa (extra-QUAR). De referir que muitos dos objetivos operacionais são transversais a todas as unidades orgânicas, existindo um conjunto igualmente alargado de objetivos partilhados entre unidades.

Figura 3. Objetivos, indicadores e taxa de execução do PA



Em síntese, o plano de atividades definido para 2021 foi executado na sua totalidade, atingindo uma taxa de realização de 100%. Ainda assim, e a crescer à atividade prevista das unidades orgânicas foram executadas atividades extra-plano – representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos gabinetes ministeriais e outras solicitações – que corresponderam a 16% da atividade. Este acréscimo de atividades realizadas resulta de um esforço acrescido dos recursos humanos, uma vez que o mapa de pessoal está muito aquém da previsão inicial.

A. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

O QUAR do GPEARI para 2021 procurou manter a perspetiva de maior transparência nas atividades desenvolvidas, focando nos objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, alinhados com as funções *core* (vide Anexo 2 – versão integral do QUAR).

Tal como nos anos anteriores, também em 2021 o GPEARI alcançou um resultado global acima do planeado (117,4%), superior ao resultado de 2020 (taxa de realização do QUAR de 112,6%), de 2019 (103,6%) e de 2018 (102,4%), de 2017 (110,4%) e de 2016 (109,6%).

Gráfico 1. Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2021

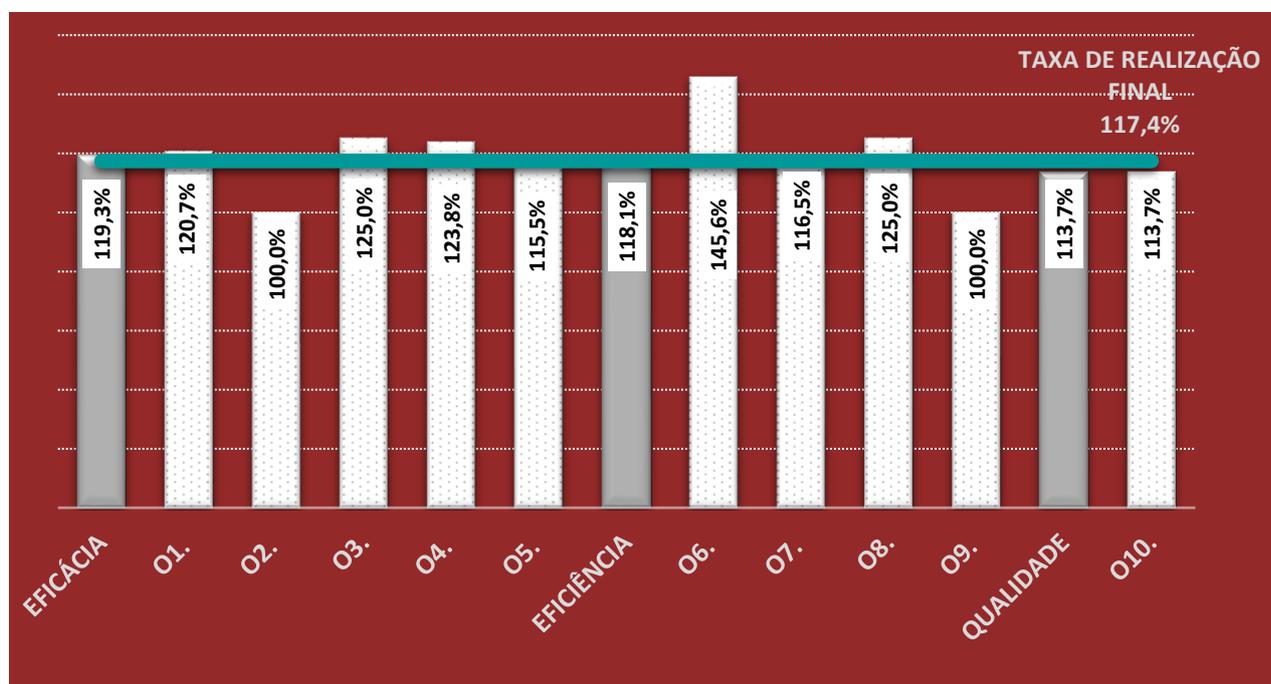


Figura 4. Taxa de realização do QUAR 2021

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos						Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação	
EFICÁCIA	35%	41,8%	119,3%				
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	35%	42,2%	120,7%		12,3%	R	
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	7,5%	7,5%	100,0%		2,6%		
O3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	7,5%	9,4%	125,0%		2,6%		
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	37,1%	123,8%		10,5%	R	
O5. Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI	20%	23,1%	115,5%		7,0%		
EFICIÊNCIA	40%	47,2%	118,1%				
O6. Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência	15%	21,8%	145,6%		6,0%		
O7. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	22,5%	26,2%	116,5%		9,0%		
O8. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos	30%	37,5%	125,0%		12,0%	R*	
O9. Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão	32,5%	32,5%	100,0%		13,0%	R*	
QUALIDADE	25%	28,4%	113,7%				
O10. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI	100%	113,7%	113,7%		25,0%	R*	
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%	117,4%	117,4%		72,8%	5/10	

* cumprimento artigo 28.º LOE2021

Os três parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade foram superados, tendo obtido uma taxa de realização de 119,3%, 118,1% e 113,7%, respetivamente.

Foram superados oito objetivos – quatro dos quais relevantes (O1, O4, O8 e O10) – e atingidos dois (O2 e O9). Abaixo podem ser aferidas as principais atividades desenvolvidas no âmbito de cada objetivo, bem como a justificação dos desvios verificados:

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	PLANEADO	EXECUTADO	
	35%	41,8%	Superou

01.	ASSEGURAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS DE POLÍTICA ECONÓMICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF	PLANEADO	EXECUTADO
		35%	42,2% Superou

INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.1. Número de documentos de política económica elaborados	9	[5;7]	25%	8	9	138% Superou

Este indicador traduz os contributos do GPEARI em trabalhos de coordenação e/ou participação na elaboração dos principais documentos de política económica, tais como o Programa de Estabilidade 2021-2025, relatório que acompanha a Proposta de Orçamento do Estado para 2022 e respetivos Elementos Informativos, *Draft Budgetary Plan 2022* e Balanço da participação de Portugal na UE.

INDICADORES		2020	META 2021	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	334	[232;312]	25%	340	287	100% Atingiu

O GPEARI tem como principais clientes os gabinetes governamentais, aos quais corresponde com a elaboração e preparação de um conjunto de documentos de política e demais solicitações como pareceres, notas de enquadramento, entre outros pedidos de natureza pontual e esporádica, sendo de destacar os seguintes âmbitos:

- Instituições Financeiras Internacionais (BEI, BERD, Banco Mundial, BAsD, BAfD, BID, AIIB, etc.)
- Processos de pré-contencioso e contencioso
- Questões de governação da UE
- Auxílios de Estado
- Serviços Financeiros
- Anteprojetos e outras solicitações
- Transposição de Diretivas ou implementação de Regulamentos
- Finanças Públicas
- Questões do Fundo Monetário Internacional
- Acompanhamento da implementação da nova LEO e do SNC-AP
- Processos de Negociação - Mercado Interno
- Branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação
- Medidas Restritivas
- Relações bilaterais com países terceiros
- Custa Quanto
- Análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas
- Análise e a elaboração de projeções das principais variáveis orçamentais e da dívida pública

INDICADORES		2020	META 2021	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	629	[380;480]	25%	538	624	145% Superou

Para além dos documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas solicitados pela Tutela, o GPEARI tem idêntico compromisso na resposta a pedidos e solicitações apresentadas por outros organismos da Administração Pública e outras entidades nacionais. Neste enquadramento, destacam-se as seguintes temáticas dos documentos técnicos produzidos:

- Relacionamento económico e comercial bilateral, regional e multilateral da UE
- Processos de Negociação - Mercado Interno
- Instituições Financeiras Internacionais
- Relações bilaterais com países terceiros
- Auxílios de Estado
- Branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação
- Medidas Restritivas
- Questões Europeias
- Finanças Públicas
- Grupo de Trabalho Multilaterais - Apoio aos agentes nacionais, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras através das IFI
- Agregados Macroeconómicos e Conjuntura

INDICADORES		2020	META 2021	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	711	[480;600]	25%	675	588	100% Atingiu

Na sequência dos indicadores anteriores, o GPEARI regista ainda um elevado conjunto de pedidos e solicitações apresentadas por instituições comunitárias e internacionais, sendo de realçar as seguintes áreas de atuação:

- Instituições Financeiras Internacionais
- Processos de pré-contencioso e contencioso
- Procedimentos escritos de consulta
- Auxílios de Estado

▪ Serviços financeiros
▪ Processos de Negociação - Mercado Interno
▪ Branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação
▪ Medidas Restritivas
▪ Finanças Públicas
▪ Grupo de Trabalho Multilaterais - Apoio aos agentes nacionais, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras através das IFI

02.	CONTRIBUIR PARA O DEBATE DA ECONOMIA NACIONAL, DO CRESCIMENTO, DA PRODUTIVIDADE E DAS FINANÇAS PÚBLICAS	PLANEADO	EXECUTADO
		7,5%	7,5% Atingiu

INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2.1. Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	287	[335;365]	30%	300	346	100% Atingiu

Enquadrado no âmbito da coordenação rotativa do Conselho para a Produtividade, órgão constituído pelo GPEARI e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, prevê-se a elaboração de uma análise regular sobre a Produtividade em Portugal, que contribui para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas. O contributo do GPEARI para o relatório foram entregues tempestivamente (superando o indicador), tendo sido ainda organizada e iniciada no final de 2020 a II conferência do Conselho da Produtividade que se traduziu num ciclo de *webinars* (concluído já em fevereiro de 2021): <https://conselhoproductividade.com/eventos/ii-conferencia-do-conselho-para-a-productividade-ii-conference-of-the-national-productivity-board/>

INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2.2. Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	12	[9;13]	20%	19	12	100% Atingiu

A partilha de conhecimento e saber é um dos principais pilares de atuação do GPEARI, contribuindo para o seu posicionamento enquanto referencial para a Administração Pública, promovendo as suas capacidades e conhecimento, incrementando o apoio prestado à tomada de decisão e ao fomento da discussão dos principais temas económicos e financeiros em agenda. Com esse objetivo, não obstante as dificuldades ainda sentidas por via da pandemia, ao longo de 2021, o GPEARI desenvolveu, maioritariamente em parceria com o GEE, um conjunto de seminários:

Seminários organizados em parceria com o GEE do Ministério da Economia

▪ II Conferência CPP	07/01/2021
▪ Alojamento Local e COVID-19 - Inquérito aos Titulares/Gestores de Alojamento Local	19/02/2021
▪ <i>Global value chains, value added generation and structural change in EU core and periphery economies: an Input-Output approach</i>	10/03/2021

▪ <i>Failing Young and Temporary Workers: The Impact of COVID-19 on a Dual Labor Market</i>	16/04/2021
▪ <i>Green Bonds and Sustainable Environmental Policy</i>	21/05/2021
▪ A vulnerabilidade financeira e a dívida em excesso das empresas em Portugal: uma aplicação ao choque COVID-19	23/06/2021
▪ <i>The role of telework for productivity and well-being during and post-COVID-19: Results from a survey among managers and workers</i>	15/07/2021
▪ COVID-19 – Oportunidades Sectoriais de Exportação para a Economia Portuguesa por Via de Desvio de Comércio?	15/09/2021
▪ <i>Champions during Crises Scenarios: High Growth and Persistent High Growth Firm</i>	20/10/2021
▪ Impacto de curto prazo da pandemia COVID-19 nas empresas portuguesas	12/11/2021
▪ <i>COVID-19 Impact on the labour market of Tourism Dependent Nations: The Southern Europe case</i>	07/12/2021
Outros seminários organizados	
▪ <i>Workshop Avaliação de Políticas Públicas</i>	26/11/2021

	INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2.3.	Número de estudos económicos e <i>policy papers</i>	9	[6;8]	50%	9	8	100% Atingiu

Ainda no âmbito da contribuição para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas, o GPEARI destaca o desenvolvimento dos seguintes estudos económicos e *policy papers*:

▪ <i>Financial Crisis and Capital Structure Decisions</i>
▪ <i>The impact of ICT Investments on Economic Growth (Literature Review)</i>
▪ Efeito das políticas da educação na produtividade
▪ <i>The impact of private and public R&D investment on Gross Value Added – ARDL and Granger Causality Assessment</i>
▪ <i>The impact of public credit guarantees on the economic outcomes of SMEs: Evidence from Portugal</i>
▪ Publicação Finanças Públicas - Destaques - n.º 1 jun21
▪ Publicação Finanças Públicas - Destaques - n.º 2 set21
▪ O efeito orçamental do envelhecimento em Portugal – atualização de 2022

03.	REFORÇAR A CAPACIDADE INTERNA E A QUALIDADE METODOLÓGICA DA AVALIAÇÃO DE REFORMAS ESTRUTURAIS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	PLANEADO	EXECUTADO
		7,5%	9,4% Superou

	INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	60%	[90%;100%]	100%	100%	100%	125% Superou

O reforço da capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas é um dos objetivos estabelecido pelo GPEARI, apostando na melhoria do trabalho desenvolvido, bem como na capacitação especialização interna nestas matérias.

No âmbito do programa PARE, projeto de assistência técnica da Comissão Europeia, concluíram-se os módulos de formação e desenvolvimento previstos, designadamente em termos de STATA (avaliação *ex-post*) QUEST III R&D (avaliação *ex-ante*), módulo de investimento e análise custo benefício. Este projeto compreendeu ainda uma componente de promoção de um sistema de “networking” entre avaliadores e decisores de política, que beneficiou da partilha de experiências com o Ministério das Finanças e outras instituições públicas dos Países Baixos. A conclusão do projeto foi marcada pela realização de um *workshop* de avaliação de políticas públicas organizado pelo GPEARI.

04.	GARANTIR A PREPARAÇÃO E DEFESA DA POSIÇÃO NACIONAL EM FÓRUNS EUROPEUS E INTERNACIONAIS E A REPRESENTAÇÃO E DEFESA DA POSIÇÃO DO MF EM FÓRUNS NACIONAIS	PLANEADO	EXECUTADO
		30%	37,1% Superou

INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.1. Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	586	[340;440]	60%	520	561	133% Superou

O GPEARI tem assumido, ao longo dos últimos anos, a representação e/ou preparação de reuniões aos mais diversos níveis e sobre matérias bastante diversificadas, tornando-se esta uma das atividades mais críticas e que consome maiores recursos – humanos e financeiros – tendo-se previsto a participação num conjunto alargado de reuniões em fóruns europeus e internacionais (entre 340 e 440) durante o ano de 2021.

Durante o ano de 2021 voltou a verificar-se um volume inesperado e significativo de reuniões, decorrente da situação causada pela pandemia.

Do conjunto total de reuniões, mais de 400 foram **Reuniões no âmbito da União Europeia**, das quais fazem parte, entre outros, os encontros nos seguintes fóruns:

- Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares e suplentes) e Comité dos Serviços Financeiros
- Reuniões com a Comissão Europeia
- Grupo de trabalho SCIMF
- Comité de Política Económica e respetivos Grupos de Trabalho (Ageing Population and Sustainability, Output Gap, LIME, Economic Forecasts, Energy Climate Chance Working Group)
- Grupo Informal de Peritos e Comité da Comissão relativos ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (Grupo Serviços Financeiros do Conselho, Grupos de peritos da Comissão Europeia, etc.)
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área do direito das sociedades

- Mecanismo Europeu de Estabilidade
- Banco Europeu de Investimento (Conselhos de Administração e de Governadores, bem como Comité de Contribuintes da Fundo de Garantia Pan-Europeu (EGF na sigla em inglês)
- Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Conselho de Governadores)
- Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
- Working Group on State Aid Modernisation Implementation
- Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing
- Expert Group on Union Restrictive Measures and Extraterritoriality
- RELEX – Sanctions Committee

O GPEARI participou, ainda, mais de 200 **Reuniões Internacionais**, nos seguintes âmbitos:

- OCDE (Comité de Política Económica, Short-Term Economic Prospects; , Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation, entre outros Grupos de Trabalho)
- Banco Mundial (Conselho de Governadores e reuniões Associação Internacional de Desenvolvimento)
- Banco Africano de Desenvolvimento (Conselho de Governadores e reuniões do Fundo Africano de Desenvolvimento, *Steering e Standing Committees* do Compacto Lusófono)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (Conselho de Governadores)
- Banco Asiático de Desenvolvimento (Conselho de Governadores)
- Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Conselho de Administração e Conselho de Governadores)
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (reunião anual de Acionistas)
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Conselho de Governadores)
- Fundo Comum de Produtos de Base (Conselho de Governadores e Conselho de Administração)
- Comissões e Missões técnicas de Unidades de Acompanhamento Macroeconómico no âmbito de Acordos bilaterais com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe
- Cimeiras e Grupos de Trabalho bilaterais com países terceiros
- Financial Action Task Force (FATF) Plenary and Working Group Meetings

	INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	225	[205;265]	40%	312	266	110% Superou

Relativamente às reuniões de âmbito nacional, com a participação de entidades nacionais e internacionais, ocorreram em 2021 mais de 250 **Reuniões Nacionais**, sendo de destacar as seguintes entidades ou temáticas:

- Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras e Comissão de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras
- CCAS - Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e respetivo Grupo de Trabalho
- Conselho Económico e Social
- Conselho Superior de Estatística e demais Secções Permanentes e grupos temáticos – GT de Estatísticas das Administrações Públicas, GT Saúde, entre outros
- Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Plenário, Comité Executivo e Secretariado Técnico Permanente)
- Grupo de Trabalho para execução da Decisão da Comissão C(2020)8550 final, de 04.12.2020 - Zona Franca da Madeira
- Grupo de Trabalho Interministerial para a Segurança Marítima
- Grupo de Trabalho Interministerial para a PCSD Civil
- Grupo de Trabalho para a transposição da Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços
- Grupo Trabalho Orçamentação por Programas
- Conselho para a Produtividade
- Ação climática
- *Briefings* com as Embaixadas dos Estados-membros da União Europeia presentes em Lisboa
- Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
- Comissão Interministerial para a Cooperação
- Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH)

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA	PLANEADO	EXECUTADO	Superou
	40%	47,2%	

06.	CONTRIBUIR PARA A PROSSECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	PLANEADO	EXECUTADO
		15%	21,8% Superou

INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 6.1. Número de dias de antecipação de entrega à Comissão Europeia dos processos de avaliação ex-ante dos impactos macroeconómicos das componentes do PRR de Portugal com vista à discussão interna dos resultados	-	[8;12]	50%	15	17	135% Superou

O GPEARI contribuiu para a elaboração do Programa de Recuperação e Resiliência de Portugal, nomeadamente ao nível do respetivo cenário macroeconómico de curto e médio prazo e da avaliação do impacto macroeconómico das diferentes medidas dele constantes, tendo antecipado este processo de avaliação em duas semanas o que possibilitou igualmente que a submissão do PRR de Portugal à Comissão Europeia fosse antecipada para o dia 22 de abril.

INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 6.2. Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	-	[20;24]	50%	30	40	156% Superou

O GPEARI participou na elaboração de um conjunto de documentos integrados nos trabalhos conducentes à adoção e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência, quer no âmbito do Conselho Ecofin e seus comités preparatórios, quer no âmbito do Grupo Informal de Peritos e Comité da Comissão, tendo excedido a expectativa de documentos produzidos.

07.	APOIAR OS AGENTES NACIONAIS E DOS PAÍSES ALVO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA, PRIVADOS E PÚBLICOS, NO ACESSO A SOLUÇÕES DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO MAIS VANTAJOSAS E INOVADORAS, ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	PLANEADO	EXECUTADO
		22,5%	26,2% Superou

INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.1. Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	12	[8;12]	35%	15	8	100% Atingiu

No que respeita à promoção da internacionalização das empresas portuguesas no mercado das multilaterais financeiras, foi fixado para o ano de 2021 o objetivo de implementar entre oito e doze iniciativas, incluindo os seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais, organizadas em conjunto com a aicep Portugal Global, no âmbito do Grupo de Trabalho Multilaterais existente entre as duas entidades desde 2009.

O GPEARI e a aicep Portugal Global constituem-se como as entidades operacionais do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras e, nesta qualidade, promovem iniciativas de sensibilização das empresas nacionais para este mercado, disponibilizando informação sobre oportunidades concretas e a forma das empresas abordarem estas instituições nas suas estratégias de internacionalização.

Em 2021 destacam-se as seguintes ações e seminários:

▪ Webinar: Conheça as Oportunidades do Sistema das Nações Unidas	24/02/2021
▪ <i>Webinar BERD Working with the EBRD in Central Asia: Spotlight on potential business opportunities in the energy and infrastructure sectors</i>	09/03/2021
▪ <i>Business Opportunities Webinar: Consultancy Opportunities - Focus on ADB Consultant Management System and Energy and Water Sectors</i>	14/04/2021
▪ Módulo sobre Multilaterais no Curso do IFB	11/05/2021
▪ <i>BID Invest: Opportunities in Latin America and the Caribbean</i>	25/05/2021
▪ Missão BAsD	Junho 2021
▪ <i>Workshop: Working With the World Bank: Procurement and Related Aspects</i>	21/09/2021
▪ XMAS Get Together - 8ª Edição	21/09/2021

INDICADORES		2020	META 2021	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	83%	[70%;90%]	35%	100%	75%	100% Atingiu

Neste indicador são avaliadas, essencialmente, as atividades realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras. Não obstante as circunstâncias relativas ao ano de 2021 foram realizados um conjunto de iniciativas, em formatos adaptados, tendo sido auscultado o grau de utilidade das mesmas.

Assim, foram avaliadas 5 iniciativas e seminários/missões empresariais tendo obtido um grau de utilidade entre 66% e 100%. A taxa de resposta varia entre 26% e 46%.

INDICADORES		2020	META 2021	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7.3.	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	-	[40;50]	30%	30	12	155% Superou

Durante o ano de 2021, foi dada continuidade à operacionalização do Compacto para os Países Lusófonos (CL), iniciativa conjunta com o Banco Africano de Desenvolvimento que visa o desenvolvimento do setor privado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e,

simultaneamente, o apoio ao investimento português nestes países, mediante a utilização de instrumentos de fomento ao investimento (*credit enhancement*), mitigação e partilha de risco, bem como o recurso a assistência técnica a fim de gerar projetos bancáveis.

As negociações dos termos da Garantia, a prestar por Portugal ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) no quadro desta iniciativa, tiveram continuidade, tendo o GPEARI dinamizado a referida negociação e emitido os necessários pareceres no âmbito da respetiva área de competências.

Este ano foi também marcado pela adesão da Sociedade Financeira Internacional do Grupo Banco Mundial à iniciativa do Compacto Lusófono enquanto entidade parceira, o que contou com o parecer do GPEARI e apoio expresso de Portugal.

Por último, refira-se que foi emitido parecer sobre o primeiro projeto apresentado pelo BAfD ao abrigo do CL – a Iniciativa Zuntámon 2021-2025 para STP, cuja primeira fase foi aprovada pelo Conselho de Administração do Banco em outubro de 2021, e que visa melhorar o ambiente de negócios, a capacidade e o acesso a mercados e financiamento para as PME santomenses.

08.	PROMOVER A INOVAÇÃO, A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS	PLANEADO	EXECUTADO
		30%	37,5% Superou

INDICADORES	2020	META 2021	PESO	VALOR CRITICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 8.1. Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (ProjetoSAMA2020)	50%	[75%;95%]	100%	100%	100%	125% Superou

O processo de (re)construção da identidade e imagem corporativa do GPEARI tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos, constituindo-se como um projeto transversal a toda a organização. Neste enquadramento, o GPEARI avançou com uma candidatura SAMA2020, com um projeto mais alargado - *SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades*.

Em particular, em 2021 destaca-se a modelação dos processos de negócio, a desmaterialização de alguns processos relevantes e de forte impacto operacional, a revisão da política de segurança da informação, privacidade, cookies e RGPD.

Ainda em 2021 foi implementada a componente de conceção e desenvolvimento externo do projeto que se traduziu num estudo, requisitos e termos de referência para a implementação de uma plataforma de serviços – B@lção Multiconnect – que permita sinergias e aproximações entre as oportunidades de negócio promovidas pelas instituições financeiras internacionais e os empresários e consultores nacionais.

Durante o ano de 2021 concluíram-se todas as atividades previstas neste projeto.

09.	PROMOVER A MOTIVAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA GESTÃO	PLANEADO	EXECUTADO
		32,5%	32,5% Atingiu

INDICADORES		2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 9.1.	Número de iniciativas de desenvolvimento organizacional	-	[13;17]	100%	20	13	100% Atingiu

Na revisão dos objetivos estratégicos do GPEARI a componente das pessoas e da sua valorização ganhou preponderância, destacando o capital humano como o principal valor e gerador de valor dentro das organizações modernas. De facto, exige-se uma gestão dos trabalhadores que integre práticas de gestão eficiente e responsável, melhorando a capacitação, a valorização, a retenção e a formação dos recursos, fomentando a cultura organizacional e a produtividade.

Neste enquadramento, o GPEARI tem vindo a implementar medidas que contribuíram para melhorar a promoção de uma cultura de conciliação da vida familiar, profissional e pessoal, sendo de destacar a aprovação de pedidos de horários de trabalho em jornada contínua e de pedidos para modalidade de trabalho em teletrabalho, o que acresce à utilização do crédito horário, a dispensa de aniversário e a dispensa para autoformação. Durante o ano de 2021 e atentos às circunstâncias vivenciadas por todos, a preocupação com o bem-estar global dos recursos humanos, bem como a flexibilidade para a conciliação e gestão de horários foi ainda mais evidente.

No conjunto, estas medidas foram avaliadas através do inquérito de satisfação dos colaboradores, tendo a meta sido superada.

OBJETIVOS DE QUALIDADE	PLANEADO	EXECUTADO	Superado
	25%	28,4%	

010.	MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO GPEARI	PLANEADO	EXECUTADO
		100%	113,7% Superou

INDICADORES		2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 10.1.	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	4,83	[4,20;4,50]	50%	5	4,9	121,2% Superou

A satisfação dos membros dos gabinetes governamentais relativamente aos serviços prestados pelo GPEARI é um indicador muito relevante para a avaliação global do GPEARI. O resultado deste exercício de aferição mostrou um grau de satisfação destes utilizadores de 4,90, observando-se uma subida face ao registado no ano anterior (4,83), e atingindo um valor bastante lisonjeiro e refletindo o total compromisso do GPEARI com a articulação estreita e profícua com os gabinetes governamentais.

A taxa de resposta dos elementos das equipas dos gabinetes ministeriais ficou-se pelos 14%, baixando face ao ano anterior (21,2%), mas ainda assim, bastante acima dos valores verificados em anos anteriores, cuja participação não atingia os 10%.

Informação mais detalhada consta do capítulo 2.6 deste relatório e no anexo 3.

INDICADORES		2020	META 2021	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2021	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 10.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,21	[4,05;4,25]	50%	5	4,36	106,2% Superou

A satisfação média global dos utilizadores alcançou um valor de 4,36, em linha com a tendência de crescimento verificado ao longo dos últimos anos avaliados (2020 - 4,21; 2019 - 4,18), mantendo-se na classificação Bom e superando a meta estabelecida no QUAR [4,05;4,25].

A taxa de resposta aos questionários foi de 16%, ligeiramente abaixo da registada nos dois últimos exercícios, tendo sido enviados um total de 469 questionários (acima do número enviado em 2020).

Informação mais detalhada consta do capítulo 2.6 deste relatório e no anexo 3.



B. Atividades Extra-QUAR

Para além dos objetivos operacionais identificados no QUAR, foram ainda definidos, tal com referido anteriormente, um conjunto de objetivos, denominados extra-QUAR, que completam o portfólio de serviços, atribuições e atividades do GPEARI, e foram medidos através de 19 indicadores, integralmente cumpridos ou superados.

Quadro 1. Objetivos operacionais e indicadores extra-QUAR

	META	RESULTADO	UO
EQ1. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental			
EQ1.1. Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	254-274	332 ●	DAEP; DFPF
Publicações e relatórios estatísticos			n.º
▪ Boletim Mensal da Economia Portuguesa (parceria)			12
▪ Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura			250
▪ Dossier de Indicadores de Conjuntura			12
▪ Notas - Situação Económica Internacional			13
▪ Atualização Indicadores Coincidentes			12
▪ <i>Portugal Latest Key Development</i>			12
▪ Dossiers Finanças Públicas (PT e CI, Destaques)			8
▪ Nota da dívida			11
▪ <i>Pager</i> Anual sobre o retorno para Portugal da participação nas IFI			2
EQ2. Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais			
EQ2.1 Número de reportes às instituições europeias e internacionais	85-115	99 ●	DPGE
Destaca-se o elevado número de reportes relativos ao <i>week developments</i> e <i>data provision</i> .			
EQ3. Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e das outras missões regulares de instituições europeias e internacionais			
EQ3.1 Número de reuniões organizadas no âmbito das missões	40-60	123 ●	DPGE; DAEP; DFPF; DSF; DCMIFE
EQ3.2 Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões (contado a partir do último dia de cada missão semestral - em dias)	6-10	8 ●	DPGE
EQ3.3 Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias e internacionais	40-60	94 ●	DPGE
Foram realizadas cinco missões de acompanhamento e supervisão, nomeadamente duas no âmbito do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro PPS, uma no âmbito do Artigo IV do FMI, uma no âmbito do <i>Survey</i> da OCDE, e outra conjunta relativa Semestre Europeu e ao Plano de Recuperação e Resiliência.			
EQ4.			

	META	RESULTADO	UO
Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido			
EQ4.1 Número de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU	7-9	12 ●	DPGE; DSF; DCMIPE
O número de pedidos relativos à posição portuguesa no âmbito do Brexit, que o GPEARI coordenou no MF a definição das orientações estratégicas, preparação e contingência e de relações bilaterais futuras.			
EQ5. Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia			
EQ5.1 Nº de resposta a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual	14-18	16 ●	DPGE
Destaque para o elevado número de pedidos de posição do Ministério das Finanças relativamente às propostas para instrumentos setoriais e de recursos próprios no contexto do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para o período 2021 a 2027.			
EQ6. Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica			
EQ6.1 Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	11-15	19 ●	DCRI
O GPEARI assegurou a coordenação da posição nacional no âmbito da emissão de 15 acordos de princípio a financiamentos do BEI e do CEB, em áreas que vão do apoio a Pequenas e Médias Empresas (PME) e empresas de capitalização média (MidCaps), ao apoio aos setores da energia, transportes, indústria, água e saneamento e saúde. Foram, igualmente, instruídos os processos conducentes à prorrogação do prazo de utilização do empréstimo do BEI ao IHRU e à assinatura do segundo contrato de financiamento do BEI relativo ao "Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFRRU 2014-2020", no valor de 200 MEUR.			
Por último, refira-se a emissão de uma recomendação no âmbito do processo de negociação da 12.ª reconstituição de recursos do Fundo Asiático de Desenvolvimento (FAsD13).			
EQ7. Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros			
EQ7.1 Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	3-5	4 ●	DCRI
EQ7.2 Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE	7-9	8 ●	DCRI

	META	RESULTADO	UO
EQ7.3 Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	50%-70%	89% ●	DCRI
<p>Mantiveram-se os procedimentos de acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e o Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe.</p> <p>O contexto da pandemia tornou mais desafiante a elaboração dos relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Cambial e Económica, mas a colaboração das autoridades cabo-verdianas e santomenses, a par do empenho dos quadros do GPEARI, permitiu elaborar os relatórios previstos nos termos dos Acordos e manter o acompanhamento da execução dos mesmos.</p>			
EQ8.			
Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas; Políticas de Igualdade e Não Discriminação)			
EQ8.1 % de cumprimento dos prazos fixados no âmbito do SIADAP1	80%-90%	100% ●	DADO
EQ8.2 Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	4-6	5 ●	DADO
EQ8.3 Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos	2-4	2 ●	DADO
<p>Os procedimentos de acompanhamento dos ciclos de gestão dos serviços sujeitos a SIADAP1 foram desenvolvidos em cumprimento dos prazos legais. Neste âmbito, ao longo do ano, foram realizados 4 processos de validação do QUAR, 1 processo de monitorização do QUAR e 4 pareceres de análise crítica da autoavaliação dos serviços do MF.</p> <p>Os reporte do acompanhamento da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas ocorreram dentro do previsto, tendo adicionalmente sido prestado apoio ao apuramento de informação para comunicação à Comissão Europeia.</p> <p>Relativamente às questões da política da igualdade, foi elaborado um ponto de situação da execução das medidas previstas no IV Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos e o planeamento e a monitorização da execução das medidas previstas na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação.</p>			
EQ9.			
Garantir o processo de planeamento, a elaboração dos instrumentos de gestão, a gestão de recursos e o controlo interno			
EQ9.1 Nº de processos de gestão de recursos, planeamento, instrumentos de gestão e reporte	380-464	459 ●	DADO
EQ9.2 Grau de implementação do Plano de Medidas Compliance - em pontos - (Requisitos legais e normativos RGPD, papel zero, RNID, RJCAI, Acesso Informação administrativa, Cibersegurança, mitigação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Segurança e Saúde no Trabalho)	40-60	40 ●	DADO

		META	RESULTADO	UO
--	--	------	-----------	----

Enquadrado num esforço de melhoria da eficiência dos procedimentos de controlo de gestão, atividades e desempenho foram revistos e elaborados um conjunto de instrumentos para controlo interno, com destaque para o Regulamento do Fundo de Maneio, Procedimentos de implementação do SIADAP23, Instruções e definição de perfis e nomeação de júris diferenciados nos procedimentos de recrutamento, Inquérito de autodiagnóstico sobre condições do posto de trabalho, segurança e saúde e Plano de Emergência. Foi ainda iniciada a implementação da assinatura digital, a definição de uma política de *passwords* e o desenho de um plano formal anual de compras.

EQ10.

Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC

EQ10.1

Grau de satisfação dos utilizadores internos

3,8-4,2

4,3 ●

DADO

O grau de satisfação organizacional com as áreas de suporte apontam para níveis de serviço de qualidade. Todos os indicadores melhoraram face a 2020 com exceção do tempo de resposta nas questões relativas ao sistema de gestão documental, embora com uma diferença espúria.



EQ11.

Desenvolvimento de um Novo Modelo Macroeconómico para a Economia Portuguesa

EQ11.1

Grau de execução do projeto "Novo Modelo Macroeconómico"

45%-55%

50% ●

DAEP;DPFP

O projeto "Novo Modelo Macroeconómico para a economia portuguesa" cujo objetivo é melhorar a capacidade de cenarização e preditiva do GPEARI, iniciou-se em 2021, tendo sido executadas as atividades previstas durante o ano, o que permitiu o cumprimento deste indicador.

Este projeto mereceu apoio do *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia, estando a sua implementação a cargo do Banco Mundial, através de um contrato de consultoria financiado pela Comissão Europeia.

EQ12.**Desenvolvimento da capacidade interna em Green Budgeting****EQ12.1**

Grau de execução do projeto "Formação em Green Budgeting"	45%-55%	60% ●	DAEP;DPFP
---	---------	-------	-----------

Com este indicador pretende-se avaliar o projeto de Formação em *Green Budgeting* que pretende fornecer ao GPEARI formação específica e capacitação para a implementação de um processo orçamental em que as receitas e despesas relevantes para as políticas ambientais são claramente identificadas e estão sujeitas a indicadores de desempenho específicos, com o objetivo de levar em consideração o impacto ambiental (incluindo riscos ambientais) na tomada de decisões orçamentais. Esta formação teve um primeiro momento em 2021, seguindo-se os subseqüentes no decurso de 2022.

Esta formação prevê a participação no *Green Budgeting Framework Training Programme*, apoiado pelo *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia, e foi executado ligeiramente acima do previsto para o ano de 2021, tendo sequêcia no ano de 2022.

No Anexo 4. encontram-se as principais áreas de intervenção de cada Departamento, bem como uma síntese do seu desempenho e principais resultados.

2.3. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE

Tal como o ano anterior, 2021 foi marcado pela pandemia da COVID-19 e todas as alterações organizacionais e de adaptação profunda nos métodos de trabalho, comunicação e interação, nomeadamente pela manutenção das equipas em teletrabalho durante a maior parte do ano e por um período mais alargado do que o previsto inicialmente.

Para além dos desafios evidentes impostos pela pandemia, à semelhança dos últimos anos, foi necessário um esforço acrescido para dar resposta tempestivamente às crescentes solicitações colocadas pela envolvente económica e financeira nacional e europeia e pela articulação com os diversos gabinetes governamentais, ministérios e serviços públicos.

O ano de 2021 teve ainda a particularidade da participação ativa do GPEARI na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia verificando-se um aumento significativo das solicitações, acrescidas às solicitações regulares da atividade corrente. Adicionalmente, manteve-se ativo o debate e análise das diversas iniciativas que a União Europeia e outras organizações internacionais têm vindo a desenvolver, para apoiar os esforços dos Estados-membros e dos países em desenvolvimento na resposta à situação de saúde pública e à recuperação económica.

Ainda como principal condicionante da atividade, com forte impacto no bem-estar dos colaboradores, e sendo um fator crítico à prossecução da atividade e dos objetivos anuais, mantém-se a dificuldade de contratação de pessoal especializado, situação já referenciada em anos ulteriores, associado à elevada rotatividade dos técnicos superiores especialistas no GPEARI. Neste contexto, não tem sido possível o preenchimento do mapa de pessoal definido para fazer face às exigências de cada ano, o que aumenta o nível de pressão e esforço colocado no corpo de trabalho do GPEARI, quer para responder às diferentes solicitações, quer para aprofundar certas temáticas de natureza mais abrangente. A elevada rotatividade coloca desafios à retenção de *know-how* no GPEARI.

2.4. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

A melhoria do desempenho organizacional tem vindo a representar um dos principais pilares em desenvolvimento na gestão do GPEARI. A adoção de medidas que contribuam para uma performance mais efetiva e para a satisfação e motivação dos colaboradores têm sido uma forte aposta, sendo significativo o impacto positivo observável em várias vertentes.

Neste enquadramento, foram sendo desenvolvidos um conjunto de projetos com o objetivo de reforçar o desempenho organizacional, sendo de destacar os seguintes:

- Projeto SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades, iniciado em 2019 e concluído durante o ano de 2021, integrou o lançamento do novo portal do GPEARI, bem como um conjunto de melhorias na gestão dos processos, nomeadamente no âmbito da modelação de processos e avaliação de impacto do enquadramento legal e normativo, designadamente na ótica da proteção de dados pessoais, acesso à informação administrativa e ambiental, redução do consumo de papel e demais consumíveis de impressão, interoperabilidade digital, arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação, segurança do ciberespaço e classificação e avaliação da informação arquivística;
- Certificação enquanto *research entity* da Eurostat que permite o acesso a bases de microdados, iniciado em 2020 e cujos impactos maiores foram sentidos em 2021, potenciando o desenvolvimento de trabalhos e investigação;
- Participação no Programa de Apoio às Reformas Estruturais da Comissão Europeia, consubstanciado em apoio técnico especializado e ações de formação (STATA, avaliação ex-post, QUEST III e avaliação de reformas estruturais), concluído em 2021;
- Participação no *Green Budgeting Framework Training Programme*, apoiado pelo *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia, para promover o desenvolvimento da capacidade interna em *Green Budgeting* (iniciado em 2021);
- Projeto "Novo Modelo Macroeconómico para a economia portuguesa", com início em 2021, apoiado pelo *Technical Support Instrument* da Comissão Europeia, consubstanciado numa consultadoria do Banco Mundial;
- GERProj 2.0., ferramenta de gestão e acompanhamento da atividade que permite facilitar e agilizar a elaboração do Plano de Atividades e QUAR, identificando as atividades, objetivos, indicadores e metas, bem como do Relatório de Atividades,

produzindo relatórios para os diversos níveis da organização, potenciando a análise dos resultados e eventuais desvios. Em 2021, com base num modelo de participação colaborativa com o GPEARI e a SGMF, a eSPap continuou o desenvolvimento desta plataforma, estando em condições de ser adotada em 2022.

Ainda numa perspetiva de melhoria e promoção do desempenho organizacional têm sido desenvolvidas iniciativas que visam fomentar a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão, indicações especialmente referenciadas nos questionários de satisfação dos colaboradores. Estas iniciativas vão ao encontro do reforço da comunicação e envolvimento dos trabalhadores, participação destes na gestão e também da responsabilidade social do GPEARI, estando alicerçadas em três pilares: i) Comunicação e envolvimento - sessões de lançamento e balanço de atividade, reuniões de coordenação de dirigentes e promoção de reuniões departamentais; ii) Participação na gestão - consultas internas (instrumentos de gestão e comunicação); iii) Responsabilidade social – promoção de iniciativas de solidariedade social (ex. Unicef no Dia da Criança, campanha de Natal).

Em resposta à situação decorrente da pandemia da COVID-19 foram divulgadas orientações e boas práticas junto da organização, transmitindo sempre uma preocupação fulcral com o bem-estar coletivo e pessoal. Foi mantida a modalidade de trabalho remoto durante a maior parte do ano de 2021, sendo promovidos momentos de partilha e descontração, designadamente na Páscoa, início do período de férias e Natal.

2.5. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES

A auscultação do ambiente organizacional é um vetor fundamental para a adoção de estratégias de melhoria e crescimento, mitigando as situações que possam consubstanciar riscos de insatisfação, desmotivação e descomprometimento. Com esta premissa, o GPEARI aplica anualmente um questionário para avaliar o grau de satisfação dos colaboradores, que agrega um conjunto de temáticas relativas ao modo como os colaboradores percecionam a organização.

O instrumento de inquirição conta com 28 questões que abrangem cinco dimensões:



Para além das questões atrás referidas, foi também avaliado um conjunto de áreas específicas de apoio e suporte, nomeadamente as áreas de Secretariado, Recursos Humanos, Financeiros e Economato, Sistemas de Informação (Helpdesk), Sistema de Gestão Documental e ainda Sistema de Assiduidade, avaliados relativamente ao tempo de resposta às solicitações e à qualidade da resposta dada.

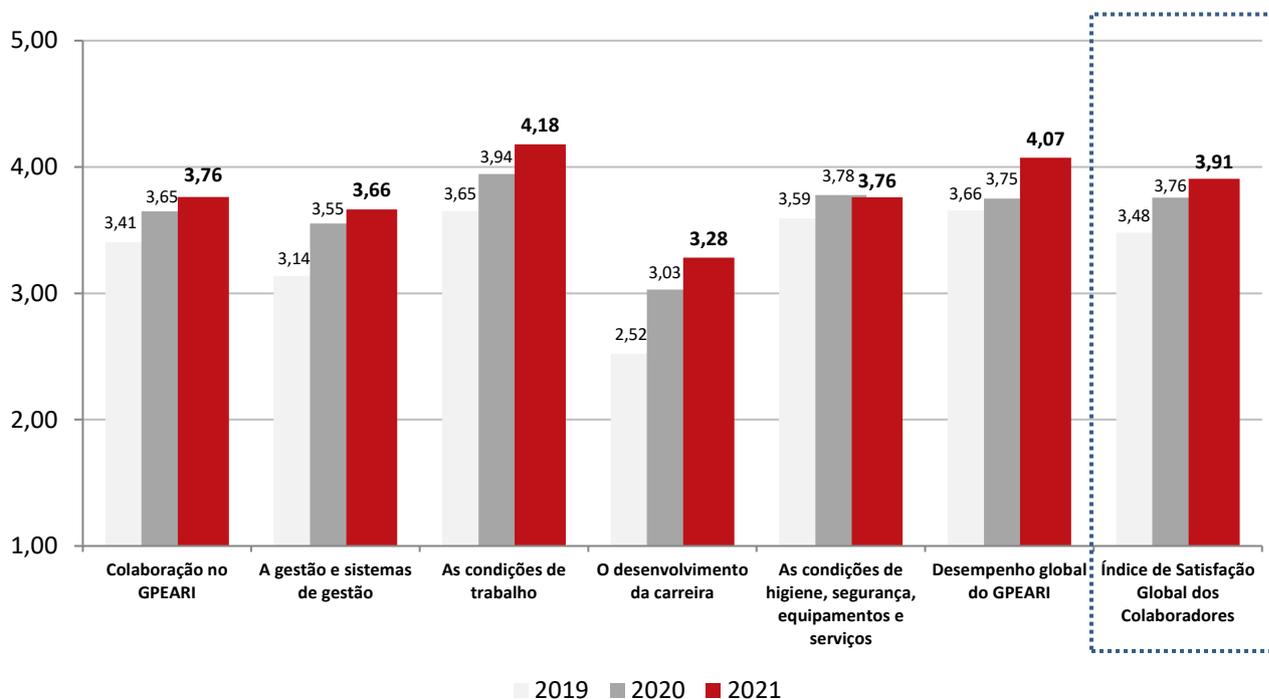
O processo de inquirição foi realizado entre os dias 25 de janeiro e 1 de fevereiro, tendo sido enviados questionários para os 55 colaboradores elegíveis e recebidas 41 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 74,5%.⁴

Tratando-se 2021 de um ano, de novo, atípico devido à pandemia causada pela COVID-19, este processo de auscultação dos colaboradores continuou a revelar-se ainda mais importante. A necessidade de adaptação e reformulação dos processos de trabalho, com a continua adoção do trabalho remoto e a já habitual mudança física de local de trabalho, associada também às incertezas de novo constatadas ao longo do ano, trouxe, a par de 2020, ao GPEARI, um desafio relevante, relativamente ao qual se procurou dar uma resposta eficaz, com a utilização das novas tecnologias de forma ainda mais intensa.

⁴ Superior à registada no ano anterior, de cerca de 65,5%.

Em termos gerais, a análise dos resultados do questionário de satisfação dos colaboradores do GPEARI, relativo ao ano de 2021, mostra que a satisfação média global dos colaboradores do GPEARI foi de 3,91, verificando-se uma ligeira subida face a 2019 (3,48) e 2020 (3,76).

Gráfico 2. Satisfação média global dos Colaboradores



Em 2021, todas as dimensões continuaram a ter nota positiva, resultando num aumento de satisfação considerável e generalizado. Em particular, podem ser destacadas as seguintes conclusões:

- A dimensão com nível de satisfação mais elevado continuou a ser a que reflete a avaliação sobre as condições de trabalho, que obteve um nível de satisfação de 4,18. Verificou-se, inclusive, um aumento da satisfação comparativamente a 2020 (3,94) e em todos os seus itens, que passam pela avaliação do ambiente geral de trabalho, funções desempenhadas ou igualdade de tratamento e autonomia.
- Relativamente aos itens específicos, os que registaram maior grau de satisfação foram a *equipa onde está inserido* (4,41), *o ambiente de trabalho* (4,29) e a *possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais* (4,24). Em todos estes 3 itens, registou-se uma subida, face a 2020, em cerca de +0,44, +0,26 e +0,19, respetivamente.
- Já a dimensão com menor grau de satisfação continua a ser o desenvolvimento da carreira (3,28), embora apresentando um valor de satisfação superior ao registado em 2020 (3,03), mantendo-se assim num patamar positivo. Também obtiveram pontuação mais baixa os itens relativos ao *envolvimento dos/as colaboradores/as na implementação de iniciativas de melhoria* e a *forma como os esforços individuais ou da equipa são recompensados*, ambos com

3,27, e, por último, *as ações de formação realizadas até ao presente* (3,05). Destaca-se, contudo, que todos estes itens apresentaram valores de suficiente, registando-se também uma subida, face a 2020, em cerca de +0,07 e +0,12, respetivamente, tendo *as ações de formação realizadas até ao presente* uma subida de +0,11.

- Foram sugeridos, como fatores a desenvolver, o reforço da melhoria da comunicação, nomeadamente a comunicação interna, comunicação estratégica e circulação da informação vertical e horizontal, bem como a realização de mais interações interdepartamentais, maior presença da Direção e partilha de assuntos, através da criação de grupo de debate interno.
- Foi realizado, de novo, um apelo à criação de políticas de recursos humanos eficazes, consubstanciando-se numa maior compensação salarial e de progressões de carreira dos trabalhadores, aumento da autonomia dos técnicos e chefias intermédias e uma maior aposta na formação profissional, através do investimento na capacitação dos elementos do GPEARI.
- Em 2021, voltou a reforçar-se a necessidade do incremento das condições de trabalho, designadamente, no que diz respeito à limpeza e higiene das instalações, criação de um espaço multiusos, melhorias gerais na iluminação e temperatura das salas de trabalho, bem como melhoria dos computadores, meios informáticos, funcionamento do sistema documental Fabasoft e da *Intranet*.

Foram ainda recolhidas observações, comentários e sugestões cujo processo de tratamento e análise resultará na revisão de medidas de melhoria que têm vindo a ser adotadas.

Verifica-se assim que, apesar da continuação dos desafios ocorridos em 2021, o GPEARI apresentou, no geral, uma melhoria de resultados de satisfação em comparação com 2020, fruto do contínuo esforço por criar um ambiente de trabalho positivo, permitindo que todos pudessem continuar a progredir, criando sentido de compromisso com a missão e objetivos comuns e potenciando a realização profissional.

No anexo A3. pode consultar-se um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Colaboradores*.

2.6. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES E STAKEHOLDERS

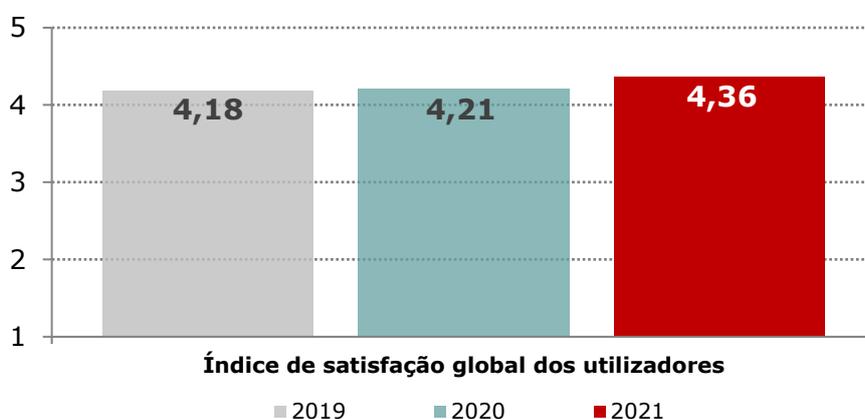
A aferição da satisfação dos utilizadores é uma componente fundamental do processo de autoavaliação e, por isso, o GPEARI tem persistentemente lançado um questionário onde se inclui a avaliação das quatro seguintes dimensões, através de 10 questões, avaliadas numa escala de um (Mau) a cinco (Excelente):



Para além da análise à satisfação dos utilizadores relativamente aos aspetos descritos, tentou apurar-se igualmente a posição relativa do GPEARI face a outros organismos - numa escala de um (Muito Pior) a cinco (Muito Melhor) e o impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho da sua organização - numa escala de um (Irrelevante) a cinco (Muito Importante).

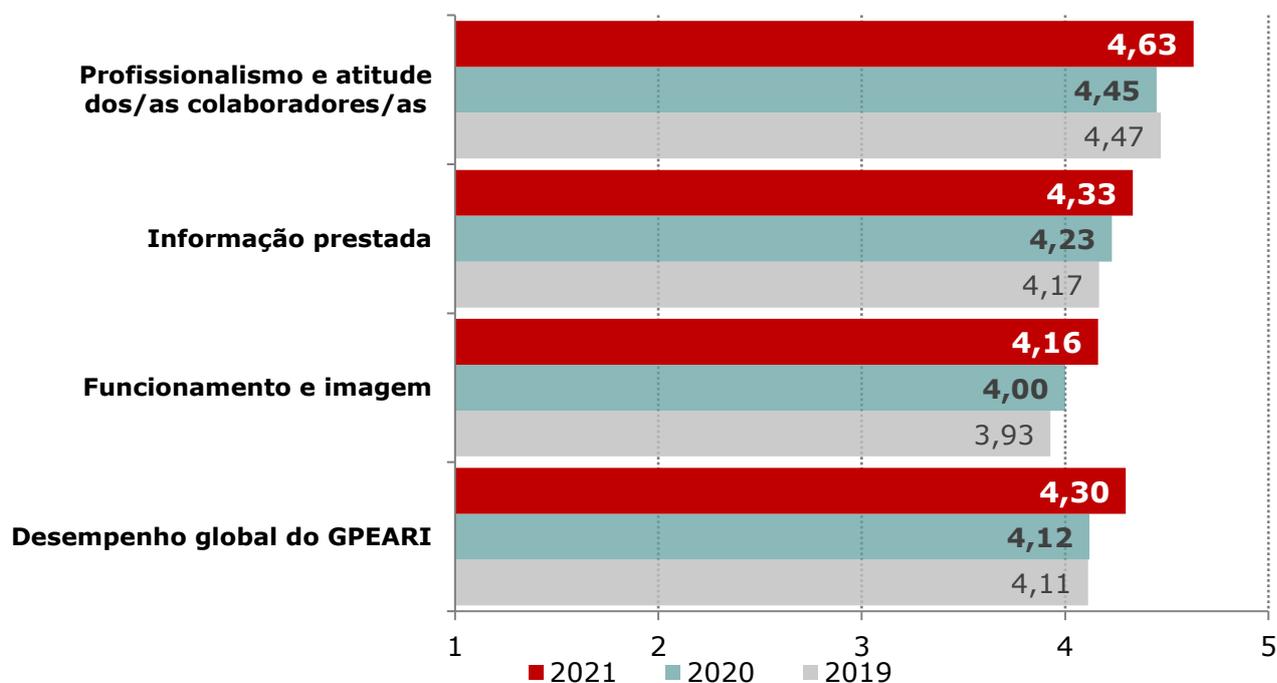
A taxa de resposta aos questionários foi de 16,0%, ficando, no entanto, abaixo face 2020 (18,8%) e 2019 (18,5%), mas mantendo-se muito acima do obtido em 2018 (8,6%). Foram enviados um total de 469 questionários. A par do ocorrido no ano transato, importa destacar o reforço da afinação das listas de contactos, inclusive, por cumprimento com o regulamento da proteção de dados pessoais em vigor, bem como o procedimento de envio e alertas para preenchimento do questionário, de forma mais apelativa para o utilizador, tentando mitigar (com sucesso) a tendência de esgotamento que estas metodologias têm vindo a demonstrar.

A satisfação média global dos utilizadores alcançou um valor de 4,36, em linha com a tendência de crescimento verificado ao longo dos últimos anos avaliados (2020 - 4,21; 2019 - 4,18), mantendo-se na classificação *Bom* e superando a meta estabelecida no QUAR [4,05;4,25].



Este valor resulta da média das quatro dimensões do questionário, destacando-se valores muito positivos em todas elas, em particular nas dimensões relativas ao Profissionalismo e atitude dos colaboradores e Informação prestada, em que atingiram um índice de satisfação mais elevado com 4,63 e 4,33, respetivamente, bem como uma subida geral face a 2020.

Gráfico 3. Satisfação média global dos Utilizadores, por dimensão

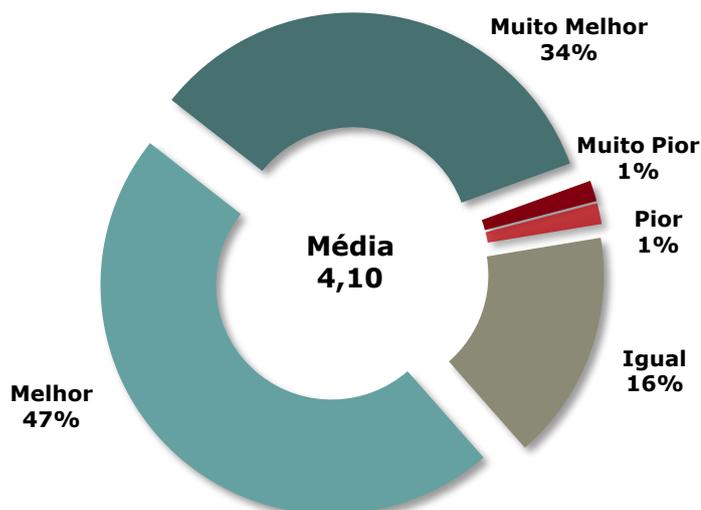


Já o *item Desempenho Global do GPEARI* (item único de avaliação), voltou a registar uma subida, desta feita, significativa, alterando assim valores de 4,12 em 2020, para 4,30, em 2021.

Os itens com grau de satisfação mais elevados voltaram a ser, tal como nos últimos cinco anos, a *cortesia dos colaboradores* com 4,78 e a *competência técnica dos colaboradores* com 4,59. O item com menor grau de satisfação voltou a ser o que diz respeito às *melhorias implementadas recentemente na prestação do serviço*, embora tenha melhorado residualmente o seu resultado (de 3,94 pontos para 3,96 pontos), continuando, contudo, dentro do valor considerado de Bom.

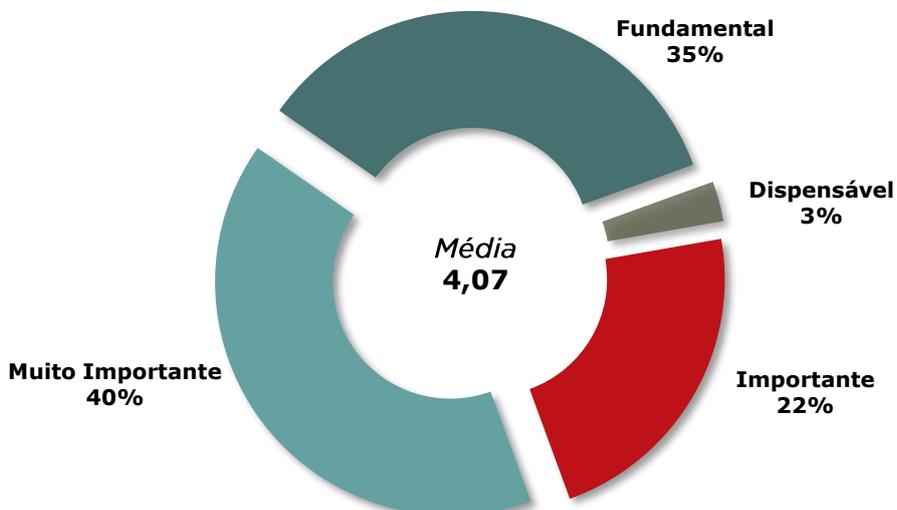
A comparação da prestação do GPEARI com outros organismos públicos mostrou que 81% dos utilizadores considerou *Melhor* ou *Muito Melhor* a atuação do GPEARI face aos demais organismos com que se relacionam (73% em 2020, 75% em 2019 e 77% em 2018) e melhorou ainda o resultado médio, atingindo, em 2021, uma pontuação média superior a 4 (3,84 em 2019, 3,96 em 2020 e 4,10 em 2021).

Gráfico 4. Comparação do GPEARI com outros organismos públicos



Relativamente ao Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI, 35% dos utilizadores inquiridos consideram *Fundamental* os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARI no desenvolvimento do seu trabalho (37% em 2020, 34% em 2019 e 32% em 2018), constatando-se, deste modo, a apresentação de valores aproximados aos verificados em anos anteriores, bem como na categoria seguinte: 40% consideram *Muito Importante* (39% em 2020, 42% em 2019 e 41% em 2018) os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARI no desenvolvimento do seu trabalho. No que diz respeito à média, esta baixou ligeiramente, de 4,13 em 2020, para 4,07 em 2021.

Gráfico 5. Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho dos outros organismos



Encontra-se no anexo A3. um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Utilizadores*.

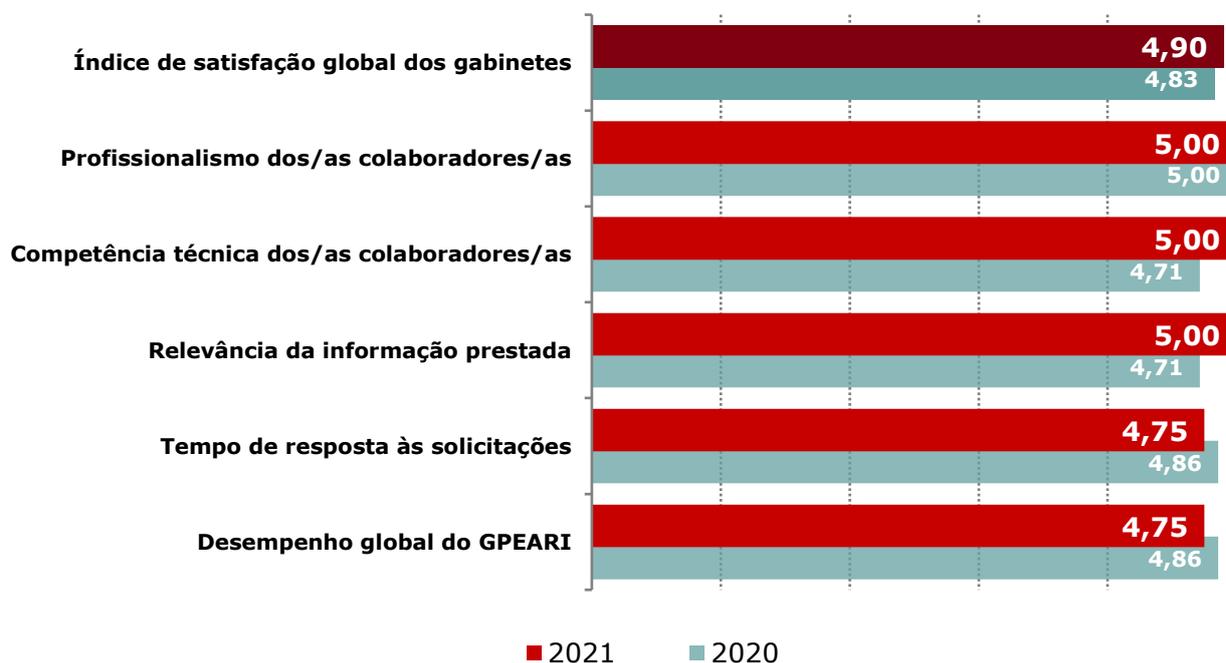
GABINETES

Sendo os gabinetes governamentais os principais clientes dos serviços prestados pelo GPEARI, a aferição do seu nível de satisfação reveste-se da maior importância no sentido de poderem ser identificados os fatores críticos conducentes à melhoria dos seus modos de atuação e produtos.

Este indicador reflete o resultado dos questionários de satisfação, que contaram com uma taxa de resposta de 14,3 %, tendo esta sido inferior às de anos anteriores, embora o número de inquiridos da equipa política do Ministério das Finanças também tenha diminuído (o número de respondentes, passou de 7 em 2020 para 4, em 2021).

O questionário é constituído por cinco questões, avaliadas numa escala de um (Muito Fraco) a cinco (Muito Bom), pretende avaliar as seguintes dimensões: i) Desempenho global; ii) Tempo de resposta; iii) Relevância da informação; iv) Competência técnica e v) Profissionalismo.

Gráfico 6. Satisfação média global dos Gabinetes do MF



Em relação ao grau de satisfação destes utilizadores verificou-se que foi de 4,90, observando-se uma subida face ao registado no ano anterior (4,83).

2.7. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno encontra-se devidamente caracterizado no anexo A5, encontrando-se cumpridos a generalidade dos itens aplicáveis:

Ambiente de controlo

- Estão garantidos as principais regras de cumprimentos da legalidade, regularidade e boa gestão, estando definidos os valores éticos e de integridade que regem o serviço e privilegiando-se uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas.

Estrutura organizacional

- Obedece às regras definidas legalmente, verificando-se a aplicação da avaliação de desempenho (SIADAP 2 e 3) à totalidade dos colaboradores. Foi ainda garantida formação aos colaboradores, essencialmente gratuita e/ou interna ou decorrente de candidaturas a formação por entidades internacionais (PARE).

Atividades e procedimentos de controlo administrativo

- As atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço estão garantidos, existindo alguns manuais de procedimentos para determinados processos, estando as responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos definidas, embora ainda não totalmente formalizadas. A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARI não se compadecem com sistemas rotativos. O GPEARI detém um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, tendo sido iniciado o seu processo de revisão durante o ano de 2020.

Fiabilidade dos sistemas de informação

- As aplicações, nomeadamente de suporte ao processamento de dados, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
- Estão garantidos os requisitos de segurança relativamente a acessos às áreas partilhadas e a política de backups salvaguarda a informação dos computadores de rede.

3. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

No que respeita a **recursos humanos**, o mapa de pessoal para 2021 previa 72 lugares, tendo o GPEARI, a 31 de dezembro, 62 colaboradores em exercício de funções, onde se inclui o pessoal em regime de mobilidade, com cerca de 5 técnicos superiores, e em cedência de interesse público, também com 5 técnicos superiores.

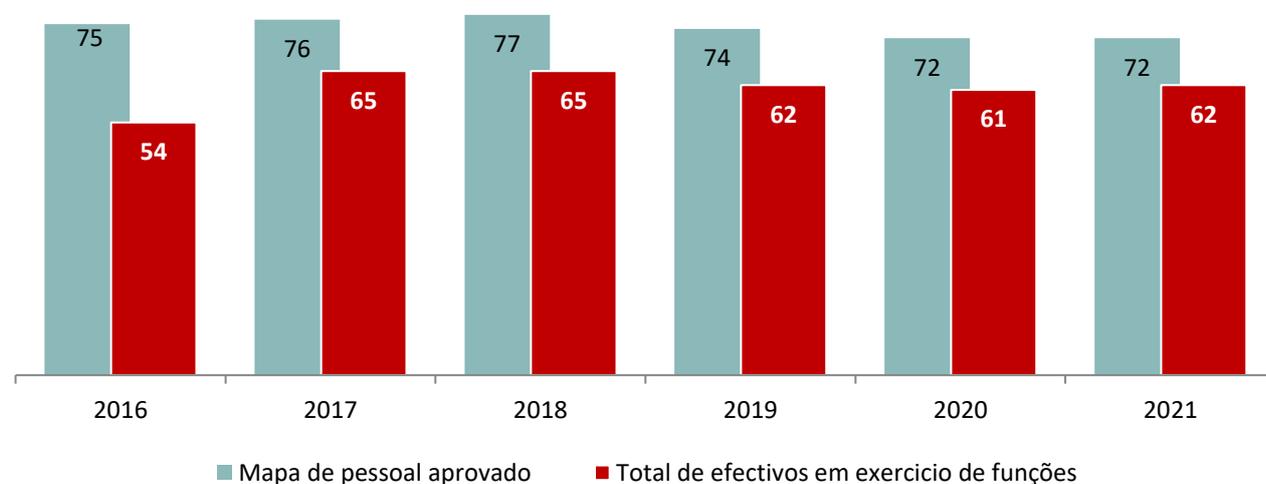
Os lugares previstos e ocupados no mapa de pessoal estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2. Mapa de pessoal para 2021 – lugares previstos e ocupados

DESIGNAÇÃO	Lugares Previstos	Colaboradores a 31 de dezembro	Taxa de Execução
Dirigentes - Direção superior	3	3	100%
Dirigentes - Direção intermédia	16	13	81%
Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas e Técnico Superior*	45	40	89%
Coordenador Técnico	1	1	100%
Técnico de Informática	3	2	67%
Assistente Técnico	3	2	67%
Assistente Operacional	1	1	100%
Total	72	62	86%

*Inclui 6 técnicos em mobilidade, 5 em regime de ACIP (acordo de cedência de interesse público), 1 alocado a gabinete ministerial e 1 perito nacional destacado.

Gráfico 7. Mapa de pessoal e efetivos em exercício de funções – 2015 a 2021



As dificuldades de recrutamento no universo da administração pública persistem, não tendo sido possível preencher a totalidade dos lugares previstos no mapa de pessoal.

Em termos de indicadores gerais, o pessoal em exercício de funções no GPEARI, em 2021, apresentava a seguinte caracterização:

- Média etária baixa: 45 anos, não existindo grandes disparidades entre a média etária dos homens (44 anos) e das mulheres (45 anos), continuando a ser um valor inferior à média da Administração Pública (47,7 anos - segundo o mais recente Boletim Estatístico do Emprego Público - nº 21/2021);
- Género: existe um predomínio do sexo feminino. A taxa de feminização é de 61%, mantendo-se o mesmo valor face à taxa registada em 2020. No grupo dos dirigentes intermédios continua a verificar-se uma taxa de feminização ainda mais evidente (69%), diminuindo, contudo, face a 2020 (75%);
- Elevada taxa de habilitação superior: 90% dos trabalhadores do GPEARI possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), mantendo o mesmo valor face a 2020 e, de novo, consideravelmente superior à média da Administração Central (cujo valor mais recente disponível é de 54,3%, segundo o Boletim Estatístico do Emprego Público nº 21/2021, de junho de 2021). A maior parte dos colaboradores do GPEARI são técnicos superiores (Índice de tecnicidade de 65%), apresentando um valor residualmente inferior a 2019 (66%);
- Absentismo: verificou-se uma diminuição na taxa de absentismo geral (de 4% em 2020, para 3% em 2021), essencialmente devido à diminuição de dias de proteção na parentalidade e inexistência de dias de ausência por acidente de trabalho;
- Encargos com pessoal: as despesas com pessoal ascenderam a 2,32 milhões de euros, significando um aumento, face a 2020, em cerca de 9%, explicado, em parte, pelo aumento do valor pago em remunerações base, em virtude de um aumento de rotação dos trabalhadores ocorrida em 2021. Por outro lado, constatou-se que existiu uma diminuição do volume de despesa com suplementos remuneratórios, em cerca de 13%;
- Formação: em 2021 verificaram-se 143 participações em ações de formação num total de 1269 horas. Destas, cerca de 129 participações foram realizadas à distância (online). O aumento elevado do nº de horas de formação relativamente a 2020 (de 1087 horas para 1269 horas em 2021) ocorreu principalmente pelo facto de ter existido cada vez mais uma aposta e disponibilidade da formação online, influenciada pela situação social e pandémica COVID-19, que se continuou a viver no ano transato.

Informação adicional, relativa à área de recursos humanos, pode ser consultada na síntese dos principais indicadores do Balanço Social do GPEARI, disponível no anexo 7 do presente relatório.

Em termos de recursos financeiros, o orçamento global aprovado para o ano de 2021 ascendeu a 3,498 milhões de euros, que contabiliza 65.936 euros provenientes da fonte de financiamento 411 (FEDER), relativos a um projeto cofinanciado pelo Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA).

A dotação corrigida líquida de cativos ascendeu a 3,383 milhões de euros, da qual se executaram 2,805 milhões de euros.

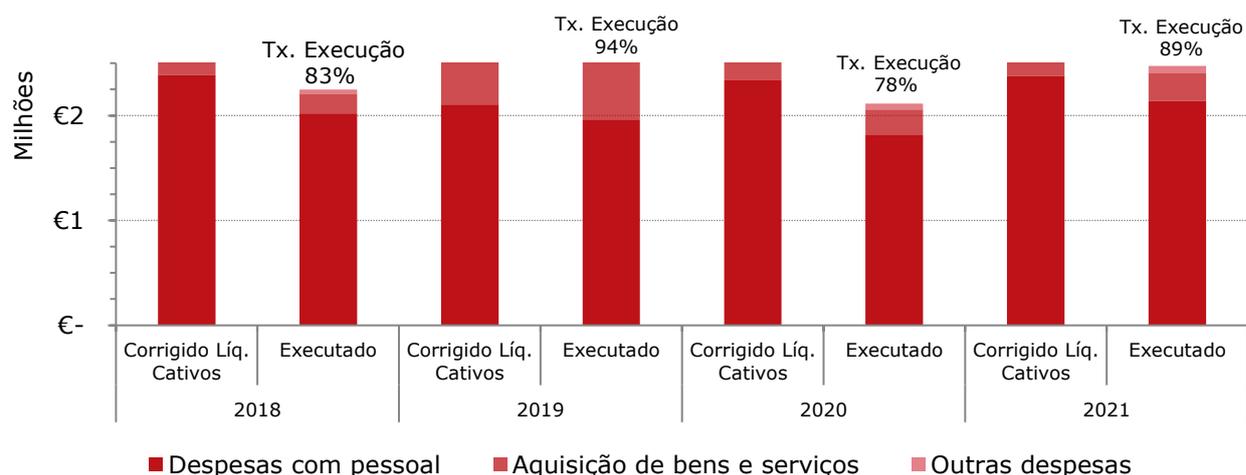
Quadro 3. Recursos Financeiros em 2021

	Dotação Inicial	Dotação Corrigida Líquida de Cativos	Executado	
Orçamento de Atividades				
Funcionamento Geral	€ 2 796 578,00	€ 2 776 889,00	€ 2 472 752,98	89,1%
Funcionamento Cooperação	€ 585 439,00	€ 459 891,00	€ 187 554,40	40,8%
Orçamento de Projetos				
	€ 115 779,00	€ 146 074,00	€ 144 893,14	99,2%
TOTAL	€ 3 497 796,00	€ 3 382 854,00	€ 2 805 200,52	82,9%

Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 07.03.2022

Relativamente ao orçamento de Funcionamento - Geral, o valor executado ascendeu a 2,472 milhões de euros (89%), salientando-se o peso das despesas com o pessoal (86%), seguido de aquisição de bens e serviços (11%) e Investimento (3%).

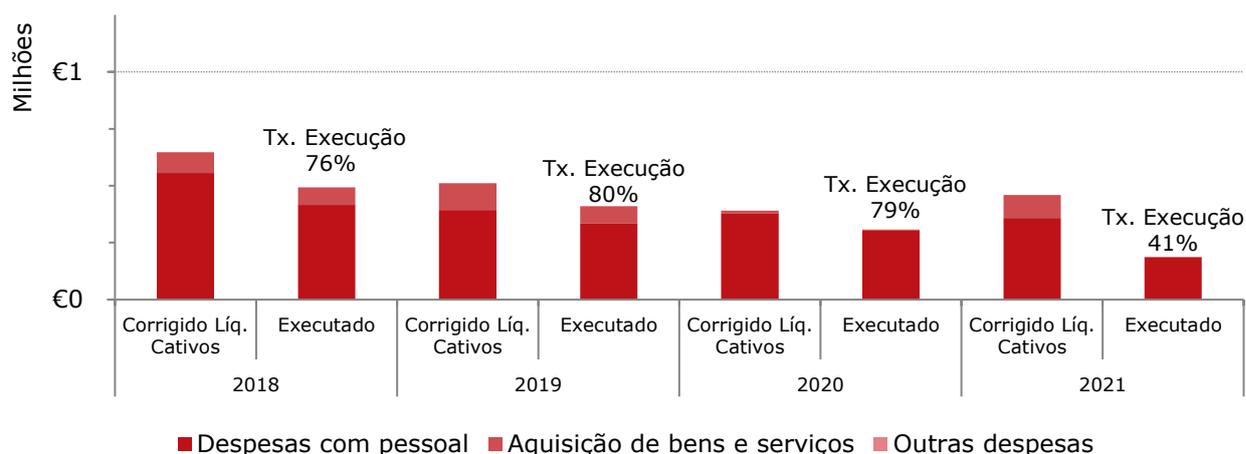
Gráfico 8. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Geral por rubricas



Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 07.03.2022

Do orçamento de Funcionamento - Cooperação, foram executados 188 mil euros (41%), dos quais 99% relativos a despesas com o pessoal e 1% referentes à aquisição de bens e serviços, maioritariamente relativos a deslocações e estadas.

Gráfico 9. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Cooperação por rubricas



Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 07.03.2022

No Anexo A6 constam os mapas relativos à execução orçamental, onde poderão ser verificados em pormenor os valores executados.

A evolução nos últimos anos do orçamento do GPEARI evidencia que, após um decréscimo de mais de 40% no orçamento executado de 2013 face a 2010, se assistiu a uma recuperação frágil dos valores executados entre os anos de 2014 e 2016, para se voltar a observar um decréscimo na execução de 2017 (-5,8%). Em 2018 voltou a crescer ligeiramente nos anos seguintes (1,7%), bem como em 2019 (11,7%), crescimento que se deveu em grande medida à regularização do Princípio da Onerosidade.

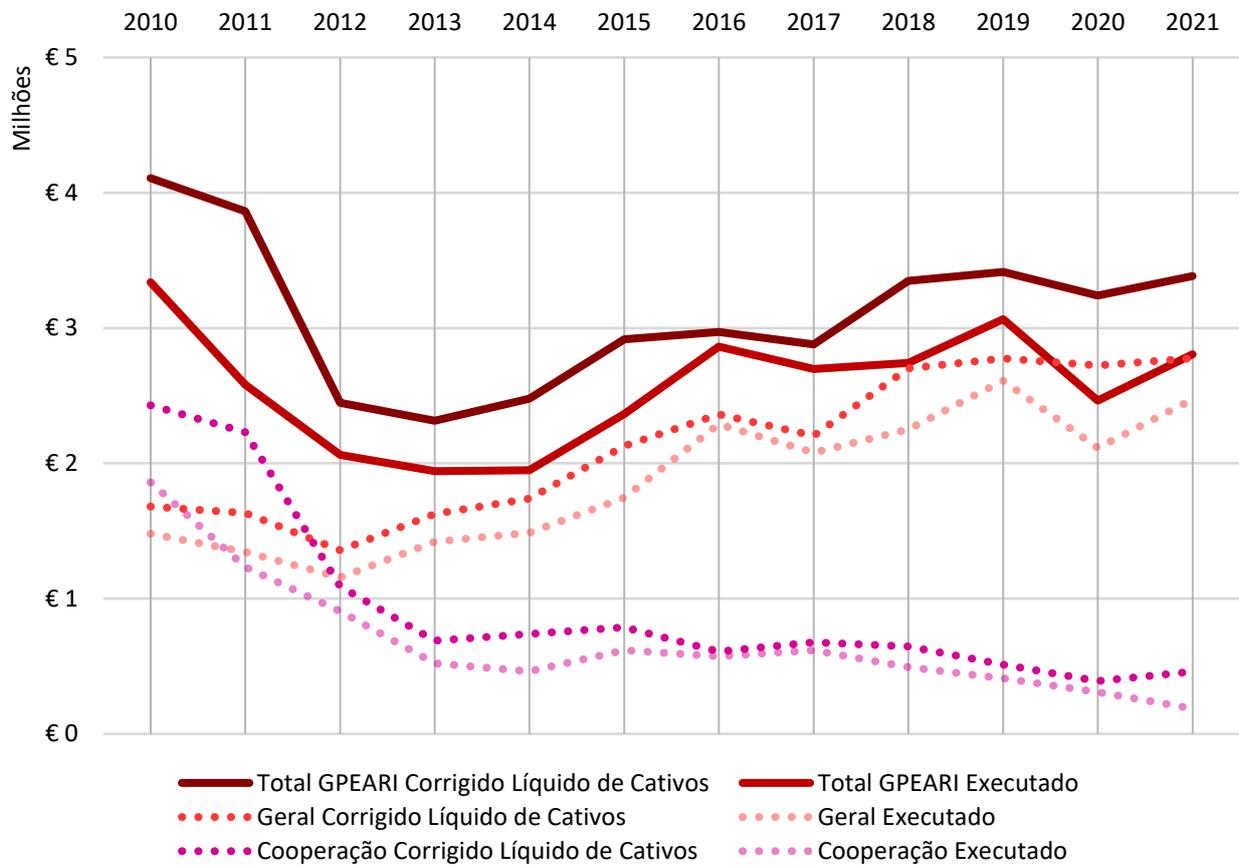
Em 2020, por força da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, o valor executado é consideravelmente inferior ao executado em 2019 (-19,6%), subindo novamente em 2021 (13,9%), mas mantendo-se abaixo da execução que se verificou em 2010 (-16%). Importa ainda referir que a rubrica de deslocações e estadas teve uma execução extraordinariamente baixa em 2020 e 2021, devido às restrições de deslocação.

Quadro 4. Evolução do Orçamento do GPEARI

	2018		2019		2020		2021	
	Corrigido Líq. Cativos	Executado						
Orçamento de Atividades								
Funcionamento - Geral	€ 2 702 111	€ 2 247 042	€ 2 775 683	€ 2 610 202	€ 2 724 141	€ 2 113 117	€ 2 776 889	€ 2 472 753
Funcionamento - Cooperação	€ 646 907	€ 492 795	€ 511 610	€ 410 875	€ 390 252	€ 308 159	€ 459 891	€ 187 554
Orçamento de Projetos								
			€ 127 650	€ 43 643	€ 125 930	€ 41 983	€ 146 074	€ 144 893
TOTAL	€ 3 349 018	€ 2 739 838	€ 3 414 943	€ 3 064 720	€ 3 240 323	€ 2 463 259	€ 3 382 854	€ 2 805 201

Fonte: Mapas de Execução da Despesa Agregada extraídos a 07.03.2022

Gráfico 10. Evolução do Orçamento corrigido e executado do GPEARI



Fonte: Mapas de Execução da Despesa Agregada extraídos a 07.03.2022

4. INFORMAÇÃO ADICIONAL À AUTOAVALIAÇÃO

4.1. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A modernização administrativa tem ocupado a agenda dos serviços públicos, constituindo um impulso e resultando em ganhos operacionais, organizativos e de capacitação para as organizações. Tendo em vista a promoção de um serviço mais ágil, inovador e capaz de se adaptar e responder aos desafios futuros, têm vindo a ser adotadas medidas de modernização administrativa, e, em consonância com a obrigatoriedade imposta pelo artigo 40º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio⁵, têm sido trabalhados processos que visam a desburocratização, qualidade e inovação e a geração de poupanças associadas a tais medidas.

Em 2021, o GPEARI deu continuidade à implementação de medidas que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a introdução de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, potenciando a sua estrutura organizacional.

Neste domínio, foram concluídos os trabalhos no âmbito do projeto “SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades”, financiado pelo SAMA2020. Este projeto revelou-se um desafio à organização, oferecendo melhorias significativas na gestão da atividade e na reengenharia e desmaterialização na Gestão de Processos.

Enquadrando-se nas mais recentes orientações de racionalização e controlo da despesa, maior simplificação e modernização administrativa, e desmaterialização de processos, o GPEARI procurou a implementação de melhorias nas atividades de controlo, avaliação, monitorização, informação e comunicação, beneficiando assim de possíveis ganhos de eficácia e de eficiência no seu desempenho e sem nunca descurar a legalidade e qualidade dos processos.

Neste seguimento, com o objetivo de melhor definir e solidificar as políticas internas de gestão do risco e do controlo de gestão, procedeu-se à atualização e desenvolvimento da Aplicação de Gestão de Inventário, do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do Código de Conduta e do mapa de afetação do parque informático.

Na continuação do que já tinha sido implementado nos últimos anos e no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros nº 51/2017, de 19 de abril, mantiveram-se os esforços de desmaterialização de processos, altamente potenciado pelo recurso generalizado ao teletrabalho, durante boa parte do ano de 2021.

⁵ Obrigando à integração nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver.

4.2. PERSPETIVA DE GÉNERO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual». A ENIND marca um novo ciclo programático que se iniciou em 2018, definindo grandes metas de ação global e estrutural até 2030, para a consecução da igualdade e da não discriminação. Em termos operacionais, encontra-se estruturada através de 3 Planos de Ação onde estão definidas medidas concretas a desenvolver até 2021, nomeadamente: o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais.

Neste contexto, o GPEARI assegurou a representação do MF na totalidade das reuniões da Comissão de Acompanhamento da ENIND, das Comissões Técnicas de Acompanhamento de cada Plano de Ação e das reuniões do Conselho Consultivo da CIG.

A propósito da monitorização e revisão da ENIND, foi reportado à CIG a execução, à data de 31 de dezembro de 2021, das medidas em que o Ministério das Finanças estava identificado como uma das entidades responsáveis.

No âmbito do projeto de Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não-Discriminação (ENIND) e do IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2018-2021), o GPEARI, enquanto entidade responsável nos Planos de Ação, assegurou a participação numa sessão de trabalho e respondeu um a Inquérito por Questionário, promovido pelo Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG/ISCSP-ULisboa), no sentido de aferir o estado de execução das medidas previstas e respetivos indicadores de produto.

O GPEARI foi ainda identificado como representante da área governativa finanças, na rede de pontos focais que colabora para a definição, articulação, convergência e execução das medidas, ações e projetos constantes do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 - Portugal contra o racismo (PNCRD 2021 -2025), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho.

Para além disso, foram iniciados os contributos que relevam da área de competências do MF para efeitos de elaboração do Relatório Anual de Atividades da Comissão Nacional para os Direitos Humanos em 2021 e de elaboração do Plano de Atividades da referida Comissão para 2022.

4.3. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010 de 25 de junho, define que deve ser incluída no relatório de atividades uma secção específica dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional.

No que respeita à atividade do GPEARI durante o ano de 2021 não se verificou qualquer iniciativa de publicidade institucional a registar.

4.4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LOE2021 NO ÂMBITO DO QUAR

O Orçamento do Estado para 2021, publicado através da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, veio impor a adoção de algumas medidas por parte dos serviços no âmbito do processo de planeamento a nível de SIADAP1.

O artigo 28.º da referida lei identifica os objetivos obrigatórios a inscrever no QUAR, alinhados com as estratégias de valorização dos recursos humanos da Administração Pública, e cujo peso relativo tem de atingir 50% do QUAR:

- Objetivos de boa gestão dos trabalhadores, designadamente nos domínios da participação dos trabalhadores na gestão dos serviços, da segurança e da saúde no trabalho, da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e da motivação;
- Medidas previstas no programa «SIMPLEX» e no Orçamento Participativo Portugal (OPP) cuja responsabilidade de implementação lhes esteja atribuída;
- A avaliação pelos cidadãos, em particular nos serviços que tenham atendimento público ou prestem serviço direto a cidadãos e empresas.

A fim de dar cumprimento a estas disposições, o GPEARI introduziu os seguintes objetivos no QUAR 2021:

- O8. PROMOVER A INOVAÇÃO, A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS, onde é de destacar a concretização de 100% do projeto SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020);
- O9. PROMOVER A MOTIVAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA GESTÃO, onde se destaca a implementação de 13 iniciativas de desenvolvimento organizacional,

nomeadamente reuniões gerais relativas ao planeamento e acompanhamento da atividade, consultas internas no âmbito dos instrumentos de gestão e de comunicação e iniciativas de solidariedade social.

- O10. MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO GPEARI, onde se destaca, como medidas que contribuíram para o cumprimento do objetivo, o grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (4,90 numa escala de 1 a 5) e o grau de satisfação dos utilizadores (4,36 numa escala de 1 a 5).

CONCLUSÕES PROSPETIVAS E MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO

O ano de 2021 deu continuidade ciclo iniciado em 2019, ano em que o GPEARI procedeu à revisão dos seus objetivos estratégicos, evidenciando os principais eixos estratégicos que contribuem para a prossecução e cumprimento da missão. Para este terceiro ano do ciclo, o desafio passou por aprofundar os vetores de melhoria contínua dos serviços que presta aos seus mais diretos clientes e *stakeholders*, continuando a aposta na melhoria das condições necessárias ao trabalho em rede, potenciando a complementaridade e a partilha de conhecimento, quer a nível interno, quer a nível externo com os seus parceiros estratégicos.

Tratou-se de mais um ano exigente em termos organizacionais, tendo em conta o contexto decorrente da pandemia da COVID-19, associado ao facto de ter que continuar a cumprir a sua missão maioritariamente em regime de teletrabalho, com inúmeras reuniões e encontros por via remota, aos quais, no entanto, o GPEARI se adaptou com grande facilidade.

Os elevados níveis de incerteza que marcaram o panorama internacional, originados por um conjunto alargado de fatores de âmbito político, económico, social e ambiental, traduziram-se num acréscimo significativo da atividade técnica do GPEARI, que foi chamado a dar resposta à maior necessidade de avaliação e implementação de políticas e medidas promotoras da resiliência e recuperação da atividade económica.

A esses, acresceram os desafios decorrentes do exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, no primeiro semestre do ano, em que o GPEARI assumiu a coordenação de importantes atividades na área governativa finanças. Acresceu, ainda, a participação ativa em projetos estruturantes que contribuirão para o reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas e para a criação de um novo modelo macroeconómico para a economia portuguesa, bem como a reafirmação do país como um importante ator na cooperação para o desenvolvimento.

As medidas adotadas pelo GPEARI, apostando no desenvolvimento organizacional, fomentando o espírito de equipa e colaboração, valorizando o capital humano pela sua capacitação, valorização e retenção, potenciando incentivos não remuneratórios como fator diferenciador, desenvolvendo a capacitação tecnológica em termos materiais e operacionais, aliadas à experiência e conhecimentos dos seus trabalhadores, têm permitido responder com qualidade às exigências, quer ao nível do desempenho da atividade *core*, quer das áreas de suporte, o que se traduz na geração e transmissão de conhecimento, e no seu crescimento e afirmação enquanto organismo do Ministério das Finanças, algo que é traduzido nos resultados obtidos.

Em termos operacionais, em 2021 o GPEARI tinha definido no seu Plano de Atividades um conjunto de 22 objetivos, que respondem aos três objetivos estratégicos, e que materializam a sua estratégia e traduzem as suas prioridades de atuação.

Destes objetivos, foram compilados no QUAR os dez objetivos que melhor traduziam as prioridades, bem como os objetivos que relevam para melhorias de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, refletindo a aplicação de critérios de relevância e concretização da estratégia, associados às circunstâncias específicas do ano de 2021, incluindo os objetivos que permitem o cumprimento das disposições previstas na Lei do orçamento do Estado.

A execução do QUAR de 2021 mostra um resultado global de 117,4%, o que reflete o esforço crescente na prossecução dos objetivos propostos, embora num contexto de grande exigência e restrições de várias ordens, com destaque para a manifesta limitação de recursos humanos e para a situação particular vivida desde março de 2020.

Os parâmetros Eficácia, Eficiência e Qualidade foram superados, distribuindo-se o seu peso relativo em 35%, 40% e 25%, respetivamente. De referir, ainda, que foram superados oito objetivos, quatro dos quais relevantes, e atingidos outros dois.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, atendendo aos resultados apresentados, propõe-se que a menção qualitativa a atribuir como resultado da autoavaliação do desempenho seja de "**Desempenho Bom**".

ANEXOS

A1. LISTA DE ACRÓNIMOS

ACC	Acordo de Cooperação Económica e Cambial
ACE	Acordo de Cooperação Económica
ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento
aicep Portugal	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ALER	Associação Lusófona de Energias Renováveis
AP	Administração Pública
AWG	Ageing population and sustainability working group
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAfD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BCE	Banco Central Europeu
BC/FT	Comissão de Coordenação de Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIC	Comissão Interministerial de Cooperação
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNDH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBC	<i>European Banking Committee</i>
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EGBPI	<i>Commission Expert Group on Banking, Payments and Insurance</i>

EGDMI	<i>Commission Expert Group on Derivatives and Market Infrastructure</i>
EGESC	<i>Commission Expert Group of the European Securities Committee</i>
EGMC	<i>Commission Expert Group on Mortgage Credit</i>
EGRFS	<i>Expert Group on Retail Financial</i>
EIOPC	<i>European Insurance and Occupational Pensions Committee</i>
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual»
ESC	<i>European Securities Committee</i>
eSPap	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
EWG	<i>Eurogroup Working Group</i>
FEEF	Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FGP	Fórum Global para a Produtividade
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAFI	Grupo de Ação Financeira Internacional
GEE	Gabinete de Estratégias e Estudos do Ministério da Economia
GT	Grupo de trabalho
GT CS Saúde	Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IFEI	Instituições Financeiras Europeias Internacionais
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
LIME	<i>Lisbon Methodology Working Group</i>
MAMM	Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais
MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
MIGA	<i>Multilateral Investment Guarantee Agency</i>
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Plano de Atividades
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARE	Programa de Apoio às Reformas Estruturais
PC	<i>Payments Committee</i>
PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PPS-PPM	<i>Post-Programme Surveillance - Post-Program Monitoring</i>

PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SCIMF	<i>Sub-Committee on IMF Issues</i>
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
UMC	União dos Mercados de Capitais
UTAIL-Jurisapp	Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental
UE	União Europeia

A2. QUAR | QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais											2021									
MISSÃO: Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.																				
Objetivos Estratégicos																				
OE 1. Dinamizar a representação e o apoio técnico à definição, acompanhamento e avaliação de políticas do MF																				
OE 2. Promover a representação e defesa dos interesses nacionais no contexto europeu e internacional																				
OE 3. Desenvolver uma política de gestão integrada de valorização do capital humano e de racionalização eficiente de recursos																				
Objetivos Operacionais																				
EFICÁCIA											Ponderação:	35%								
01. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF											Peso:	35%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	4	8	9	6	1	8	25%	9	138%	Superou									
IND1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	224	299	334	272	40	340	25%	287	100%	Atingiu									
IND1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	414	429	629	430	50	538	25%	624	145%	Superou									
IND1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	487	533	711	540	60	675	25%	588	100%	Atingiu									
02. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas											Peso:	7,5%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	-	84	287	350	15	300	30%	346	100%	Atingiu									
IND2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	15	19	12	11	2	19	20%	12	100%	Atingiu									
IND2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	9	8	9	7	1	9	50%	8	100%	Atingiu									
03. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas											Peso:	7,5%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	-	-	1	95%	5%	100%	100%	100%	125%	Superou									
04. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais											Peso:	30%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	439	492	586	390	50	520	60%	561	133%	Superou									
IND4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	275	312	225	235	30	312	40%	266	110%	Superou									
05. Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI											Peso:	20,0%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND5.1.	Número de eventos organizados	-	-	-	55	5	70	25%	65	117%	Superou									
IND5.2.	Número de reuniões de coordenação organizadas	-	-	-	229	20	286	25%	281	123%	Superou									
IND5.3.	Número de reuniões de coordenação interna do MF com participação do GPEARI	-	-	-	4	1	6	25%	4	100%	Atingiu									
IND5.4.	Número de documentos preparados	-	-	-	108	10	135	25%	132	122%	Superou									
EFICIÊNCIA											Ponderação:	40%								
06. Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência											Peso:	15%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND6.1.	Número de dias de antecipação de entrega à Comissão Europeia dos processos de avaliação ex-ante dos impactos macroeconómicos das componentes do PRR de Portugal com vista à discussão interna dos resultados	-	-	-	10	2	15	50%	17	135%	Superou									
IND6.2.	Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	-	-	-	22	2	30	50%	40	156%	Superou									
07. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias											Peso:	22,5%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND7.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	13	15	10	10	2	15	35%	8	100,0%	Atingiu									
IND7.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	84%	87%	82%	80%	10%	100%	35%	75%	100,0%	Atingiu									
IND7.3.	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	-	-	-	45	5	30	30%	12	155,0%	Superou									
08. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos											Peso:	30%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND8.1.	Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMAZ2020)	-	0	1	85%	10%	100%	100%	100%	125,0%	Superou									
09. Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão											Peso:	32,5%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND9.1.	N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional	-	-	-	15	2	20	100%	13	100,0%	Atingiu									
QUALIDADE											Ponderação:	25%								
010. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI											Peso:	100%								
INDICADORES											2018	2019	2020 Result.	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFIC. FINAL
IND10.1.	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	4,36	4,33	4,83	4,35	0,15	5	50%	4,90	121,2%	Superou									
IND10.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,16	4,18	4,21	4,15	0,10	5	50%	4,36	106,2%	Superou									

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos						Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação	
EFICÁCIA	35%	41,8%	119,3%	✓			
O1. Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	35%	42,2%	120,7%	✓	12,3%	R	
O2. Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	7,5%	7,5%	100,0%	✓	2,6%		
O3. Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	7,5%	9,4%	125,0%	✓	2,6%		
O4. Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	37,1%	123,8%	✓	10,5%	R	
O5. Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI	20%	23,1%	115,5%	✓	7,0%		
EFICIÊNCIA	40%	47,2%	118,1%	✓			
O6. Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência	15%	21,8%	145,6%	✓	6,0%		
O7. Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	22,5%	26,2%	116,5%	✓	9,0%		
O8. Promover a inovação, a modernização administrativa e a desmaterialização de processos	30%	37,5%	125,0%	✓	12,0%	R*	
O9. Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão	32,5%	32,5%	100,0%	✓	13,0%	R*	
QUALIDADE	25%	28,4%	113,7%	✓			
O10. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo GPEARI	100%	113,7%	113,7%	✓	25,0%	R*	
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%	117,4%	117,4%	✓	72,8%	5/10	

* cumprimento artigo 28.º LOE2021

Indicadores		Fonte de Verificação	UO Responsável	Justificação do Valor Crítico
IND1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração do Programa de Estabilidade; Conta Geral do Estado; Programa Nacional de Reformas; Balanço da participação de Portugal na UE;	DAEP; DPFP; DPGE; DCMIPE; DSF	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos de análise técnica e de apoio à decisão	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a organismos da AP e outras entidades nacionais	DPGE; DAEP; DPFP; DCMIPE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inclui documentos técnicos de resposta a instituições comunitárias e internacionais	DPGE; DAEP; DPFP; DSF; DCMIPE, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.1.	Prazo de execução do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	Data de apresentação pública do Relatório, em parceria com o GEE	DAEP; DPFP	Prazo de antecipação considerado excelente
IND2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Seminários e workshops organizados pelo GPEARI ou em parceria	DAEP; DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DAEP; DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: registos de acompanhamento do Program PARE	DAEP; DPFP	Realizar mais um módulo do que o previsto
IND4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns europeus e internacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	DAEP; DPFP; DPGE; DSF; DCMIPE; DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns nacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	TODAS	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.1.	Número de eventos organizados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças no âmbito da PPUE	DPGE, DSF, DCMIPE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.2.	Número de reuniões de coordenação organizadas	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador as reuniões de coordenação que antecedem as reuniões nos grupos de trabalho presididos pelo GPEARI no âmbito da PPUE	DPGE, DSF, DCMIPE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.3.	Número de reuniões de coordenação interna do MF com participação do GPEARI	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador as reuniões de coordenação com o MF no âmbito da PPUE	DPGE, DSF, DCMIPE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5.4.	Número de documentos preparados	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador os documentos produzidos para a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças no âmbito da PPUE	DPGE, DSF, DCMIPE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND6.1.	Número de dias de antecipação de entrega à Comissão Europeia dos processos de avaliação ex-ante dos impactos macroeconómicos das componentes do PRR de Portugal com vista à discussão interna dos resultados	Envio formal das avaliações internamente para validação e submissão à Comissão Europeia	DAEP, DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND6.2.	Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão]	DPGE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND7.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Engloba as iniciativas propostas pelo GPEARI que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional.	DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND7.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/mssões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFTI (%)	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: Apurado através do resultado da aplicação de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa das entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEARI e pela aicep Portugal Global.	DCRI	Grau máximo de utilidade
IND7.3.	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	Concluir as negociações que permitem a assinatura da Garantia de Portugal no Compacto Lusófono	DCRI	Antecipação da data
IND8.1.	Grau de execução do SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades (Projeto SAMA2020)	Execução semestral SAMA 2020	TODAS	De acordo com o calendário de execução previsto para o projeto
IND9.1.	N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional	AMIG [Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão] Nota metodológica: registo das iniciativas promovidas	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND10.1.	Grau de satisfação dos gabinetes ministeriais (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.	TODAS	Grau máximo de satisfação
IND10.2.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARI.	TODAS	Grau máximo de satisfação

Recursos Humanos											
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS						DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	30/jun		30/set		31/dez			
				Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Dirigentes - Direcção superior	20	3	60	3	60	3	60	3	180	0	100%
Dirigentes - Direcção intermédia	16	16	256	12	192	13	208	13	3328	-3	81%
Técnico Sup. Especialista de Orç. e Finanças*	12	45	540	39	468	39	468	40	21600	-5	89%
Coordenador Técnico	9	1	9	1	9	1	9	1	9	0	100%
Técnico de Informática	9	3	27	2	18	2	18	2	54	-1	67%
Assistente Técnico	8	3	24	2	16	2	16	2	48	-1	67%
Assistente Operacional	5	1	5	1	5	1	5	1	5	0	100%
Total		72	921	60	763	61	779	62	25219	-10	86%
* Inclui técnicos superiores											
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	Realizado 31-12-2016	Realizado 31-12-2017	Realizado 31-12-2018	Realizado 31-12-2019	Previsto 31-12-2020	Realizado 31-12-2020	Previsto 31-12-2021	Realizado 30-06-2021	Realizado 30-09-2021	Realizado 31-12-2021	
	54	65	65	62	72	62	72		61	62	

Recursos Financeiros									
DESIGNAÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO			SALDO	Taxa de Execução		
			30-06-2021	30-09-2021	31-12-2021				
Orçamento de funcionamento	C 3 382 017,00	C 3 351 722,00	C 1 177 943,44	C 1 749 398,48	C 2 660 307,38	C 691 414,62	79%		
Despesas com Pessoal	C 2 733 671,00	C 2 730 998,00	C 1 125 584,85	C 1 603 332,95	C 2 324 146,98	C 406 851,02	85%		
Aquisição de Bens e Serviços	C 595 346,00	C 549 397,00	C 52 358,59	C 146 065,53	C 266 313,95	C 283 083,05	48%		
Outras despesas correntes	C -	C 2 673,00	C -	C -	C 2 671,62	C 1,38	100%		
Aquisição de bens de capital	C 53 000,00	C 68 654,00	C -	C -	C 67 174,83	C 1 479,17	98%		
Orçamento de investimento - OE	C 49 843,00	C 80 138,00	C 44 639,00	C 61 077,95	C 79 615,94	C 522,06	99%		
Orçamento de investimento - FEDER	C 65 936,00	C 65 936,00	C 2 479,24	C 32 258,48	C 65 277,20	C 658,80	99%		
TOTAL	C 3 497 796,00	C 3 497 796,00	C 1 225 061,68	C 1 842 734,91	C 2 805 200,52	C 692 595,48	80%		

O orçamento de investimento inclui €65.936,00 da fonte de financiamento 411-FEDER, relativos a financiamento de Projeto

A3. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO

1. COLABORADORES

SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES/AS

SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS **2021**



FONTE: QUESTIONÁRIO 2021 | JANEIRO | 2022

10 | MARÇO | 2022

2. UTILIZADORES

SATISFAÇÃO DE UTILIZADORES

SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS **2021**



469
QUESTIONÁRIOS
ENVIADOS



12
QUESTÕES



1 a 5
ESCALA DAS
QUESTÕES

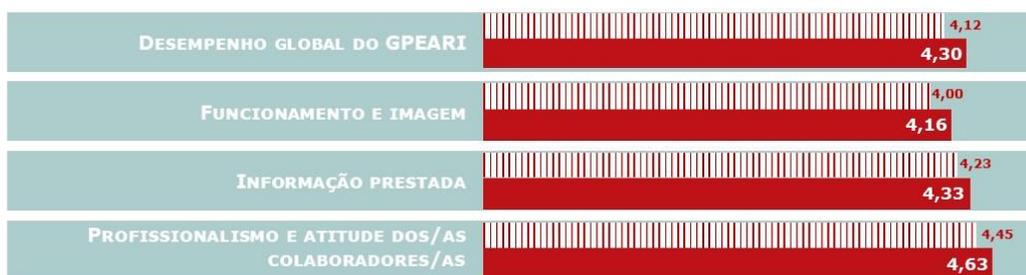


16,0%
TAXA DE RESPOSTA



4,36
SATISFAÇÃO MÉDIA
GLOBAL

GRAU DE SATISFAÇÃO



|||| 2020

■ 2021

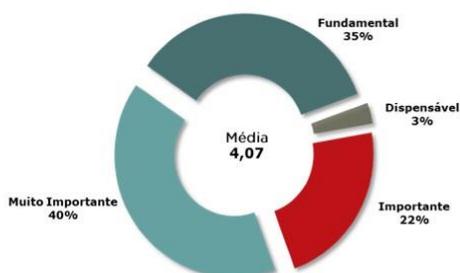
QUESTÕES COM MAIOR E MENOR PONTUAÇÃO



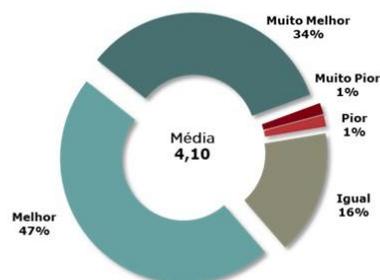
- CORTESIA DOS/AS COLABORADORES/AS
- COMPETÊNCIA TÉCNICA DOS/AS COLABORADORES/AS
- DISPONIBILIDADE DOS/AS COLABORADORES PARA RESOLVER SITUAÇÕES IMPREVISTAS
- QUALIDADE DA INFORMAÇÃO PRESTADA
- CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO PRESTADA COM O SOLICITADO

- MELHORIAS RECENTES NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
- TEMPO TOTAL DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES
- FLEXIBILIDADE E AUTONOMIA ATRIBUÍDA AOS/ÀS COLABORADORES/AS PARA RESOLVER SITUAÇÕES DE RESPOSTA URGENTE

IMPACTO DO SERVIÇO/ INFORMAÇÃO PRESTADA



COMPARADO COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS



SATISFAÇÃO DOS GABINETES MINISTERIAIS



28
QUESTIONÁRIOS
ENVIADOS



5
QUESTÕES



1 a 5
ESCALA DAS
QUESTÕES



14,3%
TAXA DE
RESPOSTA



4,90
SATISFAÇÃO MÉDIA
GLOBAL

FONTE: QUESTIONÁRIO 25.01.2022 | 04.02.2022

10 | MARÇO | 2021

A4. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA

A. DPFP | Departamento de Políticas e Finanças Públicas



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Relatório do Orçamento do Estado, Orçamento do Cidadão, Programa de Estabilidade, contributos para as Grandes Opções do Plano, para o Programa Nacional de Reformas e para a Conta Geral do Estado	Conjuntura económica nacional, Finanças Públicas, Dívida Pública	Cenarização macro-orçamental	Missões do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (CE BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal	Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: Economic Forecasts, Ageing Population and Sustainability
Conselho Superior de Estatística e GT C.S. Saúde, Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras das Regiões Autónomas, entre outros	Avaliação de Políticas Públicas	Acompanhamento da implementação da Lei de Enquadramento Orçamental e da reforma da Gestão Financeira Pública	Acompanhamento das Políticas de Ação Climática	

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100,0%	34,2%	6	12	5 (42%)	7 (58%)	0 (0%)

Para a concretização e avaliação do desempenho do DFPF foram definidos seis objetivos e doze indicadores, cujos resultados levaram à superação ou cumprimento de todos os objetivos propostos para o ano de 2021.

DESTAQUES

Políticas e Finanças Públicas No domínio das políticas e finanças públicas, o ano de 2021 foi marcado pela elaboração da Proposta de Orçamento do Estado para 2022 e do Programa de Estabilidade 2021-2025. Paralelamente, registou-se um reforço do papel do GPEARI, e qualificação da respetiva intervenção, no acompanhamento e prestação de informação de política orçamental aos gabinetes do Ministério das Finanças e na análise técnica de apoio a órgãos consultivos da União Europeia, nomeadamente ao Comité de Política Económica e ao Comité Económico e Financeiro. No decurso do ano, destaque para o constante acompanhamento e contributo para o Plano de Resiliência e Recuperação, mormente na questão da avaliação de impactos.

Grupo de Trabalho dos Indicadores das Desigualdades Sociais e Coordenação do Subgrupo Fiscalidade e Rendimento Em 2021,

o GPEARI manteve a sua presença ativa neste grupo de trabalho, tendo sido desenvolvido trabalho que se prolongaria por 2022.

Avaliação de Políticas Públicas No domínio das políticas públicas, o ano de 2021 foi marcado pela finalização da implementação do projeto financiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais da Comissão Europeia, com o intuito de adquirir e aprofundar conhecimentos técnicos especializados para o desenvolvimento desta área de trabalho. Foram desenvolvidas, designadamente, formações nas áreas de STATA e de avaliação *ex-post* de políticas públicas.

Informação e Publicações O GPEARI manteve a sua atividade editorial no campo das Finanças Públicas, com a publicação regular do *Dossier* de Finanças Públicas e do *Dossier* de Comparações Internacionais. Introduzindo também o Finanças Públicas |

Destaques; do Boletim Mensal da Economia Portuguesa (em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia), que veio a ser descontinuado em dezembro para substituição por

congénere trimestral, e da Nota da Dívida; dos Indicadores Mensais de Conjuntura e da Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura, bem como do *Portugal: Latest Key Developments*.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2019	2020	Meta UO	ToI. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	30%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	4	10	5	1	4-6	4-6	18	300%	7,5%	15,0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	55	58	35	5	30-40	248-328	37	100%	7,5%	0%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	22	20	20	2	18-22	367-467	31	141%	7,5%	3,1%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	11	36	25	4	21-29	445-565	24	100%	7,5%	0%
2	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	30%	2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	30%	84	287	365	15	350-380	335-365	346	101%	9,0%	0,1%
			2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	20%	16	2	1	0	1	10-14	1	100%	6,0%	0%
			2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	50%	4	5	3	0	3	5-7	3	100%	15,0%	0%
3	Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	15%	3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	100%	-	60	95%	5%	90%-100%	40%-60%	100%	100%	15,0%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	2%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	55	15	10	1	9-11	320-420	20	182%	1,2%	1,0%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	50	28	30	4	26-34	190-250	27	100%	0,8%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	8%	EQ1.1.	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	100%	303	56	60	5	55-65	302-322	55	100%	8,0%	0%
EQ3	Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	15%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas	100%	-	5	2	0	2	65-85	4	200%	15,0%	15,0%

Taxa de Execução Global 100,0% 34,2%

B. DAEP | Departamento de Análise, Estudos e Previsão



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Relatório do Orçamento do Estado, Programa de Estabilidade, contributos para as Grandes Opções do Plano, para o Programa Nacional de Reformas e para a Conta Geral do Estado

Conjuntura económica nacional e internacional

Cenarização macroeconómica

Missões do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (CE, BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal

Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: Economic Forecasts, Output Gaps, LIME

Conselho Superior de Estatística

Conselho para a Produtividade

Avaliação do Impacto Legislativo – “Custa Quanto?”

Avaliação de reformas estruturais

Organização de Seminários

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	35,5%	10	15	9 (60%)	6 (40%)	0 (0%)

O DAEP definiu para 2021 um conjunto de dez objetivos e quinze indicadores, cujos resultados levaram à superação ou cumprimento de todos os objetivos propostos para o ano de 2021.

Destaques

Informação e Publicações O GPEARI manteve a sua atividade editorial no campo da Análise Económica e das Finanças Públicas, com a publicação regular do Boletim Mensal da Economia Portuguesa (em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia), que veio a ser descontinuado em dezembro para substituição por congénere trimestral, e da Nota Económica de Curto Prazo; dos Indicadores Mensais de Conjuntura e da Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura, bem como do *Portugal: Latest Key Developments*.

Avaliação Macroeconómica de Reformas Estruturais Em 2021, o GPEARI prosseguiu o projeto de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais, solidificando as metodologias que têm vindo a ser desenvolvidas internamente, em colaboração com outros ministérios, com a academia e com organizações internacionais. Este trabalho reveste-se de particular relevância não

só na definição de políticas (nomeadamente no âmbito do Programa Nacional de Reformas) mas também no aperfeiçoamento das medidas já implementadas. Neste âmbito, o GPEARI granjeou de formações sobre QUEST III e de avaliação de reformas estruturais no âmbito do projeto financiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais da Comissão Europeia. No final do ano, foram especialmente relevantes as avaliações do impacto dos investimentos e reformas do Plano de Resiliência e Recuperação, que se prolongaram por 2022.

Promoção da Discussão de Temas Relevantes para a Economia Portuguesa O GPEARI deu continuidade à dinamização do ciclo de seminários mensais sobre a economia portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. Estes eventos, abertos a todos os interessados, pretendem promover a discussão e a colaboração entre os quadros

do GPEARI e outras entidades, nomeadamente a academia, outros ministérios, instituições internacionais, Banco de Portugal, entre outros. No ano de 2021, foram realizados um total de dez seminários, que se debruçaram sobre um largo conjunto de temáticas, sete dos quais sobre o impacto económico da pandemia de COVID-19. Destaque ainda para um *workshop* sobre avaliação de políticas públicas, conclusivo do projeto de capacitação nesta área iniciado em 2020.

Conselho para a Produtividade O GPEARI manteve a sua participação ativa no Conselho para a Produtividade, um órgão constituído pelo GPEARI e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, criado com o intuito de acompanhar o desempenho das políticas públicas na área da produtividade e reforçar a discussão pública e alargada sobre o tema a nível nacional e internacional. Neste âmbito, foi organizada a segunda conferência do Conselho para a Produtividade, a qual reuniu oradores nacionais e estrangeiros, da Administração Pública e da academia, a qual teve de ocorrer sob a forma de um conjunto de *webinars* que ocorreram na transição e 2020 para 2021.

Avaliação de Impacto Legislativo – “Custa Quanto?” Tendo sido designado como a entidade responsável no Ministério das Finanças por prestar apoio técnico no âmbito da implementação do procedimento de Avaliação de Impacto Legislativo, o GPEARI continuou a sua atividade neste âmbito, assegurando a continuidade do desenvolvimento de conhecimento na temática. Foram realizados seis exercícios em estreita colaboração com os Gabinetes Ministeriais e com a Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo (UTAIL-JurisAPP).

Publicações O GPEARI publicou em 2021 cinco artigos, focados sobre questões referentes aos temas da produtividade, da fiscalidade e da avaliação de políticas públicas, a saber: «*Financial Crisis and Capital Structure Decisions*», «*The impact of ICT Investments on Economic Growth (Literature Review)*», «*Efeito das políticas da educação na produtividade*», «*The impact of private and public R&D investment on Gross Value Added – ARDL and Granger Causality Assessment*» e «*The impact of public credit guarantees on the economic outcomes of SMEs: Evidence from Portugal*».

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2019	2020	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	20%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	4	11	5	1	4-6	4-6	9	150%	5,0%	2,5%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	55	47	30	7	23-37	248-328	30	100%	5,0%	0%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	20	35	20	2	18-22	367-467	51	232%	5,0%	6,6%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	10	23	15	1	14-16	445-565	16	100%	5,0%	0%
2	Contribuir para o debate da economia nacional, do crescimento, da produtividade e das finanças públicas	15%	2.1.	Prazo de elaboração do Relatório sobre a Produtividade em Portugal (dias)	30%	84	287	365	15	350-380	335-365	346	101%	4,5%	0,1%
			2.2.	Número de seminários organizados pelo GPEARI ou em conjunto com outras entidades	20%	16	10	10	2	8-12	10-14	11	100%	3,0%	0%
			2.3.	Número de estudos económicos e policy papers	50%	4	4	4	1	3-5	5-7	5	100%	7,5%	0%
3	Reforçar a capacidade interna e a qualidade metodológica da avaliação de reformas estruturais e de políticas públicas	15%	3.1.	Grau de execução do projeto "Reforço da capacidade nacional de avaliação de reformas estruturais e políticas públicas"	100%	-	60	95%	5%	90%-100%	40%-60%	100%	100%	15,0%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	15%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	55	86	40	2	38-42	320-420	101	240%	9,0%	12,6%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	50	49	40	4	36-44	190-250	71	161%	6,0%	3,7%
6	Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência	5%	6.1.	Número de dias de antecipação de entrega à Comissão Europeia dos processos de avaliação ex ante dos impactos macroeconómicos das componentes do PRR de Portugal com vista à discussão interna dos resultados	100%	-	-	10	2	8-12	8-12	17	142%	5,0%	2,1%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	10%	EQ1.1.	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	100%	290	301	239	9	230-248	302-322	311	125%	10,0%	2,5%
EQ3	Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	5%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas	100%	3	5	2	0	2	65-85	4	200%	5,0%	5,0%
EQ11	Desenvolvimento de um Novo Modelo Macroeconómico para a Economia Portuguesa	10%	EQ11.1	Grau de execução do projeto "Novo Modelo Macroeconómico"	100%	-	-	50,00%	5%	45-55	45-55	50%	100%	10,0%	0%
EQ12	Desenvolvimento da capacidade interna em Green Budgeting	5%	EQ12.1	Grau de execução do projeto "Formação em Green Budgeting"	100%	-	-	50	5	45-55	45-55	60%	109%	5,0%	0,5%

C. DPGE | Departamento de Política e Governação Europeia



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Coordenação e acompanhamento do Pós Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Coordenação e participação nos trabalhos preparatórios do Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (CEF), Eurogroup Working Group (EWG), CEF Alternates, SCIMF, Comité de Política Económica, Conselho Europeu; OCDE, CIAE

Questões Económico-Financeiras, a nível da política europeia: operacionalização dos requisitos estabelecidos pela legislação Europeia - Six-Pack, Two-Pack e Tratado Orçamental; Semestre Europeu, Procedimento por Desequilíbrios Excessivos e Programas de Parceria Económica; Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: Procedimentos de Défices Excessivos; União Económica e Monetária

Atividade do Mecanismo Europeu de Estabilidade e do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira

Quadro Financeiro Plurianual e do Orçamento da União Europeia

Atividade de Instituições Internacionais: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico e Fundo Monetário Internacional e processos conjuntos com o Banco de Portugal

Negociação, preparação e contingência da saída do Reino Unido da União Europeia e relação futura

Resultados

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	38,8%	8	17	10 (59%)	7 (41%)	0 (0%)

Para 2021, o DPGE identificou oito objetivos que se traduziram em dezassete indicadores, que permitiram a concretização da totalidade dos objetivos propostos para o ano de 2021.

Destaques

Revisão do quadro de governação económica da UE No âmbito da necessidade de revisão do quadro de governação económica da UE, e do relançamento, por parte da Comissão Europeia, da consulta pública outrora suspensa nos estádios iniciais da pandemia de COVID-19, o GPEARI acompanhou os trabalhos desenvolvidos, durante o ano de 2021, sobre este importante debate, nomeadamente no contexto das reuniões do Comité Económico e Financeiro de suplentes. Neste âmbito, a posição de Portugal focou-se na necessidade de simplificação do atual quadro de governação, garantindo, ainda assim, adequados níveis de flexibilidade e um reforço da apropriação nacional.

Instrumento Próxima Geração EU O Instrumento Próxima Geração UE foi fixado em 750 mil milhões de euros, divididos em subvenções e empréstimos de 390 e 360 mil milhões de euros, respetivamente. Estes montantes incluem as verbas do seu principal instrumento, adotado pelo Conselho em fevereiro de 2021, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o qual disponibilizará 672,5

mil milhões de euros (312,5 mil milhões de euros em subvenções e 360 mil milhões de euros em empréstimos) com o objetivo de os apoiar na resposta ao impacto da pandemia de COVID-19, promover a transição ecológica e digital e construir sociedades mais resilientes e inclusivas. Os 27 Estados-membros recebem apoio do MRR com base nos seus Planos de Recuperação e Resiliência (PRRs) que, por sua vez, devem conter um pacote coerente de reformas e investimentos em torno de seis domínios de intervenção: transição ecológica; transformação digital; crescimento e emprego inteligentes, sustentáveis e inclusivos; coesão social e territorial; saúde e resiliência; políticas para a próxima geração, incluindo em matéria de educação e competências. De forma a dotar o MRR dos fundos necessários foi necessária a ratificação da decisão relativa ao sistema de recursos próprios, concluída pelo Conselho da UE, a 31 de maio de 2021, durante a Presidência portuguesa. O primeiro conjunto de decisões de execução foi adotado pelo Conselho ECOFIN em julho, tendo até ao final de 2021 adotado um total de 22 decisões de execução do Conselho relativas à aprovação dos PRR's. O GPEARI deu

apoio aos trabalhos do Conselho ECOFIN e Comitês preparatórios com vista a estas aprovações. O GPEARI participou ativamente nos trabalhos de coordenação da posição do Ministério das Finanças relativa a esta temática, em particular na análise de todos os PRRs propostos pelos diferentes Estados-Membros e na preparação dos Conselhos ECOFIN e Comitês preparatórios com vista à aprovação dos PRRs, e nas iniciativas relacionadas com o respetivo sistema de financiamento do Mecanismo, incluindo a emissão de obrigações verdes.

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia de 2021 Durante o ano de 2021, o GPEARI deu apoio aos trabalhos da Presidência Portuguesa do Conselho União Europeia, que decorreu durante o primeiro semestre de 2021, nas áreas relevantes para o Ministério das Finanças, em estreita coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Estes trabalhos compreenderam, em particular, o apoio à negociação do Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, cuja assinatura formal do mesmo decorreu no âmbito da Presidência Portuguesa. O GPEARI teve igualmente um papel ativo na implementação do Semestre Europeu, tendo promovido a concretização do exercício de 2021, garantindo a estreita articulação com a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. No âmbito dos Comitês aos quais o GPEARI detém representação, foi também garantida a representação da Presidência Portuguesa, assegurando uma coordenação eficiente e proactiva das temáticas.

Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal e outras missões regulares O GPEARI, enquanto entidade à qual está legalmente atribuída a coordenação deste processo, garantiu a permanente articulação com os diversos ministérios e entidades nacionais e a interlocução com as instituições internacionais, assegurando, assim, no decurso do ano, a realização de duas missões de acompanhamento e supervisão Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e o cumprimento do *Agreement on Data Provision*. O GPEARI assegurou igualmente a organização e coordenação nacional da missão política relativa ao *Survey* da OCDE a Portugal, assim como da subsequente discussão deste relatório no *Economic and Development Review Committee* (EDRC). No decurso de 2021 organizaram-se também as habituais missões do FMI, no âmbito do Artigo IV, e da Comissão Europeia, no âmbito do Semestre Europeu e do PRR.

Brexit – Negociações após a ativação do Artigo 50º do TUE O GPEARI coordenou a posição do Ministério das Finanças nas discussões relativas à implementação do Acordo de Comércio e Cooperação e do Protocolo relativo à Irlanda e Irlanda do Norte, ao estabelecimento do Regulamento que estabelece a Reserva de Ajustamento ao Brexit e ao início das negociações bilaterais entre Portugal e o Reino Unido com o intuito de proceder ao estabelecimento de acordos entre ambos os países em áreas críticas para ambos os países.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2019	2020	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	20%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	2	1	1	0	1	5-7	1	100%	5%	0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	26	41	20	3	17-23	232-312	31	135%	5%	2%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	17	34	30	3	27-33	380-480	27	100%	5%	0%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	70	116	85	9	76-94	480-600	106	113%	5%	1%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	161	169	100	13	87-113	340-440	175	155%	18%	10%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	26	22	15	2	13-17	205-265	14	100%	12%	0%
5	Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI	10%	5.1.	Número de eventos organizados	25%	-	-	1	0	1	50-60	2	200%	2,5%	3%
			5.2.	Número de reuniões de coordenação organizadas	25%	-	-	6	0	6	209-249	10	167%	2,5%	1,7%
			5.3.	Número de reuniões de coordenação interna do MF com participação do GPEARI	25%	-	-	4	1	3-5	3-5	4	100%	2,5%	0%
			5.4.	Número de documentos preparados	25%	-	-	12	1	11-13	98-118	18	138%	2,5%	1,0%
6	Contribuir para a prossecução e implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência	10%	6.2.	Número de documentos preparados no âmbito da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível dos países da União Europeia	100%	-	-	22	2	20-24	20-24	40	167%	10%	7%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ2	Fomentar a disponibilização de informação de reporte às instituições europeias e internacionais	5%	EQ2.1.	Número de reportes às instituições europeias e internacionais	100%	145	110	100	15	85-115	85-115	99	100%	5%	0%
EQ3	Coordenar o acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	15%	EQ3.1.	Número de reuniões organizadas	34%	96	71	50	10	40-60	40-60	110	183%	5%	4%
			EQ3.2.	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	33%	9,3	9,0	8	2	6-10	6-10	8	100%	5%	0%
			EQ3.3.	Número de reportes decorrentes das missões regulares de instituições europeias e internacionais	33%	-	37	50	10	40-60	40-60	94	157%	5%	3%
EQ4	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Acordo Comercial e Relação Futura entre a UE e o Reino Unido	5%	EQ4.1.	Nº de respostas a pedidos relativos ao Acordo Comercial e Relação futura entre UE e RU	100%	11	12	8	1	7-9	7-9	12	133%	5,0%	2%
EQ5	Garantir a coordenação da posição do MF nas questões relativas ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia	5%	EQ5.1.	Nº de respostas a pedidos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual	100%	33	37	16	2	14-18	14-18	16	100%	5%	0%



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Acompanhamento do processo legislativo europeu na área dos serviços financeiros (supervisão e regulação de instituições financeiras, infraestruturas de mercado, mercados e instrumentos financeiros, gestão de ativos, serviços financeiros a retalho e pagamentos)

Contribuição para a preparação da representação Portuguesa no ECOFIN, Eurogrupo, CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, CPE, Conselho Europeu e CIAE

Coordenação e representação do Ministério das Finanças no Comité Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupo Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupos de Peritos da Comissão Europeia (EGBPI, EGESC, EGMC, EGRFS, EGDMI, etc.), Comités de nível 2 (ESC, EBC, EIOPC, PC), Task Force on Coordinated Action, Comité Serviços Financeiros da OCDE

Apoio à política legislativa do Ministérios das finanças: iniciativas nacionais e transposição ou aplicação de legislação da União Europeia na ordem interna

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	5,5%	3	9	3 (33%)	6 (67%)	0 (0%)

Para a concretização da atividade do DSF foram definidos três objetivos e nove indicadores, superando ou atingindo todos os objetivos propostos para o ano de 2021.

DESTAQUES

União Bancária As discussões relativas ao aprofundamento da União Bancária prosseguiram durante o ano de 2021 na sequência do mandato dos Líderes definido na Cimeira do Euro de final de 2020 para “preparar, numa base consensual, um plano de trabalho faseado e calendarizado sobre todos os elementos pendentes necessários para a conclusão da União Bancária”. O Grupo de Alto Nível para o EDIS (sigla inglesa comumente usada para o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos), criado na sequência da Cimeira do Euro de dezembro de 2018, continuou a trabalhar afincadamente neste sentido. Todavia, as divergências entre os Estados-membros não permitiram alcançar um acordo. Os Líderes renovaram o mandato na Cimeira do Euro de dezembro de 2021.

Portugal permanece seriamente comprometido com o reforço da União Bancária e, nesta medida, participou ativamente nas discussões sobre o seu aprofundamento, tendo, em particular, sido

devotados significativos esforços aos trabalhos relativos ao EDIS, o pilar da União Bancária que permanece ainda em falta. Em particular, na qualidade de Presidência do Conselho da UE, Portugal liderou as discussões no Grupo de Trabalho no Conselho dedicado ao reforço da União Bancária, tendo focado as discussões na operacionalização do designado “Modelo Híbrido” para o EDIS (inicialmente apresentado durante a presidência austríaca, em 2018), que se afigurava como uma potencial solução de compromisso para desbloquear as discussões.

Partilha de Risco Ainda em 2021, e após a histórica decisão de avançar com a reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e a introdução do mecanismo de apoio comum (*common backstop*, na expressão inglesa) ao Fundo Único de Resolução (FUR) tomada no final do ano anterior, Portugal participou ativamente nos

trabalhos preparatórios multilaterais necessários à implementação desta decisão.

Redução de Risco Apesar das significativas consequências económicas resultantes da pandemia da COVID-19, os riscos para o setor financeiro não se materializaram, tendo, aliás, diminuído em algumas dimensões importantes, conforme demonstra o mais recente Relatório de Monitorização dos Indicadores de Risco de final de 2021. Portugal não destoou desta tendência europeia. A evolução registada não pode, no entanto, ser desconectada do extenso apoio público disponibilizados pelos Estados-membros, bem como pelas medidas adotadas pelos legisladores nacional e europeu e pelas autoridades monetárias, reguladoras e de supervisão.

Na vertente legislativa, registou-se um importante desenvolvimento com o acordo alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho, sob a presidência portuguesa, relativa à proposta de Diretiva de regulação do mercado secundário de créditos não produtivos (NPL, na sigla inglesa – Non-performing loans). O regime acordado visa essencialmente estabelecer o quadro regulatório aplicável aquando das transferências de NPL do balanço das instituições de crédito para outras entidades. No centro das preocupações esteve a salvaguarda dos direitos dos devedores, tanto para consumidores, como empresas.

A Comissão Europeia apresentou um pacote legislativo para rever as regras bancárias europeias com o objetivo primordial de implementar na UE a reforma final definida pelo Comité de Basileia, iniciada após a crise financeira internacional de 2008, e designada

por Basileia III. O elemento principal introduzido da reforma final de Basileia III, e, conseqüentemente, no presente pacote legislativo é o designado “Output Floor” (Limite Mínimo dos Resultados). Esta regra visa estabelecer um limite mínimo para os requisitos de capitais para as instituições de crédito que apliquem modelos internos para o cálculo dos respetivos requisitos de capital (habitualmente bancos de grande dimensão), por comparação com os requisitos decorrentes da aplicação do método padrão. A proposta da Comissão está a ser devidamente ponderada.

Tecnologia Financeira (Fintech) Em 2021 foi dada continuidade ao ciclo de trabalhos iniciado em 2020, com a adoção pela Comissão Europeia do pacote “Financiamento Digital”, que incluía a estratégia em matéria de pagamentos de retalho, bem como as propostas de regulamentos relativas aos mercados de criptoativos (MICA), à resiliência operacional digital (DORA) e ao estabelecimento de um regime piloto para infraestruturas de mercado que pretendam experimentar, negociar e liquidar transações de instrumentos financeiros sob a forma de criptoativos. O Conselho alcançou, em novembro, acordo numa abordagem geral tanto no MICA como no DORA, cujas negociações ocorreram essencialmente durante a Presidência Portuguesa.

Foi também alcançado acordo quanto ao regime piloto para infraestruturas de mercado com o Parlamento Europeu, na sequência do acordo alcançado no Conselho durante a presidência portuguesa. Durante a discussão com o Parlamento Europeu a questão da supervisão foi particularmente importante, tendo prevalecido a

supervisão ao nível dos Estados-membros, tal como defendido por Portugal.

Financiamento Sustentável Em julho, a Comissão apresentou a nova Estratégia de Financiamento Sustentável, com 6 grupos de ações: i) alargar o atual conjunto de instrumentos de financiamento sustentável para facilitar o acesso ao financiamento da transição; ii) maior inclusão das pequenas e médias empresas (PME) e dos cidadãos no esforço de transição, proporcionando-lhes os instrumentos e incentivos adequados para aceder a financiamento/investimento; iii) reforçar a resiliência do sistema económico e financeiro perante os riscos em matéria de sustentabilidade; iv) aumentar a contribuição do setor financeiro para a sustentabilidade; v) assegurar a integridade do sistema financeiro da UE e monitorizar a sua transição ordenada para a sustentabilidade; e vi) desenvolver iniciativas e normas internacionais em matéria de financiamento sustentável e apoiar os países parceiros da UE. A comunicação da estratégia foi também acompanhada pela apresentação de uma proposta de Regulamento que estabelece o regime para as obrigações verdes europeias. De uma forma geral, Portugal mantém uma ambição elevada nas iniciativas associadas ao financiamento sustentável, defendendo sempre o necessário equilíbrio entre a respetiva promoção, a adequação ao risco, a necessidade de assegurar os esforços de

transição, bem como a proporcionalidade das regras e, bem assim, o acesso aos mercados financeiros por parte das PME nacionais.

Revisão do Pacote Segurador Em setembro de 2021, a Comissão apresentou o pacote legislativo para o sector segurador, do qual consta uma proposta de diretiva que altera a Diretiva do acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (comumente designada de Solvência II) e uma proposta de diretiva que estabelece o quadro legal da recuperação e resolução de empresas de seguros e resseguros. Em conjunto, as duas propostas visam reforçar o funcionamento e a confiança no mercado único dos seguros na UE, articulando-se entre si, mediante a alteração, através da revisão da Diretiva Solvência II, das regras em matéria de supervisão antes de uma empresa de seguros entrar em insolvência, enquanto o novo regime em matéria de resolução aborda os procedimentos e poderes alternativos a um processo de insolvência normal. A proposta IRRD para as empresas de seguros e de resseguros procede a uma harmonização mínima, deixando uma margem de discricionariedade para o legislador nacional. Portugal apoia genericamente o conteúdo da proposta e ao seu objetivo de proteção dos tomadores de seguros e de manutenção da estabilidade financeira na UE e tem vindo a manifestar o seu apoio à proporcionalidade contida na proposta.

GPEARI • RG • 2021

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2019	2020	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	25%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	20%	8	1	1	0	1	5-7	1	100%	5,0%	0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	40%	25	36	22	5	17-27	232-312	18	100%	10,0%	0%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	40%	6	22	18	3	15-21	480-600	16	100%	10,0%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	25%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	153	139	60	8	52-68	340-440	59	100%	15,0%	0%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	23	22	8	1	7-9	205-265	7	100%	10,0%	0%
5	Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI	50%	5.1.	Número de eventos organizados	25%	-	-	40	4	36-44	50-60	50	114%	12,5%	1,7%
			5.2.	Número de reuniões de coordenação organizadas	25%	-	-	200	17	183-217	209-249	250	115%	12,5%	1,9%
			5.3.	Número de reuniões de coordenação interna do MF com participação do GPEARI	25%	-	-	4	1	3-5	3-5	4	100%	12,5%	0%
			5.4.	Número de documentos preparados	25%	-	-	80	7	73-87	98-118	100	115%	12,5%	1,9%
												Taxa de Execução Global 100,0% 5,5%			

E. DCMIPE | Departamento de Contencioso, Mercado Interno e Política Externa



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

ECOFIN, CEF, CEF Alternates, Financial Services Committee, CPE, Conselho Europeu

Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation (ATFC)

CIAE, CIPE, CNDH

Estratégia para o mercado único de bens e serviços, direito das sociedades, fiscalidade e questões aduaneiras, auxílios do Estado

Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, África Caraíbas e Pacífico, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente)

Contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot, Solvit, transposição ou aplicação de legislação na ordem jurídica interna, Late Payment Directive Expert Group

Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e exercício das atribuições de autoridade nacional competente em matéria de medidas restritivas conjuntamente com o organismo designado do MNE, Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing (EGMLTF), Financial Action Task Force (FATF) Plenary and Working Group Meetings, Expert Group on Union Restrictive Measures and Extraterritoriality, RELEX - Sanctions Committee

Convenções, acordos e protocolos

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	2,5%	4	11	1 (9%)	10 (91%)	0 (0%)

Para a concretização da atividade do DCMIPE foram definidos quatro objetivos e onze indicadores, superando ou atingindo todos objetivos propostos para o ano de 2021.

DESTAQUES

Execução do Direito Europeu Foi dada continuidade aos trabalhos decorrentes de processos de pré-contencioso e de contencioso europeu, sendo assegurada, no âmbito do pré-contencioso, a resposta a cartas da Comissão Europeia, a elaboração de relatórios de monitorização e a realização de reuniões, num contexto de interação regular com os serviços daquela instituição, e, no âmbito do contencioso, a elaboração de peças processuais a apresentar junto do Tribunal de Justiça da UE, em interação com outros serviços e organismos da área das Finanças.

Foi igualmente assegurada resposta aos pedidos de informação e denúncias apresentados ao abrigo do procedimento *EU Pilot*, assim como aos pedidos de informação e queixas de cidadãos e empresas da UE no âmbito da rede SOLVIT.

Transposição de Diretivas Foi dada continuidade aos trabalhos de transposição para o ordenamento jurídico nacional dos diplomas legislativos aprovados ao nível da UE. De realçar a continuação do apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais do Ministério na análise de diplomas de transposição, bem como os esclarecimentos prestados à Comissão Europeia sobre os diplomas notificados, no âmbito do exercício regular de avaliação da transposição conduzido por aquela instituição. De realçar também, neste contexto, o envolvimento do GPEARI nos restantes trabalhos de aplicação da legislação da UE (nomeadamente, no que diz respeito ao exercício das opções previstas nos regulamentos e à identificação da necessidade de medidas legislativas de execução) e nos trabalhos legislativos de iniciativa nacional.

Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo A nível nacional, foi dada continuidade à participação do GPEARI nos órgãos permanentes da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Plenário, Comité Executivo e Secretariado Técnico Permanente). À semelhança de anos anteriores, o GPEARI foi responsável pela organização das reuniões plenárias da Comissão, que se realizaram em maio e dezembro de 2021, presididas pelo Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais.

Também neste âmbito, mas a nível da UE, foi dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos do *Expert Group on Money Laundering and Terrorist Financing*, um grupo de peritos da Comissão Europeia. Adicionalmente, o GPEARI assegurou a coordenação dos trabalhos associados à negociação do novo pacote legislativo em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, apresentado pela Comissão Europeia em julho de 2021, tendo participado nas oito reuniões do Grupo de Trabalho dos Serviços Financeiros e União Bancária dedicadas a esta negociação, que se realizaram entre os meses de julho e dezembro.

A nível internacional, foi dada continuidade à participação nos trabalhos do Grupo de Ação Financeira (GAFI), tendo o GPEARI integrado a delegação portuguesa presente nos plenários de fevereiro, junho e outubro de 2021. De realçar a participação do GPEARI na preparação do primeiro relatório de acompanhamento regular de Portugal, aprovado pelo GAFI em junho, o qual cobre o

período de novembro de 2017 a novembro de 2020 (o próximo relatório será apresentado em junho de 2023).

Medidas Restritivas Conforme previsto no artigo 34.º da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto, que regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela ONU ou pela UE, foi elaborado pelas autoridades nacionais competentes (GPEARI e Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros), em 2021, o quarto Relatório Anual sobre Medidas Restritivas, o qual foi apresentado ao Ministro de Estado e das Finanças e ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. O relatório descreve a implementação das medidas restritivas a nível nacional durante o ano de 2020, pelas diferentes entidades envolvidas, em função das atribuições e competências que lhes são legalmente atribuídas nesta matéria. Durante o ano de 2021 foram produzidos pelas autoridades nacionais competentes, no âmbito das suas atividades, vários pareceres/esclarecimentos jurídicos a cidadãos, entidades ou operadores económicos sobre a conformidade de determinadas relações comerciais ou financeiras com diferentes regimes restritivos em vigor, com especial enfoque nos regimes impostos pela UE ao Irão e à Guiné-Bissau. Foram também garantidos, por um lado, a comunicação e difusão por via eletrónica das decisões e resoluções da ONU e de atos jurídicos da UE e, por outro, o cumprimento das obrigações de reporte à Comissão Europeia e à ONU.

Ainda neste âmbito, de destacar o início da participação do GPEARI no Grupo de Peritos da Comissão sobre Medidas Restritivas da União

e Extraterritorialidade, criado em abril de 2021, bem como a participação em algumas reuniões do Grupo RELEX/Sanções.

Auxílios de Estado Além da coordenação e centralização da notificação e reporte de auxílios de Estado e da resposta a cartas da Comissão Europeia neste domínio, é de salientar o apoio prestado aos gabinetes governamentais na análise de processos na área das Finanças, alguns dos quais associados a processos de alteração de natureza legislativa, tendo em conta sobretudo as mudanças introduzidas pelo processo de modernização dos auxílios, o qual veio permitir uma maior liberdade e flexibilidade na concessão dos mesmos, mas que passou a exigir, em contrapartida, uma responsabilidade acrescida em matéria de controlo e de introdução de mecanismos capazes de assegurar a conformidade com as regras. De salientar também a participação nos trabalhos a nível da UE, sobretudo no âmbito do Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia no contexto do surto de COVID-19, adotado em março de 2020 e sujeito a sete revisões desde então (cinco em 2020 e duas em 2021), o qual se prevê que vigore até 30 de junho de 2022.

Direito das Sociedades O GPEARI assegurou a coordenação dos trabalhos associados à negociação da proposta de Diretiva relativa à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas (*Corporate Sustainability Reporting Directive - CSRD*), apresentada

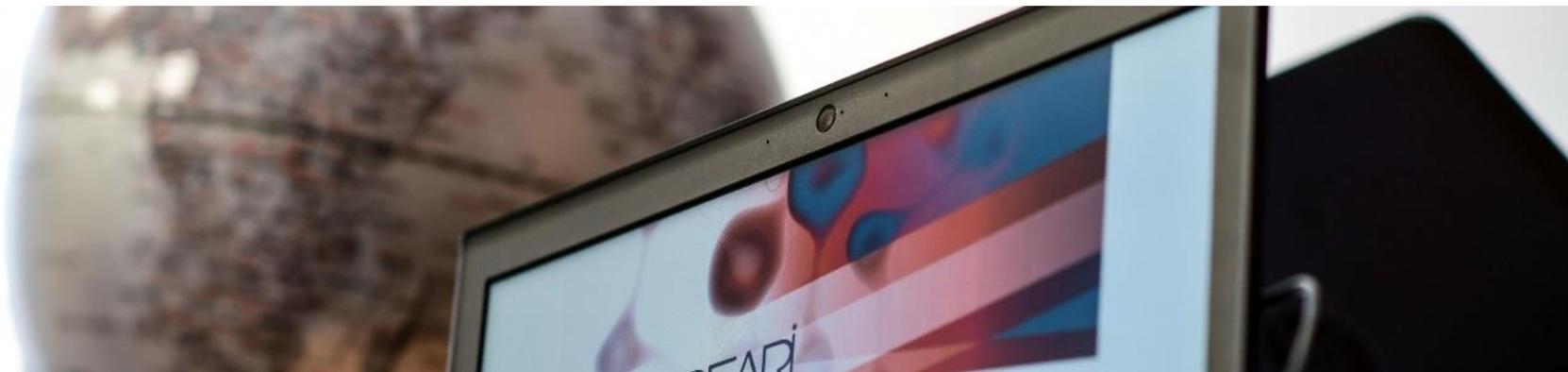
pela Comissão Europeia em 21 de abril de 2021, tendo assumido a presidência do Grupo de Trabalho Direito das Sociedades nas três reuniões realizadas durante a Presidência portuguesa, dedicadas, respetivamente, à apresentação da avaliação de impacto, à apresentação do texto da proposta e às disposições iniciais da mesma. O GPEARI continuou a assegurar a coordenação dos trabalhos durante a Presidência eslovena, tendo participado nas seis reuniões realizadas ao longo do segundo semestre de 2021, que permitiram a conclusão da primeira leitura da proposta e a apresentação de um primeiro texto de compromisso a 8 de dezembro de 2021.

O GPEARI acompanhou ainda os trabalhos relativos à Diretiva (UE) 2021/2101, de 24 de novembro de 2021, que altera a Diretiva 2013/34/UE no que respeita à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento por determinadas empresas e sucursais (*Public Country-by-Country Reporting - CbCR*). Esta proposta encontrava-se em negociação desde 2016 e Portugal logrou alcançar acordo político no Conselho da UE em fevereiro de 2021 e chegar a acordo com o Parlamento Europeu em de junho de 2021, tendo este sido um momento marcante para a Presidência portuguesa. A Diretiva foi publicada no Jornal Oficial da UE a 1 de dezembro de 2021, tendo entrado em vigor a 21 de dezembro de 2021.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2019	2020	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	35%	1.1.	Número de documentos de política económica elaborados	25%	1	1	1	0	1	5-7	1	100% ●	9%	0%
			1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	25%	80	71	80	12	68-92	232-312	82	100% ●	8,8%	0%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	25%	278	443	300	35	265-335	380-480	431	129% ●	8,8%	2,51%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	25%	356	304	325	40	285-365	480-600	287	100% ●	8,8%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	61	75	105	13	92-118	340-440	115	100% ●	18,0%	0%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	102	68	75	10	65-85	205-265	85	100% ●	12,0%	0%
5	Assegurar os trabalhos relativos à Presidência Portuguesa da União Europeia do 1º Semestre de 2021 na esfera de competências do GPEARI	20%	5.1.	Número de eventos organizados	25%	-	-	14	1	13-15	50-60	13	100% ●	5,0%	0%
			5.2.	Número de reuniões de coordenação organizadas	25%	-	-	23	2	21-25	209-249	21	100% ●	5,0%	0%
			5.3.	Número de reuniões de coordenação interna do MF com participação do GPEARI	25%	-	-	4	1	3-5	3-5	5	100% ●	5,0%	0%
			5.4.	Número de documentos preparados	25%	-	-	16	2	14-18	98-118	14	100% ●	5,0%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ3	Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal e de outras missões regulares de instituições europeias e internacionais	15%	EQ3.1	Número de reuniões organizadas no âmbito de missões	100%	19	1	12	2	10-14	40-60	10	100% ●	15,0%	0%

Taxa de Execução Global 100,0% 2,5%

F. DCRI | Departamento de Cooperação e Relações Internacionais



ÁREAS DE INTERVENÇÃO



RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	75,8%	6	13	9 (69%)	4 (31%)	0 (0%)

O DCRI concretizou os seis objetivos propostos para o ano de 2021, superando ou atingindo os treze indicadores que os consubstanciavam.

DESTAQUES

Relações Internacionais e Cooperação No ano de 2021, a atuação do GPEARI manteve-se alinhada com a defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das Instituições Financeiras Internacionais, bem como do relacionamento com países terceiros, em linha não apenas com os objetivos das políticas externa e de cooperação, mas também com o desígnio de promover a internacionalização das empresas e consultores nacionais e o financiamento da economia portuguesa por via das Instituições Financeiras Europeias e Internacionais.

Instituições Financeiras Europeias e Internacionais (IFEI) O ano de 2021 foi marcado por uma dinâmica de exploração de diversas avenidas de colaboração com um vasto conjunto de instituições multilaterais, sendo expectáveis no longo prazo benefícios ao nível da internacionalização das empresas e, por consequência, do nível de retorno para a economia nacional.

No que concerne ao Banco Africano de Desenvolvimento, foi dada continuidade à operacionalização do Compacto para os Países Lusófonos, iniciativa que visa o desenvolvimento do setor privado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, simultaneamente, o apoio ao investimento português nestes países, mediante a utilização de instrumentos de fomento ao investimento (*credit enhancement*), mitigação e partilha de risco, bem como o recurso a assistência técnica a fim de gerar projetos bancáveis. Este ano foi marcado pela continuidade do processo negocial dos termos da Garantia a conceder por Portugal ao BAfD, pela aprovação da adesão da IFC – Sociedade Financeira Internacional (Grupo do Banco Mundial) enquanto parceiro e pela aprovação da primeira operação no âmbito da iniciativa (Projeto *Zuntamon* em São Tomé e Príncipe).

No que diz respeito ao Grupo do Banco Mundial, o GPEARI assegurou a participação nas negociações da nova reconstituição de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento (designada de AID20),

a qual visa o apoio aos países em desenvolvimento de menor nível de rendimento. Adicionalmente, no quadro da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, o GPEARI assegurou a coordenação europeia prévia às reuniões de abril e junho de 2021, contribuindo para manter a visibilidade e capacidade de influência nacional no quadro da agenda de cooperação internacional e da agenda climática, das quais Portugal é forte promotor no seio de diversos *fora* internacionais, como a UE, mas também no seio do Grupo Banco Mundial. Refira-se que a 20ª reconstituição de recursos da AID atingiu um montante total de contribuições de doadores de USD 23,5 mil milhões, o que permitirá alcançar um envelope total de USD 93 mil milhões - a maior reconstituição de sempre (e 11 mil milhões acima da IDA19). Considerando a premência e magnitude dos desafios existentes para a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo do Banco Mundial e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030, bem como a necessidade de apoiar os países na recuperação pós-pandémica e melhoria da resiliência, o foco da AID20 será em "Reconstruir melhor após a crise: em direção a um futuro verde, resiliente e inclusivo".

Também no decurso da referida presidência, há a destacar a conclusão do processo relativo à implementação da nova arquitetura europeia para o financiamento do desenvolvimento (EFAD), tendo sido negociadas e aprovadas as respetivas conclusões por parte do Conselho Europeu, num exercício que envolveu as fileiras ECOFIN e Desenvolvimento, com o GPEARI a contribuir ativamente para o produto final. Nas conclusões sublinha-se a importância de centrar os

investimentos onde são mais necessários, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos países em situação de fragilidade ou afetados por conflitos, bem como nos países de África, da Vizinhança e de outras regiões prioritárias gravemente afetadas pela pandemia. O objetivo é estimular todo o ecossistema europeu de desenvolvimento financeiro, envolvendo intervenientes europeus, nacionais, públicos e privados, tendo em vista a conjugação de recursos e esforços das instituições responsáveis pelo desenvolvimento para obter melhores resultados no terreno. Em concreto, o Banco Europeu de Investimento (BEI), enquanto banco da UE, e o Banco Europeu de Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) são instados a colaborar de forma mais eficaz e eficiente e a reforçarem a sua cooperação com os bancos europeus de desenvolvimento e com as instituições financeiras europeias no âmbito da abordagem *Team Europe* ("Equipa Europa") que visa aumentar a notoriedade da UE.

Ainda no que se refere a instituições europeias, o GPEARI manteve o acompanhamento da preparação do Conselho de Administração do BEI, com especial destaque para a aprovação e discussão da nova Orientação para operações de Coesão para o período 2022-2027, do Mecanismo de Transição Justa; em implementação da decisão de que o BEI seria o primeiro banco multilateral alinhado com o Acordo de Paris, a partir de janeiro de 2021; foi ainda aprovado o quadro de apoio às contrapartes do Banco na divulgação do seu desempenho ambiental e os seus planos de sustentabilidade de longo prazo (PATH). Destaque ainda para o estabelecimento do BEI Global que

congrega a totalidade das operações fora da União Europeia. Neste ano, o BEI aprovou 9 operações em território nacional no montante de EUR 489,91 milhões, em projetos nos sectores dos serviços financeiros, transportes, energia solar e eólica, e eficiência energética. Ao nível do Grupo BEI (BEI e FEI), em 2021 registou-se um aumento de 128% em relação a 2020, tendo sido assinadas 27 operações de financiamento a Portugal, num montante total de 5.324 milhões de euros. Segundo a instituição, Portugal foi o segundo maior beneficiário de financiamento do Grupo, em percentagem do PIB, e o quinto em termos absolutos.

Destaque ainda para a continuidade da participação no comité de contribuintes do Fundo de Garantia Pan-Europeia (EGF), criado em 2020 pelo BEI, com o objetivo de responder ao impacto económico da pandemia da COVID-19, garantindo que as Pequenas e Médias Empresas (PME), as empresas de média capitalização (*Mid Cap*) e as grandes empresas nos Estados-Membros participantes dispõem de liquidez suficiente para enfrentar a crise. O GPEARI manteve a representação de Portugal no Comité de Contribuintes, competindo-lhe, em articulação com a DGTF, aprovar as operações submetidas pelo Grupo BEI no quadro desta Garantia Pan-Europeia e acompanhar a atividade regular deste Fundo. Portugal foi o 3.º país com maior volume de aprovações e assinaturas no EGF, cifradas em cerca de 2,2 mil milhões de euros e 1,8 mil milhões de euros, respetivamente.

No ano de 2021 foi efetuado um exercício de avaliação do Grupo de Trabalho das Multilaterais, o qual envolveu um vasto processo de entrevistas a empresas e a parceiros do Mecanismo, tendo em vista a recolha de contributos para a elaboração do próximo plano estratégico 2022-2024, o qual visa potenciar um maior retorno para a economia nacional da participação nas multilaterais, bem como consolidar e expandir a rede de promoção, informação e contactos no âmbito das multilaterais. Da avaliação realizada ficou patente que a atuação do GT é vista como positiva e diferenciadora e que as ações levadas a cabo são seguidas com interesse pelas empresas, principalmente no que concerne a realização de reuniões bilaterais com especialistas das multilaterais e com representantes portugueses nas IFI e a realização de seminários temáticos com especialistas das multilaterais.

É igualmente de salientar o envolvimento no projeto “*SIPA b@lção multiconnect*”, mediante a concretização de um diagnóstico de necessidades, através de entrevistas a representantes nacionais nas instituições multilaterais, a parceiros do Mecanismo de Acompanhamento das Multilaterais e a empresas. Foi elaborada uma proposta de conceito para a Plataforma *Multiconnect* no contexto de uma Estratégia Nacional para as Multilaterais, a qual apresenta a arquitetura e o modelo de várias páginas da Plataforma, bem como a estimativa de custos e do tempo de execução e o plano de implementação.

Salienta-se ainda a participação ativa do GPEARI no processo de avaliação da cooperação para o desenvolvimento em Portugal, o qual

é periodicamente levado a cabo pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE. Este ano o CAD-OCDE implementou uma nova metodologia, baseada em quatro fases: 1) elaboração de um primeiro documento de autoanálise sobre o estado da Cooperação Portuguesa, o qual versou 10 áreas de foco⁶; 2) entrevistas realizadas pelos examinadores; 3) elaboração do relatório final e 4) audição ao membro do Governo responsável pela Cooperação Portuguesa. Em todas estas fases, o GPEARI contribuiu com conteúdos na esfera de competências do Ministério das Finanças, mas de alguma forma também relacionados com a coordenação e implementação da Cooperação Portuguesa no seu todo. De notar que Portugal foi o 2º país do CAD a adotar esta nova metodologia (Espanha foi o primeiro país, pelo que a sua experiência foi fundamental).

Por último, é de referir o contributo para a elaboração do dicionário intitulado de “Portugal Multilateral”, coordenado pela Universidade Nova de Lisboa, mediante a disponibilização de um texto referente à IFC – Sociedade Financeira Internacional (Grupo do Banco Mundial).

Relacionamento institucional com países estratégicos para Portugal Neste domínio, manteve-se a forte dinâmica de apoio à

preparação de conteúdos para diversos encontros de alto nível, desde Cimeiras, Comissões Mistas e Grupos de Trabalho Bilaterais até reuniões de Membros do Governo com representantes de países estratégicos para Portugal, na perspetiva de dinamizar temáticas de relevo e interesse comum na área das Finanças e dar continuidade ao processo de internacionalização da economia portuguesa, entre outros aspetos relevantes. Neste domínio, merece destaque a preparação e/ou participação em reuniões com autoridades de países das mais diversas geografias, com destaque para: Angola, Arábia Saudita, Argélia, Austrália, Brasil, Cabo Verde, Cazaquistão, China, Espanha, Estados Unidos da América, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique, Paquistão, São Tomé e Príncipe e Uruguai.

Há também a destacar a participação no processo de avaliação, por uma entidade externa independente, dos impactos económicos e sociais das linhas de crédito concedidas a Cabo Verde no decurso da década passada, as quais contaram com o envolvimento do Ministério das Finanças a nível da concessão de garantias e de bonificações de juros. As referidas linhas de crédito tiveram por finalidade o financiamento de projetos de investimento público identificados pelas

⁶ Cinco áreas de força e cinco áreas de melhoria - Áreas de força: i) *Adaptable and flexible operations*; ii) *Strategic partnerships*; iii) *Strong bilateral engagement*; iv) *Working in countries most in need*; v) *Environment as a global public good* /// Áreas de melhoria: i) *Meeting ODA commitments*; ii) *Fit-for-purpose development agency*; iii) *Human capacity*; iv) *Results-based management, monitoring and evaluation* e v) *Public communication and knowledge management*

autoridades cabo-verdianas como prioritários para o respetivo processo de desenvolvimento económico e social e as conclusões apresentadas pela equipa de avaliação indicam que as infraestruturas construídas obtiveram resultados positivos visíveis, designadamente em função da diminuição dos custos operacionais, do crescimento de alguns setores económicos e da sustentabilidade dos projetos financiados, ainda que nalguns casos tais resultados possam ter ficado aquém do seu máximo potencial. Nos casos em que os objetivos apenas foram parcialmente alcançados, a forma de melhorar os resultados no futuro poderá passar por acautelar eventuais necessidades de assistência técnica prévia ao lançamento dos projetos, havendo ainda que ter em conta possíveis requisitos quanto a investimentos adicionais ou complementares. Considera-se que esta avaliação (a primeira avaliação do género a ser concretizada) é uma importantíssima ferramenta para atuações futuras e para a definição de políticas públicas de desenvolvimento, estando a sua realização em linha com as recomendações internacionais sobre eficácia da ajuda.

Foi também assegurada a emissão de pareceres e informações de enquadramento para apoio às negociações que decorreram em diversas instâncias internacionais relativas à implementação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI na sigla em inglês), a qual visou o apoio aos países de menor rendimento no quadro da crise pandémica.

Cooperação Técnica ao nível da gestão das finanças públicas

À semelhança do que tem sucedido em anos anteriores, o GPEARI manteve o acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, atendendo ao carácter estruturante que ambos os instrumentos têm no quadro do relacionamento bilateral com os referidos países. Neste particular, constata-se que, quer o ACC, quer o ACE, continuam a contribuir para a estabilização macroeconómica e para o fomento das relações económicas e financeiras daqueles países com Portugal e com a União Europeia.

Ao nível da cooperação técnica, as condicionantes impostas pela pandemia ditaram que não tivesse sido possível realizar as habituais ações de formação e de assistência técnica presenciais. Ainda assim, ao nível do PICAT Aduaneiro de âmbito CPLP, foi possível concretizar as atividades e reuniões previstas, com recurso a ferramentas digitais e encontros *online*, os quais não sendo ideais para os trabalhos a desenvolver neste quadro, permitiram de alguma forma manter o contacto entre serviços homólogos da CPLP e produzir os documentos técnicos previstos no quadro deste programa de cooperação. Também no que se refere à cooperação bilateral com São Tomé e Príncipe, foi possível organizar uma ação de formação virtual dirigida à generalidade dos técnicos e dirigentes são-tomenses com responsabilidades no domínio do IVA.

GPEARI • RG • 2021

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2019	2020	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	
OBJETIVOS QUAR															
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	30%	1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	30%	69	61	65	10	55-75	232-312	87	116%	9,0%	1,44%
			1.3.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a organismos da Administração Pública e outras Entidades Nacionais	35%	64	98	60	7	53-67	380-480	117	175%	10,5%	7,84%
			1.4.	Número de documentos técnicos elaborados em resposta a instituições comunitárias e internacionais	35%	70	245	65	7	58-72	480-600	156	217%	10,5%	12,25%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	30%	4.1.	Número de reuniões asseguradas em fóruns europeus e internacionais	60%	98	148	75	10	65-85	340-440	229	269%	18,0%	30,49%
			4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	40%	61	50	40	5	35-45	205-265	74	164%	12,0%	7,73%
7	Apoiar os agentes nacionais e dos países alvo da cooperação portuguesa, privados e públicos, no acesso a soluções de financiamento e investimento mais vantajosas e inovadoras, através das Instituições Financeiras Internacionais e Europeias	15,0%	7.1.	Número de ações e seminários de divulgação de oportunidades de negócio/investimento	35%	15	12	10	2	8-12	8-12	8	100%	5,3%	0%
			7.2.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	35%	87%	83%	80%	10%	70%-90%	70%-90%	75%	100%	5,3%	0%
			7.3.	Prazo médio de elaboração do parecer GPEARI sobre projetos e/ou instrumentos submetidos no âmbito do Compacto Lusófono (em dias)	30%	-	-	45	5	40-50	40-50	12	333%	4,5%	10,50%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR															
EQ1	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	2%	EQ1.1	Número de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados no sítio da internet do GPEARI	100%	-	2	1	0	1	254-274	2	200%	2,0%	2,00%
EQ6	Apoiar a ação do MF na definição de prioridades no âmbito de uma política de cooperação estruturante com as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e das Instituições Financeiras Europeias (IFE), designadamente através da criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	8%	EQ6.1	Número de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica	100%	22	20	13	2	11-15	11-15	19	127%	8,0%	2,13%
EQ7	Assegurar a execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito de uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros	15%	EQ7.1	Número de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	30%	4	4	4	1	3-5	3-5	4	100%	4,5%	0%
			EQ7.2	Número de Atas contendo recomendações e de Relatórios aos Governos e à UE por parte da COMACC e COMACE	35%	8	8	8	1	7-9	7-9	8	100%	5,3%	0%
			EQ7.3	Grau médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	35%	89%	78%	60%	10%	50%-70%	50%-70%	89%	127%	5,3%	1,42%

Taxa de Execução Global 100,0% 75,8%



ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Criação e difusão de instrumentos de planeamento, programação financeira e de avaliação de políticas e programas do Ministério das Finanças

Monitorização e avaliação de políticas públicas e programas do MF

Avaliação do Desempenho dos Organismos do Ministério das Finanças e participação no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e Grupo de Trabalho do CCAS

Coordenação no MF da Política para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação

Monitorização e acompanhamento do Programa "Pagar a Tempo e Horas"

Coordenação do processo de planeamento do GPEARI e controlo de gestão

Gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, em articulação com a Secretaria-Geral, no âmbito dos serviços partilhados

Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação, parque informático e Sistemas de Informação - gestão documental e assiduidade.

RESULTADOS

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	7,3%	6	9	3 (33%)	6 (67%)	0 (0%)

Para 2021 o DADO sintetizou a sua atividade num conjunto de seis objetivos, traduzidos em nove indicadores, todos atingidos ou superados. Com efeito, concretizou todos os objetivos propostos para o ano de 2021.

DESTAQUES

Projeto SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades

Em 2021 deu-se continuidade ao desenvolvimento do projeto SIPA, integrado no processo de (Re)construção da identidade corporativa do GPEARI. Em particular em 2021, foram desenvolvidas as atividades relativas à modelação dos processos de negócio, desenvolvimento do plano de preservação digital e políticas de gestão da segurança da informação, designadamente política de cookies, privacidade e cumprimento das regras do RGPD. Foram também estruturados e desmaterializados um conjunto de processos com elevado impacto operacional.

Integrado, ainda, no projeto SIPA foi dada colaboração no desenvolvimento da componente de conceção e desenvolvimento externo do projeto que se traduziu num estudo, requisitos e termos de referência para a implementação de uma plataforma de serviços – B@lção Multiconnect – que permita sinergias e aproximações entre

as oportunidades de negócio promovidas pelas instituições financeiras internacionais e os empresários e consultores nacionais.

As atividades previstas no projeto forma concluídas, tendo sido iniciado o processo para encerramento do financiamento SAMA com o pedido de reembolso final.

Portal GPEARI – www.gpear.gov.pt O Portal GPEARI, cujo desenvolvimento estava integrado no projeto SIPA, tem-se revelado uma ferramenta fundamental na projeção exterior da atividade do GPEARI, constituindo-se como uma evolução fundamental na política de reconstrução da identidade corporativa, em particular no que diz respeito à comunicação e visibilidade externa.

No final do ano de 2021 foi divulgada internamente a maquete para a newsletter do GPEARI, tendo recolhido contributos e sugestões, num processo colaborativo e de envolvimento de toda a organização.

Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços No âmbito do Plano de Ação para o GT CCAS, o GPEARI participou ativamente em diversas Linhas, enquanto entidade participante ou coordenadora: L1 | Operacionalizar o funcionamento da rede, L2 | Casa Comum, Orientação Comum, L5 | Da Orientação Política à Ação Administrativa, L10 | Nova LEO, Nova Lei, dando ainda contributos para a L6 | A Transversalidade nos Instrumentos de Gestão, a L8 | Administração Pública 360º e a L17 - Suportes Comunicacionais, linha criada posteriormente, e na qual o GPEARI foi desafiado pela tutela da Inovação e modernização a participar ativamente, atendo o seu alargado conhecimento e experiência nesta matéria.

No âmbito do SIADAP foram mantidos os processos de acompanhamento e validação dos instrumentos de gestão dos serviços do Ministério das Finanças.

Grupo de Trabalho Orçamentação por Programas Este grupo de trabalho foi constituído por despacho do Senhor Ministro das Finanças, contando com a participação de elementos do DADO e do DAEP. Neste âmbito foram dados contributos para o projeto de diploma que visa a regulamentação da orçamentação por programas, bem como para o Relatório do GT que especifica desenvolvimento do processo orçamental, em particular no que respeita à coordenação com os instrumentos de planeamento e gestão.

Monitorização e acompanhamento do Programa “Pagar a Tempo e Horas” No âmbito do acompanhamento dos Prazos Médios

de Pagamento foram cumpridos os momentos de divulgação dos dados do 4º trimestre de 2020 e do 2º trimestre de 2021, tendo sido apurados os dados possíveis atenta a não disponibilização de informação relativa à administração local. Adicionalmente foram efetuadas as prestações da informação de base, relativa às dívidas a fornecedores e aquisições, circunstanciado pela necessidade de reportes à Comissão Europeia.

Desenvolvimento Organizacional Devido ao contexto de pandemia, foram reforçadas as medidas promotoras de bem-estar dos recursos humanos, nomeadamente através da flexibilidade para a conciliação e gestão de horários. Ainda neste âmbito, foi institucionalizada a promoção da cultura interna, tendo sido dinamizados vários momentos de partilha e interação on-line.

GERProj 2.0 O GPEARI aderiu a esta plataforma em desenvolvimento pela eSPap, num modelo de participação colaborativa conjuntamente com a SGMF, para definição de requisitos e funcionalidades. Durante o ano de 2021 foram desenvolvidas novas funcionalidade que permitem uma melhor adequação à operacionalidade de cada instituição, por forma a facilitar e agilizar a elaboração do Plano de Atividades e QUAR, identificando as atividades, objetivos, indicadores e metas, bem como do Relatório de Atividades, produzindo relatórios para os diversos níveis da organização, potenciando a análise dos resultados e eventuais desvios.

Recursos, organização interna e controlo de gestão

Aprofundou-se o processo de melhoria dos procedimentos de controlo de gestão, mantendo-se o foco na eficiência da despesa. No domínio do controlo de gestão foi realizada uma profunda atualização do Código de Conduta e do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, integrados num conjunto de medidas consolidadas num Plano de *Compliance*, que resultou de vários processos de diagnóstico sendo identificadas as principais lacunas e áreas a intervir.

Ainda no domínio da gestão, mantiveram-se os esforços de consolidação com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), apostando na capacitação da equipa, e na elaboração de procedimentos necessários à adoção do novo sistema, designadamente através da melhoria dos processos internos de controlo do inventário e afetação do parque informático.

SIADAP 3 – ciclo avaliativo 2019-2020 Foram desenvolvidos todos os procedimentos previstos na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua versão atual, com vista à conclusão do processo de avaliação do biénio 2019-2020, incluindo a avaliação por ponderação curricular. Foram ainda desenvolvidos os procedimentos legais e administrativos para a possibilidade de atribuição de alterações remuneratórias por opção gestionária, bem como a atribuição de prémios de desempenho.

SIADAP 3 – ciclo avaliativo 2021-2022 Foram desenvolvidos os procedimentos previstos para o estabelecimento de orientações gerais para a fixação de objetivos e competências no biénio 2021-2022, bem como o acompanhamento do processo junto dos Departamentos.

QUAR / EXTRA-QUAR	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Peso do Indicador	2019	2020	Meta UO	Tol. UO	Meta UO + Tolerância	Meta GPEARI + Tolerância	RESULTADO	Taxa Execução	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA		
OBJETIVOS QUAR																
1	Assegurar o apoio técnico à elaboração de documentos de política económica e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	5%	1.2.	Número de documentos técnicos elaborados de apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas pela Tutela	100%	2	2	2	0	2	232-312	2	100%	●	5%	0%
4	Garantir a preparação e defesa da posição nacional em fóruns europeus e internacionais e a representação e defesa da posição do MF em fóruns nacionais	10%	4.2.	Número de reuniões asseguradas em fóruns nacionais	100%	9	16	25	3	22-28	205-265	43	154%	●	10%	5%
9	Promover a motivação e a participação dos trabalhadores na gestão	5%	9.1	N.º de iniciativas de desenvolvimento organizacional	100%	-	-	15	2	13-17	13-17	13	100%	●	5%	0%
OBJETIVOS EXTRA-QUAR																
EQ8	Assegurar a implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas transversais (SIADAP 1, Programa Pagar a Tempo e Horas, Políticas de Igualdade e Não Discriminação)	30%	EQ8.1.	% de cumprimento dos prazos fixados no âmbito do SIADAP1	50%	93%	81%	85%	5%	80%-90%	80%-90%	100%	111%	●	15%	2%
			EQ8.2.	Número de reportes no âmbito da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	25%	6	4	5	1	4-6	4-6	5	100%	●	8%	0%
			EQ8.3.	Número de reportes no âmbito das Políticas de Igualdade e Não Discriminação e Combate ao tráfico de seres humanos	25%	12	3	3	1	2-4	2-4	2	100%	●	8%	0%
EQ9	Garantir o processo de planeamento, a elaboração dos instrumentos de gestão, a gestão de recursos e o controlo interno	35%	EQ9.1.	Nº de processos de gestão de recursos, planeamento, instrumentos de gestão e reporte	60%	547	-	422	42	380-464	380-464	459	100%	●	21%	0%
			EQ9.2.	Grau de implementação do Plano de Medidas Compliance - em pontos - (Requisitos legais e normativos RGPD, papel zero, RNID, RJCAI, Acesso Informação administrativa, Cibersegurança, mitigação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Segurança e Saúde no Trabalho)	40%	-	-	50	10	40-60	40-60	40	100%	●	14%	0%
EQ10	Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	15%	EQ10.1	Grau de satisfação dos utilizadores internos	100%	4,02	4,12	4	0,2	3,8-4,2	3,8-4,2	4,28	102%	●	15%	0%

Taxa de Execução Global 100,0% 7,3%

A5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplic.			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe departamento de auditoria interna. Foi atribuída esta função a uma divisão na nova lei orgânica. O processo de capacitação encontra-se a decorrer.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Código de conduta do GPEARI revisto em 2020: https://www.gpeari.gov.pt/documentos/35086/52772/C%C3%B3digo-de-Conduta+GPEARI.pdf/af3ffbbe-5b03-0f1d-aaa7-516f95f1c2c5?t=1603977023729
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2021: 52% Em 2020: 47% Em 2019: 40% Em 2018: 55% Em 2017: 37% Em 2016: 84% Em 2015: 89% Em 2014: 77%
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Sim. Alguns revistos na sequência do projeto SIPA.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARI não se compadecem com sistemas rotativos.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			Estão definidas, mas apenas algumas estão formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Manual de Controlo Interno
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Manual de Controlo Interno
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Plano revisto em 2022: https://www.gpeari.gov.pt/documentos/35086/52772/plano-de-gestao-de-riscos-corruptcao-2022.pdf/2f591a32-216e-9c43-efa7-055ca42582a5?t=1646415425149
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	

4 – Fiabilidade dos sistemas de informação			
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X		
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X		As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X		
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X		
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X		Existência de <i>passwords</i> e de e certificados de segurança.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X		
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X		

A6. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2021

ATIVIDADES		2021 (em euros)											
		Orçamento Funcionamento Geral				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução
D.01	Despesas com o pessoal	2 293 732	2 372 663	2 138 369	90,1%	439 939	358 335	185 778	52%	2 733 671	2 730 998	2 324 147	85,1%
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	1 807 887	1 871 492	1 706 731	91,2%	336 504	254 900	150 212	59%	2 144 391	2 126 392	1 856 944	87,3%
D.01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1 290 925	1 341 330	1 209 829	90,2%	269 312	187 708	118 036	63%	1 560 237	1 529 038	1 327 865	86,8%
D.01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	144 834	144 834	143 408	99,0%				n.a.	144 834	144 834	143 408	99,0%
D.01.01.11	Representação	62 310	62 310	53 847	86,4%	8 436	8 436	5 524	65%	70 746	70 746	59 371	83,9%
D.01.01.12	Suplementos e prémios	3 048	5 915	5 914	100,0%				n.a.	3 048	5 915	5 914	100,0%
D.01.01.13	Subsídio de refeição	69 300	61 930	57 226	92,4%	13 860	13 860	4 985	36%	83 160	75 790	62 210	82,1%
D.01.01.14.SF.00	Subsídios de férias	118 735	122 835	113 502	92,4%	22 448	22 448	10 834	48%	141 183	145 283	124 336	85,6%
D.01.01.14.SN.00	Subsídios de Natal.	118 735	126 002	116 669	92,6%	22 448	22 448	10 834	48%	141 183	148 450	127 503	85,9%
D.01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0	6 336	6 335	100,0%				n.a.	0	6 336	6 335	100,0%
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	34 400	34 400	9 394	27,3%	26 803	26 803	1 178	4%	61 203	61 203	10 572	17,3%
D.01.02.02	Horas extraordinárias	667	1 866	0	n.a.				n.a.	667	1 866	0	0,0%
D.01.02.04	Ajudas de custo	20 850	17 393	1 090	6,3%	24 003	24 003	688	3%	44 853	41 396	1 778	4,3%
D.01.02.05	Abono para falhas	950	1 036	1 035	99,9%				n.a.	950	1 036	1 035	99,9%
D.01.02.12.A0.00	Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	6 500	6 500	5 097	78,4%				n.a.	6 500	6 500	5 097	78,4%
D.01.02.13.A0.00	Outros suplementos e prémios				n.a.	2 800	2 800	490	18%	2 800	2 800	490	17,5%
D.01.02.13.PD.00	Prémios de desempenho	5 433	5 433	0	0,0%				n.a.	5 433	5 433	0	0,0%
D.01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	0	2 172	2 172	100,0%				n.a.	0	2 172	2 172	100,0%
D.01.03	Segurança Social	451 445	466 771	422 243	90,5%	76 632	76 632	34 388	45%	528 077	543 403	456 631	84,0%
D.01.03.02	Outros encargos com a saúde	8 682	8 682	4 509	51,9%				n.a.	8 682	8 682	4 509	51,9%
D.01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	3 780	6 073	3 626	59,7%				n.a.	3 780	6 073	3 626	59,7%
D.01.03.05.A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	201 054	211 814	211 503	99,9%	13 167	13 167	8 300	63%	214 221	224 981	219 803	97,7%
D.01.03.05.A0.B0	Segurança Social	208 733	175 493	143 964	82,0%	63 465	63 465	26 088	41%	272 198	238 958	170 052	71,2%
D.01.03.05.A0.C0	Fundo de Compensação do Trabalho	29 196	64 383	58 317	90,6%				n.a.	29 196	64 383	58 317	90,6%

		2021											
		Orçamento Funcionamento Geral				Orçamento Cooperação				Orçamento Total (em euros)			
		Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução
D.01.03.10.P0.00	Parentalidade	0	326	325	99,8%				n.a.	0	326	325	99,8%
D.02	Aquisição de bens e serviços	449 846	332 899	264 538	79,5%	145 500	101 556	1 776	2%	595 346	434 455	266 314	61,3%
D.02.01	Aquisição de bens:	9 693	7 830	2 717	34,7%	7 000	5 489	0	n.a.	16 693	13 319	2 717	20,4%
D.02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1 500	1 505	1 165	77,4%				n.a.	1 500	1 505	1 165	77,4%
D.02.01.04	Limpeza e higiene	1 000	1 655	0	0,0%				n.a.	1 000	1 655	0	0,0%
D.02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	1 000	310	0	0,0%	7 000	5 489	0	0%	8 000	5 799	0	0,0%
D.02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel	1 000	692	0	0,0%				n.a.	1 000	692	0	0,0%
D.02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros	1 693	1 366	1 114	81,6%				n.a.	1 693	1 366	1 114	81,6%
D.02.01.14	Outro material - Peças	500	392	0	0,0%				n.a.	500	392	0	0,0%
D.02.01.21	Outros bens	3 000	1 910	438	22,9%				n.a.	3 000	1 910	438	22,9%
D.02.02	Aquisição de serviços:	440 153	325 069	261 821	80,5%	138 500	96 067	1 776	2%	578 653	421 136	263 597	62,6%
D.02.02.02	Limpeza e higiene	43 000	40 017	34 457	86,1%				n.a.	43 000	40 017	34 457	86,1%
D.02.02.03	Conservação de bens	3 500	2 745	2 179	79,4%				n.a.	3 500	2 745	2 179	79,4%
D.02.02.04.A0.00	Princípio da Onerosidade	168 336	168 336	168 336	100,0%				n.a.	168 336	168 336	168 336	100,0%
D.02.02.06	Locação de material de transporte	13 700	11 614	10 359	89,2%				n.a.	13 700	11 614	10 359	89,2%
D.02.02.08	Locação de outros bens	0	8 990	8 989	100,0%				n.a.	0	8 990	8 989	100,0%
D.02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	1 000	784	125	15,9%				n.a.	1 000	784	125	15,9%
D.02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis	6 000	7 795	3 232	41,5%				n.a.	6 000	7 795	3 232	41,5%
D.02.02.09.D0.09	Comunicações Móveis (Anos Anteriores)	0	590	590	100,0%				n.a.	0	590	590	100,0%
D.02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	500	774	170	22,0%				n.a.	500	774	170	22,0%
D.02.02.10	Transportes	750	588	188	31,9%				n.a.	750	588	188	31,9%
D.02.02.11	Representação dos serviços	3 500	2 138	131	6,1%				n.a.	3 500	2 138	131	6,1%
D.02.02.12.B0.00	Seguros - Outras	500	392	234	59,6%				n.a.	500	392	234	59,6%
D.02.02.13	Deslocações e estadas	145 000	45 021	3 849	8,5%	135 000	93 412	1 708	2%	280 000	138 433	5 556	4,0%
D.02.02.15.A0.00	Formação - tecnologias da informação e comunicação	2 500	1 960	0	0,0%				n.a.	2 500	1 960	0	0,0%
D.02.02.15.B0.00	Formação - Outras	10 000	7 842	6 152	78,5%	3 000	2 353	0	0%	13 000	10 195	6 152	60,3%
D.02.02.16	Seminários, exposições e similares	1 000	77	0	0,0%				n.a.	1 000	77	0	0,0%
D.02.02.17.A0.00	Publicidade Obrigatória	989	944	425	45,0%				n.a.	989	944	425	45,0%
D.02.02.19.A0.B0	Asist. Tec. - Equip. Inf. - Outros	0	566	0	0,0%				n.a.	0	566	0	0,0%

		2021 (em euros)											
		Orçamento Funcionamento Geral				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido Líquido de Cativos	Execução	Taxa Execução
D.02.02.19.B0.00	Assist. Técnica - Software Informático	27 540	21 347	21 346	100,0%				n.a.	27 540	21 347	21 346	100,0%
D.02.02.20.A0.B0	Out.Trab.Esp.-Serv.Nat.Inf.-Contratos de impressão	10 338	0	0	n.a.				n.a.	10 338	0	0	0,0%
D.02.02.20.E0.00	Outros Trab.Especializ. - Outros	1 500	1 038	0	0,0%				n.a.	1 500	1 038	0	0,0%
D.02.02.22.A0.00	Meios Complementares de Diagnóstico	0	369	369	99,9%				n.a.	0	369	369	99,9%
D.02.02.23.B0.00	Junta Médica e Verificação	0	220	220	100,0%				n.a.	0	220	220	100,0%
D.02.02.25.E0.00	Outros serviços	500	922	471	51,0%	500	302	69	22,7%	1 000	1 224	539	44,0%
D.04	Transferências Correntes	0	2 673	2 672	99,9%	0	0	0	n.a.	0	2 673	2 672	99,9%
D.04.06.00.A0.00	Estágios profissionais na AP-Contribuições para a Segurança Social	0	475	474	0,0%				n.a.	0	475	474	0,0%
D.04.08.02.A0.00	Estágios profissionais na AP	0	2 198	2 197	100,0%				n.a.	0	2 198	2 197	100,0%
D.07	Aquisição de bens de capital	53 000	68 654	67 175	97,8%	0	0	0	n.a.	53 000	68 654	67 175	97,8%
D.07.01	Investimentos	53 000	68 654	67 175	97,8%	0	0	0	n.a.	53 000	68 654	67 175	97,8%
D.07.01.03.A0.B0	Edifícios - Conservação ou reparação	4 000	0	0	0,0%				n.a.	4 000	0	0	0,0%
D.07.01.07.A0.C0	Equip. Informática - Outros	30 000	57 909	56 431	97,4%				n.a.	30 000	57 909	56 431	97,4%
D.07.01.08.A0.B0	Software informático - Outros	15 000	10 745	10 744	100,0%				n.a.	15 000	10 745	10 744	100,0%
D.07.01.10.A0.B0	Equipamento básico - Outros	4 000	0	0	0,0%				n.a.	4 000	0	0	0,0%
PROJETOS													
D.02	Aquisição de bens e serviços	115 779	146 074	144 893	99,2%					115 779	146 074	144 893	99,2%
D.02.02.16	Seminários, exposições e similares	6 151	6 151	6 150	100,0%				n.a.	6 151	6 151	6 150	100,0%
D.02.02.20.A0.C0	Out.Trab.Esp.-Serv.Nat.Inf.-Outros	109 628	139 923	138 743	99,2%				n.a.	109 628	139 923	138 743	99,2%
	Total	2 912 357	2 922 963	2 617 646	89,6%	585 439	459 891	187 554	41%	3 497 796	3 382 854	2 805 201	82,9%

Legenda: n.a. - não aplicável.

A7. BALANÇO SOCIAL

QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES

Indicador	Unid.	Descrição	2017			2018			2019			2020			2021			
			M	F	TOTAL													
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	41	40	40	40	41	41	41	43	43	43	44	44	44	44	45	45
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > ou = a 55 anos / Total de recursos humanos	17%	9%	12%	11%	8%	9%	8%	11%	10%	8%	5%	7%	13%	13%	13%	13%
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	-	-	54%	-	-	58%	-	-	61%	-	-	61%	-	-	61%	61%
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	70%	66%	68%	67%	63%	65%	67%	63%	65%	67%	65%	66%	63%	66%	65%	65%
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	20%	23%	22%	19%	26%	23%	17%	29%	24%	17%	30%	25%	21%	29%	26%	26%
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	90%	89%	89%	85%	89%	88%	83%	92%	89%	83%	95%	90%	83%	95%	90%	90%
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública / Total de recursos humanos	14	12	13	13	13	13	15	16	15	17	15	16	18	16	17	17
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	33%	34%	34%	7%	21%	15%	8%	24%	18%	8%	14%	11%	13%	24%	19%	19%
Índice de saída	%	Número de saídas / Total de recursos humanos	20%	23%	11%	19%	13%	15%	21%	24%	23%	8%	16%	13%	13%	21%	18%	18%
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	1%	4%	3%	6%	4%	5%	2%	3%	3%	1%	7%	4%	2%	4%	3%	3%
Leque salarial	Rácio	Maior remuneração base / Menor remuneração base	7	5	7	6	6	6	5	4	5	6	4	6	6	4	6	6

Fonte: Quadros do Balanço Social 2017 a 2021